

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

政府機關通告及公告 AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

廉政公署

2020

澳門廉政公署工作報告

目錄

前言.....	7683
第一部分 案件處理總體情況.....	7685
第二部分 反貪工作.....	7690
一、概述.....	7690
二、刑事舉報及立案簡介.....	7692
三、案件摘要.....	7694
四、跨境案件協查.....	7698
五、法院判決.....	7700
六、財產及利益申報工作.....	7714
第三部分 行政申訴.....	7720
一、概述.....	7720
二、全面調查摘錄.....	7723
三、專案調查選要.....	7727
四、再度審查（“回頭看”）.....	7739
第四部分 宣傳教育.....	7743
一、公私營機構防貪教育.....	7743
二、青少年廉潔教育.....	7744
三、社區推廣工作.....	7750
第五部分 對外交流與培訓.....	7752
一、接待來訪.....	7752
二、外訪及參與區域、國際會議.....	7752
三、《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議.....	7753
四、人員培訓.....	7753
第六部分 附件.....	7754
附件一 廉政公署處理陳訴（陳述、投訴及舉報）流程图.....	7754
附件二 廉政公署組織架構圖.....	7756

COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO

2020

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO
DE MACAU

ÍNDICE

PREÂMBULO.....	7683
SECÇÃO I – SITUAÇÃO GERAL DO TRATAMENTO DE PROCESSOS.....	7685
SECÇÃO II – COMBATE À CORRUPÇÃO.....	7690
I. Introdução.....	7690
II. Denúncias de natureza criminal e processos instruídos.....	7692
III. Sumário de casos.....	7694
IV. Cooperação transfronteiriça.....	7698
V. Sentenças judiciais.....	7700
VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.....	7714
SECÇÃO III – PROVEDORIA DE JUSTIÇA.....	7720
I. Introdução.....	7720
II. Resumo de sindicância.....	7723
III. Resumo de inquéritos.....	7727
IV. Fiscalização subsequente (“olhar para trás”).....	7739
SECÇÃO IV – ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO.....	7743
I. Sensibilização para a prevenção da corrupção nos sectores público e privado.....	7743
II. Educação para a integridade da juventude.....	7744
III. Acções de promoção comunitária.....	7750
SECÇÃO V – INTERCÂMBIO COM O EXTERIOR E ACÇÕES DE FORMAÇÃO.....	7752
I. Recepção de delegações.....	7752
II. Deslocações ao exterior e reuniões regionais e internacionais.....	7752
III. Reuniões de trabalho relativas à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.....	7753
IV. Formação dos trabalhadores.....	7753
SECÇÃO VI – ANEXOS.....	7755
Anexo I – Fluxograma sobre o processo de tratamento de queixas e denúncias.....	7755
Anexo II – Organograma do Comissariado contra a Corrupção.....	7757

前言

2020年，廉政公署堅持以獨立、客觀及依法履職為己任，面對疫情來襲，仍務實地按照工作計劃，有序落實了反貪、行政申訴以及宣傳教育的各項工作，持續推進澳門的廉政建設發展。

在反貪工作方面，廉政公署對貪腐“零容忍”的態度如一，對於近年較為突出的各類社團或機構詐騙政府資助的案件，繼續予以嚴厲打擊。廉政公署認為，各公共部門及各類公共基金必須切實推動公帑資助的防貪機制建設，透過事前審查、事中監督和事後監察等多層次、多方位建設長效動態的防貪機制，盡力保障公帑被合理運用。

另一方面，在疫情的影響之下，為保就業而引發的貪腐案件與過往相比有所增加，對此，廉政公署將密切關注公私營領域的廉潔情況，並且會有據必查。

至於行政申訴工作方面，廉政公署依法完成了社會關注的“關於74個被宣告臨時性租賃批給失效之土地審批卷宗之調查報告”，以及“關於工商業發展基金向非凡航空（澳門）有限公司發放借貸援助的調查報告”，為堵塞公共資產的審批及監督漏洞，廉政公署除了對完善基金援助使用的監察機制提出建議，亦特別就公共資產管理事宜與各基金會舉行會議解釋說明，將監督工作不僅停留於紙面。

廉政公署會繼續以不偏不倚的態度和堅持客觀對事的原則，不受社會各種因素的影響，認真去處理每一項調查內容，查找當中的行政程序或行為、制度或法規等存在的不足，藉向部門提出改善意見、建議，甚至勸喻，依法履行監督責任，以令公共部門在履責方面依法行事、提升施政質素、切實維護公共利益為最終目的。

PREÂMBULO

Em 2020, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) continuou a assumir as suas funções com independência, objectividade e total respeito pela legalidade. Apesar de enfrentar o surto epidémico, o CCAC concretizou, de forma pragmática e ordenada, os seus trabalhos de combate à corrupção, de provedoria de justiça e de sensibilização de acordo com o seu plano de trabalho e continuou a promover o desenvolvimento da construção de uma sociedade íntegra em Macau.

No âmbito do combate à corrupção, o CCAC tem, como sempre, uma atitude de “tolerância zero” sobre a corrupção e continua a combater severamente os casos que se destacaram, nos últimos anos, relativamente à obtenção fraudulenta de subsídios atribuídos pelo Governo por parte de associações e outras instituições. O CCAC entende que os serviços e fundos públicos devem promover, de forma efectiva, a implementação de mecanismos para a prevenção da corrupção no âmbito dos financiamentos pelo erário público, tornando tal mecanismo eficaz, a longo prazo e dinâmico, através de diversos níveis e aspectos, nomeadamente do sistema de verificação prévia, de supervisão intercalar e de fiscalização subsequente, procurando garantir que o erário público seja racionalmente utilizado.

Por outro lado, tendo em conta o impacto da epidemia, o número de casos de corrupção relacionados com a segurança do emprego tem vindo a aumentar comparando com o passado, pelo que o CCAC irá acompanhar de perto a situação de integridade nos sectores público e privado e investigar, com toda a firmeza, quaisquer eventuais indícios de corrupção.

No âmbito da provedoria de justiça, o CCAC concluiu, nos termos da lei, o “Relatório de investigação sobre os 74 processos de concessão de terrenos, por arrendamento, a título provisório em que foi declarada a caducidade das concessões” e o “Relatório de investigação sobre a concessão dos empréstimos de apoio à Viva Macau – Sociedade de Aviação, Limitada pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização”, relativos a situações que preocuparam a sociedade. Para colmatar as lacunas na apreciação, aprovação e fiscalização dos activos públicos, o CCAC não só apresentou sugestões para o aperfeiçoamento do mecanismo de fiscalização do uso de apoios financeiros, como também realizou reuniões para a prestação de esclarecimentos sobre a gestão dos activos públicos com diversos fundos, fazendo com que a fiscalização não fique só no papel.

O CCAC continuará a manter uma atitude imparcial, a persistir no princípio de ser objectivo perante os factos e a não ser influenciado por quaisquer factores sociais, por forma a tratar, com seriedade, o conteúdo de cada investigação e verificar as eventuais deficiências nos respectivos procedimentos ou actos administrativos e nos regimes ou diplomas legais; continuará a cumprir a sua responsabilidade de fiscalização, nos termos da lei, através da apresentação de opiniões e sugestões de melhoramento, ou até elaborando recomendações para os respectivos serviços públicos, procurando fazer com que os serviços públicos actuem sempre de acordo com a lei no cumprimento das suas responsabilidades, elevando a qualidade da governação, com o objectivo final de defender efectivamente o interesse público.

在對外交流與合作方面，儘管世界各地均受到疫情的衝擊，但未有影響廉政公署履行《聯合國反腐敗公約》工作，以及與其他國際組織保持交流合作。廉政公署透過網上平台等方式，與其他國家或地區的相關組織保持良好溝通，當中包括與《聯合國反腐敗公約》履約審議工作組專家加強聯繫及舉行視像會議，並且積極配合中央政府的《聯合國反腐敗公約》履約審議工作及參與了多項區域及國際會議等。至疫情緩和後，廉政公署適度進行外訪活動，包括赴北京拜訪國家監察委員會等對口機構，並為 2021 年拜訪大灣區 9 個城市作前期準備，以深化廉政公署與內地執法機關的交流合作，推動廉政建設工作的長遠發展。

為了更準確地掌握可能成為調查關鍵的信息、確認違法跡象，廉政公署近年積極鼓勵大眾實名投訴和舉報。在 2020 年，廉政公署接收的匿名投訴或舉報的比例較過往有所減少，僅佔總體投訴舉報的 34%，較 2019 年的 54.6% 下降超過 2 成，實名投訴舉報佔近 6 成，可見市民具名投訴舉報的意識正逐漸增強，願意支持廉政公署的工作，亦反映出廉政公署相關宣傳工作已初見成效。為此，廉政公署將會繼續宣揚實名投訴和舉報的社會責任，持續培養大眾負責任檢舉的意識。

此外，廉政公署亦整合了投訴管理系統，優化投訴渠道，提倡透過電子方式投訴舉報，以進一步達致便民及提升效率的目的。

值得一提的是，在過去一年，廉政公署循序漸進地落實施政方針中所提及的“回頭看”機制（即再度審查機制），以加強行政申訴個案的後續跟進成效，促使部門正視及認真跟進可能存在的問題。廉政公署希望透過此制度，確實回應社會提出的持續監察、切實推動特區廉政建設等訴求。

No âmbito do intercâmbio e cooperação com o exterior, apesar do surto epidémico se ter alastrado por todo o mundo, o trabalho relativo à implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção por parte do CCAC e o intercâmbio e cooperação com outras organizações internacionais não foram afectados. O CCAC tem mantido uma boa comunicação com as organizações congéneres de outros países e regiões através de plataformas *online*, nomeadamente reforçando os contactos e tendo realizado videoconferências com os peritos do grupo de trabalho da avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, e tendo também, de forma empenhada, cooperado com o Governo Central, nos trabalhos da avaliação da conformidade da implementação da Convenção, e tendo ainda participado em várias conferências regionais e internacionais. Após o alívio da situação epidémica, o CCAC realizou algumas visitas ao exterior, nomeadamente a Pequim para visitar a Comissão Nacional de Supervisão entre outras instituições congéneres, bem como efectuou os trabalhos preparatórios para a visita a nove cidades da Grande Baía em 2021, no sentido de aprofundar o intercâmbio e a cooperação entre o CCAC e os órgãos de execução da lei do Interior da China, promovendo o desenvolvimento a longo prazo dos trabalhos da construção de uma sociedade íntegra.

Nos últimos anos, para obter informações que poderão ser cruciais para a área da investigação e para confirmar indícios de violação da lei, o CCAC tem-se empenhado em estimular o público a apresentar queixas e denúncias identificadas. Em 2020, a percentagem de queixas e denúncias anónimas recebidas pelo CCAC diminuiu, representando apenas 34% do total das queixas e denúncias recebidas, tendo-se registado um decréscimo de mais de 20% face aos 54,6% em 2019. As queixas e denúncias identificadas representaram 60% do total das queixas e denúncias recebidas, o que demonstra que os cidadãos têm cada vez mais consciência sobre a relevância da apresentação das suas queixas e denúncias devidamente identificadas e estão dispostos a apoiar os trabalhos do CCAC. Tal é revelador de que as acções de sensibilização do CCAC já produziram os seus primeiros efeitos. Neste sentido, o CCAC continuará a divulgar a responsabilidade social relativa à apresentação de queixas e denúncias identificadas, bem como a incutir na população a consciência de denúncia responsável.

Para além disso, o CCAC procedeu ainda à integração do sistema de gestão de queixas, optimizou os meios de apresentação de queixas, promovendo a apresentação de queixas e denúncias também por meios electrónicos, com vista a facilitar a vida da população e elevar a eficiência do processo.

Merece ser salientado que, no ano passado, o CCAC colocou em prática, de forma ordenada e gradual, o sistema de “olhar para atrás” (ou seja, o sistema de fiscalização subsequente) referido nas Linhas de Acção Governativa, no sentido de reforçar a eficácia do acompanhamento posterior dos casos de provedoria de justiça e exortar os serviços públicos a encarar e a acompanhar seriamente os eventuais problemas existentes. O CCAC espera, com este sistema, poder responder efectivamente às expectativas da sociedade sobre a fiscalização contínua e a promoção da construção de uma sociedade íntegra na RAEM.

總括而言，廉政公署在2020年基本落實了原定的工作目標。

除按照《澳門特別行政區廉政公署組織法》的規定，依職打擊公私營部門的貪污犯罪及執行行政申訴工作外，並在配合特區政府防疫措施安排的前提下，竭盡所能，盡最大努力推進了各項廉潔意識教育工作、行政監督活動及修訂內部法律法規的進程。

二零二一年三月

廉政專員
陳子勤

第一部分 案件處理總體情況

在2020年，廉政公署共接獲1,521宗求助查詢，其中涉及刑事性質為1,200宗，涉及行政申訴性質為321宗。

而廉政公署全年共接獲479宗投訴及舉報。連同反貪局及行政申訴局均介入的案件及由司法機關主動立案並交廉政公署偵查的案件，送反貪局跟進的有105宗¹，而送行政申訴局開立專案調查的有282宗，其中1宗後來轉成全面調查卷宗。

值得關注的是，有不少投訴或舉報內容純屬個別公共部門的內部人事管理、工作安排等，並不涉及行政程序或行政行為，不屬廉政公署權限；有一些則在廉政公署採取一定措施後仍因事實不清、資訊嚴重不足而完全不具立案條件的情況，只能直接歸檔，此類投訴/舉報計有100宗，另外有4宗則因明顯屬於其他機關職權範圍而轉介予相關部門處理。此外，廉政公署跟澳門以外地區開展的協查個案有6宗。

Em conclusão, em 2020, o CCAC concretizou, na generalidade, os seus objectivos de trabalho definidos originalmente. Para além de combate à corrupção nos sectores público e privado e execução de trabalho de provedoria de justiça, nos termos das suas competências previstas na Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, o CCAC, tendo em consideração a necessária articulação com as medidas do Governo da RAEM relativamente à prevenção de epidemias, ainda colocou todos os seus esforços, e da forma mais abrangente possível, na promoção de várias acções de sensibilização para a integridade, nas actividades de supervisão administrativa e no procedimento da revisão da legislação interna.

Em Março de 2021.

O Comissário contra a Corrupção
Chan Tsz King

SECÇÃO I SITUAÇÃO GERAL DO TRATAMENTO DE PROCESSOS

Em 2020, o CCAC recebeu um total de 1.521 pedidos de consulta e de informação, sendo 1.200 de natureza criminal e 321 de natureza administrativa.

Durante o mesmo ano, o CCAC recebeu um total de 479 queixas e denúncias. De entre os processos autuados, incluindo os casos tratados por ambas as Direcções, dos Serviços contra a Corrupção e dos Serviços de Provedoria de Justiça, e os casos instruídos por iniciativa dos órgãos judiciais e submetidos ao CCAC para efeitos de investigação, 105¹ foram distribuídos à Direcção dos Serviços contra a Corrupção para acompanhamento e 282 à Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça para instrução de inquéritos, sendo que um destes últimos passou, posteriormente, para processo de sindicância.

O que merece atenção é o facto de muitas queixas ou denúncias dizerem respeito apenas à gestão do pessoal interno e à organização de trabalhos de determinados serviços públicos, não envolvendo procedimentos ou actos administrativos, estando, portanto, fora da competência do CCAC. Há casos em que, mesmo após a aplicação de determinadas medidas pelo CCAC, os factos não se demonstraram claros e a informação era claramente insuficiente, não reunindo, portanto, condições para a respectiva instrução, sendo os mesmos directamente arquivados. Foram 100 o número de queixas/denúncias deste género. Por outro lado, 4 casos foram encaminhados para outros Serviços para efeitos de acompanhamento por abordarem manifestamente matéria da sua competência. Além disso, 6 casos foram instruídos no âmbito da cooperação na investigação de casos com regiões exteriores a Macau.

¹ 其中4宗直接併入正在跟進中的卷宗內，未有獨立開案。

¹ Dos quais 4 foram integrados directamente nos processos já em curso e não foram instruídos autonomamente.

2019年及2020年按收案來源的統計數字

收案途徑		2019		2020	
		數量	百分比	數量	百分比
市民的投訴 及舉報	具名或願意提供個人資料	238	40.8%	297	59.8%
	匿名或請求匿名	319	54.6%	169	34%
	公共機關轉介	10	1.7%	13	2.6%
反貪局及行政申訴局均介入的案件		3	0.5%	11	2.2%
司法機關立案		(2) ²	(0.3%) ³	1	0.2%
協查案件		14	2.4%	6	1.2%
收案總數		584	100%	497	100%

² 包含在2019年公佈之公共機關轉介的統計數字內。

³ 同上。

Estatística dos casos recebidos em 2019 e 2020 segundo a sua origem

Origem		2019		2020	
		Total	Percentagem	Total	Percentagem
Queixas ou denúncias dos cidadãos	Com identificação ou disponibilização de informações pessoais	238	40,8%	297	59,8%
	Anónimas ou com pedidos de confidenciali- dade sobre a identidade do queixoso	319	54,6%	169	34%
	Casos remetidos por entidades públicas	10	1,7%	13	2,6%
Casos tratados por ambas as Direcções, dos Serviços contra a Corrupção e dos Serviços de Provedoria de Justiça		3	0,5%	11	2,2%
Casos instruídos por órgãos judiciais		(2) ²	(0,3%) ³	1	0,2%
Casos remetidos por autoridades exteriores		14	2,4%	6	1,2%
Total		584	100%	497	100%

² Incluindo os dados estatísticos relativos aos casos remetidos por entidades públicas publicados em 2019.

³ Idem.

2020年投訴管理中心之統計數字

類型	1月	2月	3月	4月	5月	6月	7月	8月	9月	10月	11月	12月	年總數
不同性質的求助查詢	82	70	76	70	100	136	122	111	140	238	120	256	1,521
投訴及舉報	21	19	38	31	53	59	48	39	50	39	35	47	479
反貪立案	7	12	10	5	7	13	8	6	9	12	5	7	101
行政申訴立案	14	5	24	19	39	29	33	22	25	25	19	28	282

類型	1月	2月	3月	4月	5月	6月	7月	8月	9月	10月	11月	12月	年總數
直接歸檔	1	1	5	4	11	15	8	11	9	11	12	12	100
轉介	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	4

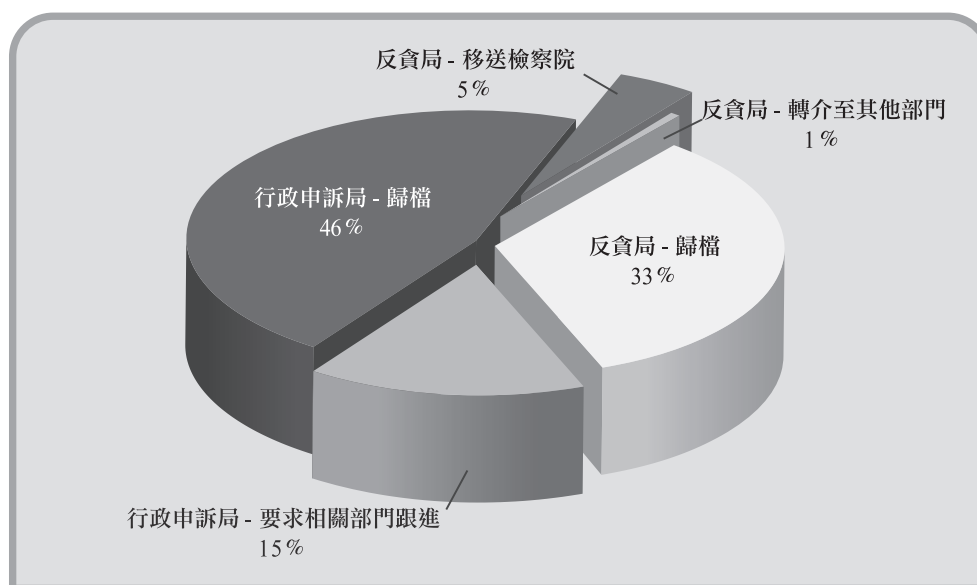
Estadística do Centro de Gestão de Queixas em 2020

Tipo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total anual
Pedidos de consulta e de informação sobre diferentes matérias	82	70	76	70	100	136	122	111	140	238	120	256	1.521
Queixas e denúncias	21	19	38	31	53	59	48	39	50	39	35	47	479
Processos instruídos na área do combate à corrupção	7	12	10	5	7	13	8	6	9	12	5	7	101
Processos instruídos na área da provedoria de justiça	14	5	24	19	39	29	33	22	25	25	19	28	282
Arquivados directamente	1	1	5	4	11	15	8	11	9	11	12	12	100
Remetidos	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	4

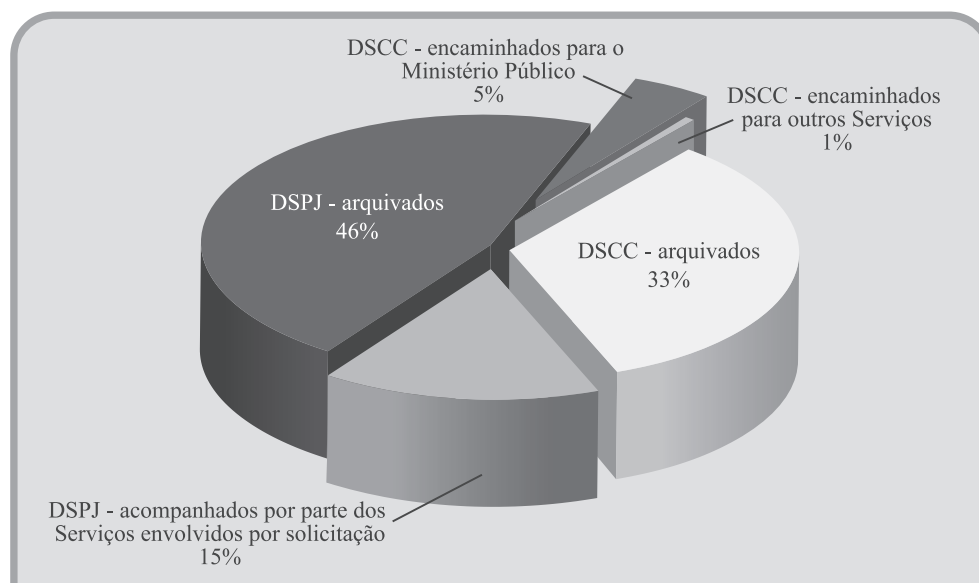
連同2019年度轉入的案件，廉政公署於2020年完成處理的卷宗共387宗，當中由反貪局完成處理的個案，有18宗已移送檢察院，2宗已轉介至其他部門，其餘129宗已作歸檔處理；由行政申訴局完成處理的個案，已要求相關部門跟進的共60宗、歸檔的共178宗。

Juntando os casos transitados de 2019, um total de 387 casos foram concluídos pelo CCAC em 2020. Dos casos concluídos pela Direcção dos Serviços contra a Corrupção, 18 foram encaminhados para o Ministério Público, 2 para outros Serviços, sendo os 129 restantes arquivados. Relativamente aos casos concluídos pela Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, foi solicitado o acompanhamento por parte dos Serviços envolvidos num total de 60 casos, enquanto 178 casos foram arquivados.

2020年結案統計



Estatística dos casos concluídos em 2020



去年，廉政公署接收市民投訴及舉報的方式仍以函件、網上投訴及電郵為主，分別有159宗、106宗及90宗，函件佔33.2%，網上投訴及電郵各佔22.1%及18.8%；市民透過電話投訴或舉報的有47宗，佔9.8%，而選擇親身投訴或舉報的有77宗，佔16.1%。

可見，跟上一年度比較，市民仍較多以“函件”及“網上投訴”作出投訴或舉報。

No ano passado, os meios mais utilizados na apresentação de queixas e denúncias ao CCAC continuaram a ser a carta, a apresentação *online* e o correio electrónico, registando-se totais de 159, 106 e 90 casos, respectivamente. A apresentação por carta representa uma percentagem de 33,2%, enquanto a apresentação *online* e através do correio electrónico representam respectivamente uma percentagem de 22,1% e de 18,8%. A par disso, é de referir que 47 casos de queixas e denúncias foram apresentados por cidadãos através do telefone, representando uma percentagem de 9,8%, enquanto 77 casos foram apresentados pessoalmente, representando uma percentagem de 16,1%.

Com referência aos dados do ano anterior, os meios mais utilizados pelos cidadãos na apresentação de queixas ou denúncias em 2020 continuaram a ser a “carta” e a “apresentação *online*”.

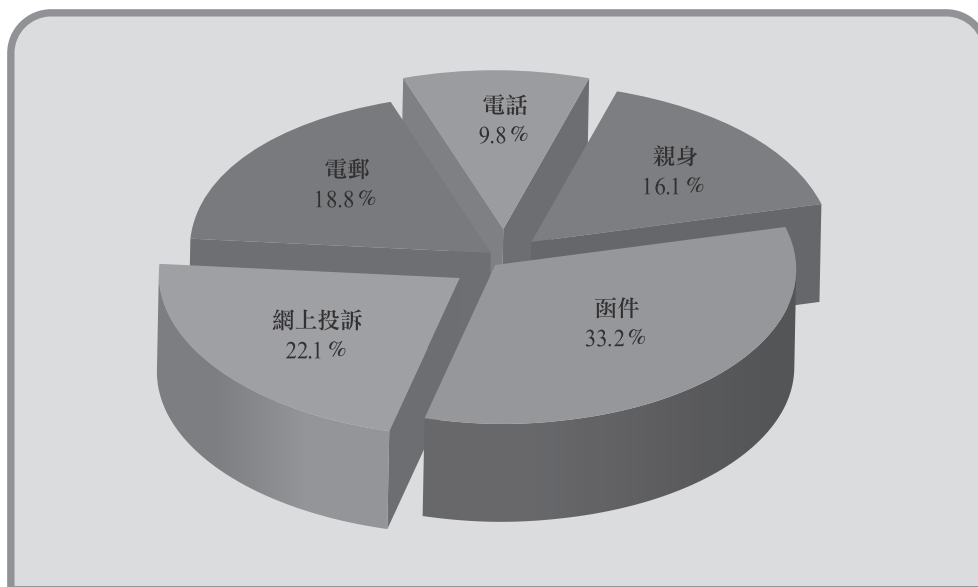
2020年市民投訴及舉報方式統計

投訴及舉報方式	數量	百分比
函件	159	33.2%
網上投訴	106	22.1%
電郵	90	18.8%
電話	47	9.8%
親身	77	16.1%
總數	479	100%

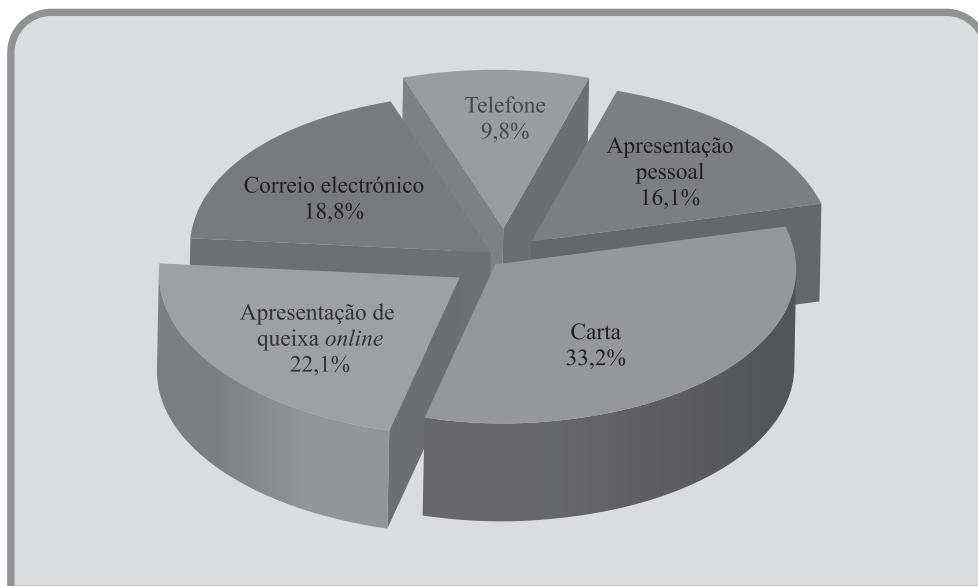
Estatística das queixas e denúncias dos cidadãos em 2020 segundo a forma de apresentação

Formas de apresentação de queixas e denúncias	Quantidade	Percentagem
Carta	159	33,2%
Apresentação de queixa <i>online</i>	106	22,1%
Correio electrónico	90	18,8%
Telefone	47	9,8%
Apresentação pessoal	77	16,1%
Total	479	100%

2020年投訴及舉報方式統計



Estatística das queixas e denúncias dos cidadãos em 2020 segundo a forma de apresentação



在2020年，以不同形式接獲的投訴及舉報當中，原有303宗以實名作出，以匿名作出的則有163宗，然而，經調查後發現，當中有7宗以具名方式作出的投訴或舉報，因所提供的基本身份資料或聯絡方式不實，而要轉為匿名投訴或舉報；而有1宗以匿名作出的投訴，則因在調查過程中成功獲得投訴人的配合並取得聯繫與溝通，而轉為實名投訴。因此，去年以實名方式作出的投訴或舉報個案實際為297宗，而匿名投訴或舉報則為169宗。

Em 2020, de entre as queixas e denúncias recebidas por diversas formas, inicialmente 303 foram apresentadas com a devida identificação, enquanto 163 foram apresentadas de forma anónima. No entanto, após investigação, 7 queixas ou denúncias apresentadas com identificação foram reclassificadas como queixas ou denúncias anónimas devido à falsidade dos dados básicos de identificação e dos meios de contactos fornecidos. A par disso, uma queixa anónima foi reclassificada como queixa identificada, devido à obtenção, com sucesso, da colaboração por parte do queixoso no decorrer da investigação, conseguindo-se estabelecer contacto e comunicação com o mesmo. Nestes termos, no ano passado, o número de queixas e denúncias apresentadas com identificação foi, na realidade, de 297 e o número de queixas e denúncias anónimas foi, na realidade, de 169.

跟2019年同期數字作比較，以匿名方式作出的投訴及舉報個

Comparando com os números registados no mesmo período de 2019, verificou-se uma redução notória no número de quei-

案有明顯下降的現象，顯示市民負責任投訴意識正日漸增強，市民對廉政公署的信心亦見提升。

2020年，廉政公署所接獲的匿名投訴及檢舉中，有37宗屬即使已採取一定措施後仍無條件立案調查，只能直接歸檔，另有132宗經分析後具條件立案跟進，其中由行政申訴局負責的有100宗，由反貪局負責的有32宗；然而，部分案件在廉政公署人員竭力調查後仍因信息不足而無法取得進展，最終需要歸檔，其中行政申訴局範疇佔50宗，在反貪局則有3宗。

2020年匿名投訴及舉報的處理

匿名處理	行政申訴局	反貪局	直接歸檔
匿名立案	100	32	---
匿名而不立案	---	---	37
開案後仍無法跟進而歸檔	50	3	---
總數	169		

此外，在資訊處人員全力給予技術支援的情況下，反貪局及行政申訴局各級人員經過一年的努力，廉政公署案件電子化完成率大有提升，直至2020年12月，跟進中的案件已達95%完成電子化，而歷年歸檔案件亦已完成大約5%。

第二部分 反貪工作

一、概述

2020年是澳門特別行政區第五屆政府的開局之年，也是極

xas e denúncias anónimas, o que demonstra que os cidadãos estão cada vez mais sensibilizados para a assunção da responsabilidade na apresentação de queixas, e que existe um aumento da confiança dos cidadãos no CCAC.

Em 2020, de entre as queixas e denúncias anónimas recebidas pelo CCAC, houve 37 casos em que, mesmo após a aplicação de determinadas medidas, não se reuniram condições para poderem ser instruídos e investigados, sendo assim os mesmos directamente arquivados. Houve 132 casos em que reuniam condições para serem instruídos, entre os quais, 100 ficaram como sendo da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, e 32 da responsabilidade da Direcção dos Serviços contra a Corrupção. No entanto, houve casos em que, mesmo após o pessoal do CCAC ter envidado os seus esforços na investigação, não foi possível avançar com os respectivos trabalhos devido à insuficiência de informações, o que obrigou ao arquivamento dos mesmos. De entre estes casos, 50 pertenciam à Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça e 3 à Direcção dos Serviços contra a Corrupção.

Tratamento das queixas e denúncias anónimas recebidas em 2020

Tratamento adoptado	Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça	Direcção dos Serviços contra a Corrupção	Arquivados directamente
Anonimato — processos instruídos	100	32	---
Anonimato — processos não instruídos	---	---	37
Arquivados devido à falta de condições para acompanhamento após abertura do processo	50	3	---
Total	169		

Além disso, com todo o apoio técnico do pessoal da Divisão de Informática, e com o esforço prestado pelo pessoal de todos os níveis da Direcção dos Serviços contra a Corrupção e da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça ao longo de um ano, registou-se um aumento significativo da taxa de conclusão da informatização dos processos do CCAC, sendo que até Dezembro de 2020, a percentagem da conclusão da informatização dos processos em curso é de 95% e a conclusão da informatização dos processos arquivados ao longo dos anos é cerca de 5%.

SECÇÃO II COMBATE À CORRUPÇÃO

I. Introdução

O ano de 2020 marcou o início de governação do quinto mandato do Governo da RAEM e foi também um ano com

具挑戰的一年，新冠病毒肆虐全球，也影響到澳門社會生活的各個方面，同時亦令過去一年的反貪工作呈現新的特徵：

首先，為保就業引發的貪腐案件與過往相比尤為凸顯。疫情之下，經濟受到影響，許多私人企業被迫裁員減薪以渡時艱。過去一年，廉政公署受理了多宗通過行賄、受賄手段爭取聘用、要求續約或職務晉升的私營領域案件，主要發生在博企、保安公司和建築等私企部門，而涉案者包括本地人員、內地僱員，以及東南亞部分國家的外僱。廉政公署目前仍在積極跟進、處理相關案件。

其次，因防疫之故造成地理隔離，令人員減少交流，為協查案件工作帶來障礙，甚至有部分被迫暫緩進行。協查案件總體數量由2019年的29宗下降至2020年的22宗。內地與港澳三地執法機構人員雖然積極克服困難，但最終也只能完成了其中的4宗協查案件，餘下18宗案件有待2021年繼續努力完成。

此外，2020年的反貪工作還有以下特點：

其一是反貪策略上更加注重專業性和專屬性。2020年，廉政公署對過往的一批積案進行了分門別類的整理，以加快案件的調查流程，並依法轉介了少量的案件到相應的執法機關跟進。

其二是繼續保持對貪腐零容忍的政策，對發現的任何一個違法線索都絕不放過。廉政公署對年前的虛假投資移民案中發現的線索繼續展開調查，在2020年又成功偵破了兩宗虛假購買不動產的投資移民案、一宗虛假重大投資移民案。此外，還持續跟進環保與節能基金申請中的詐騙案，於2020年再偵破一宗同類案件。

其三是各類社團或機構詐騙政府的案件高居不下。2020年移送檢察院的18宗案件中，有8宗涉及詐騙公帑或與詐騙相關的偽造文件罪。

muitos desafios. O novo tipo de coronavírus alastrou por todo o mundo, afectando diversos aspectos da vida da sociedade de Macau e conduzindo ao surgimento de novas características nos trabalhos de combate à corrupção no ano anterior:

Em primeiro lugar, os casos de corrupção relacionados com as questões da segurança do emprego sobressaíram em relação ao passado. Sob o impacto da epidemia, e sendo afectada a economia, muitas empresas privadas foram forçadas a despedir trabalhadores ou a baixar salários a fim de ultrapassarem as adversidades. Em 2020, o CCAC recebeu vários casos relativos ao sector privado, relacionados nomeadamente com a procura de emprego, a renovação de contratos ou a promoção profissional, envolvendo práticas de corrupção activa e passiva. Os referidos casos ocorreram principalmente em entidades privadas, tais como concessionárias/subconcessionárias de jogo, empresas de segurança ou de construção civil, envolvendo trabalhadores locais ou do Interior da China, bem como trabalhadores não residentes oriundos de países do Sudeste Asiático. Os referidos casos continuam ainda em fase de acompanhamento e tratamento pelo CCAC de forma empenhada.

Em segundo lugar, o isolamento geográfico resultante da prevenção da epidemia conduziu à redução do intercâmbio do pessoal, o que constituiu um obstáculo para os trabalhos de cooperação na investigação de casos, vendo-se mesmo alguns deles obrigados a suspender a sua realização. O número total de casos de cooperação na investigação diminuiu de 29 em 2019 para 22 em 2020. Apesar de o pessoal das autoridades do Interior da China, Hong Kong e Macau se ter empenhado em ultrapassar as dificuldades surgidas, concluiu-se apenas 4 dos casos de cooperação na investigação, encontrando-se os restantes 18 ainda por concluir em 2021.

Para além disso, os trabalhos de combate à corrupção de 2020 apresentaram também as seguintes características:

Primeiro, foi prestada mais atenção ao profissionalismo e à especialidade no âmbito de estratégias de combate à corrupção. Em 2020, o CCAC procedeu ao tratamento de uma parte dos casos acumulados para a sua classificação, com vista a acelerar os procedimentos de investigação dos casos, tendo encaminhado, nos termos da lei, alguns casos para as autoridades correspondentes para efeitos de tratamento.

Segundo, tem sido mantida a política de tolerância zero à corrupção, não descurando nenhum indício de ilegalidade encontrado. Procedendo-se, continuamente, à investigação dos indícios detectados, nos casos de imigração por investimento fictício, em anos anteriores, o CCAC conseguiu, em 2020, resolver dois casos relativos à imigração por aquisição fictícia de bens imóveis e um caso de imigração por investimento relevante fictício. A par disso, continuou-se a acompanhar casos de burla relacionados com pedidos junto do Fundo para a Protecção Ambiental e Conservação Energética (FPACE), tendo-se resolvido, em 2020, mais um outro caso semelhante.

Terceiro, os casos de burla envolvendo subsídios atribuídos pelo Governo, praticados por diversas associações ou instituições continuaram a registar-se em número elevado. Em 2020, dos 18 casos encaminhados para o Ministério Público, 8 envolveram burla ao erário público ou crimes de falsificação de documento conexos ao crime de burla.

這類案件以各類社團或機構欺詐申請政府資助為主，使加強對政府資助的監管成為老生常談。可喜的是經過多年努力，有關當局正積極採取行動，例如教育暨青年局（即現教育及青年發展局）對新一期的持續進修課程採取了更多監管措施，及時遏止上述泛濫一時的詐騙行為。期望各公共部門及各類公共基金坐言起行，切實推動公帑資助的防貪機制建設，透過事前審查、事中監督和事後監察等多層次、多方位建設長效動態的防貪機制。

二、刑事舉報及立案簡介

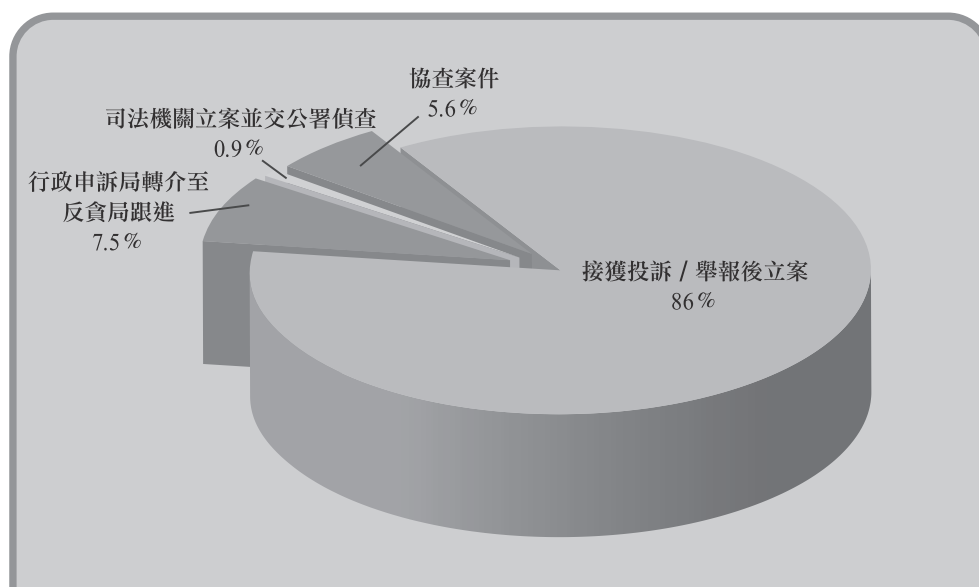
2020年，廉政公署共接獲479宗投訴及舉報個案，當中涉及反貪範疇的有96宗（其中有4宗直接附入正在調查的案件內），而由行政申訴局轉介至反貪局跟進的有8宗，另由司法機關立案並交廉政公署偵查的案件有1宗，加上協查案件6宗，反貪局於2020年新跟進的案件合共107宗，收案數字相比2019年度錄得111宗的統計數字有所下降。

A maioria deste tipo de casos foram relativos aos pedidos de subsídios, atribuídos pelo Governo, com recurso a meios fraudulentos, praticados por diversos tipos de associação ou instituição, o que tornou a ideia de reforço da fiscalização dos subsídios atribuídos pelo Governo um chavão. Felizmente, após vários anos de esforços, as autoridades competentes estão a empenhar-se em agir, a título de exemplo, mais medidas de fiscalização foram tomadas pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (a actual Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude) para a nova edição dos cursos de aperfeiçoamento contínuo, com vista a reprimir, atempadamente, os referidos actos de burla que se tornaram comuns durante algum tempo. Espera-se que os serviços públicos e os diversos tipos de fundos públicos passem das palavras à prática, promovendo efectivamente a implementação de mecanismos para a prevenção da corrupção no âmbito dos financiamentos pelo erário público, tornando tal mecanismo eficaz, a longo prazo e dinâmico, através de diversos níveis e aspectos, nomeadamente do sistema de verificação prévia, de supervisão intercalar e de fiscalização subsequente.

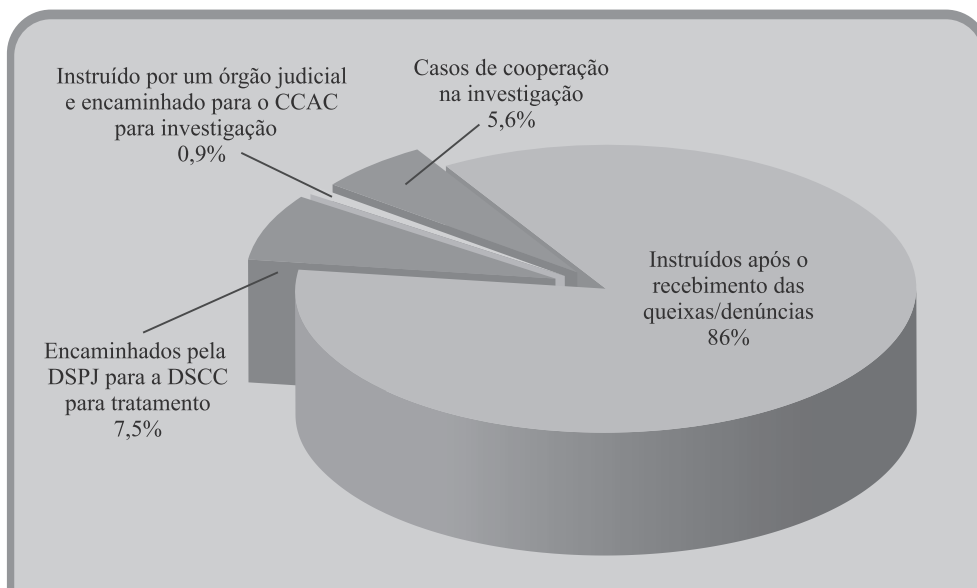
II. Denúncias de natureza criminal e processos instruídos

Em 2020, o CCAC recebeu um total de 479 queixas e denúncias, das quais 96 no âmbito do combate à corrupção (4 destes casos foram juntos directamente a outros que se encontravam já em investigação) e 8 foram encaminhados pela Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça para a Direcção dos Serviços contra a Corrupção para tratamento. Para além disso, 1 caso instruído por um órgão judicial foi encaminhado para o CCAC para efeitos de investigação. Somando aos casos referidos 6 casos de cooperação na investigação, um total de 107 novos casos foram tratados pela Direcção dos Serviços contra a Corrupção em 2020, registando-se uma descida no número de casos recebidos quando comparado com o número de 111 registado em 2019.

2020年反貪案件統計



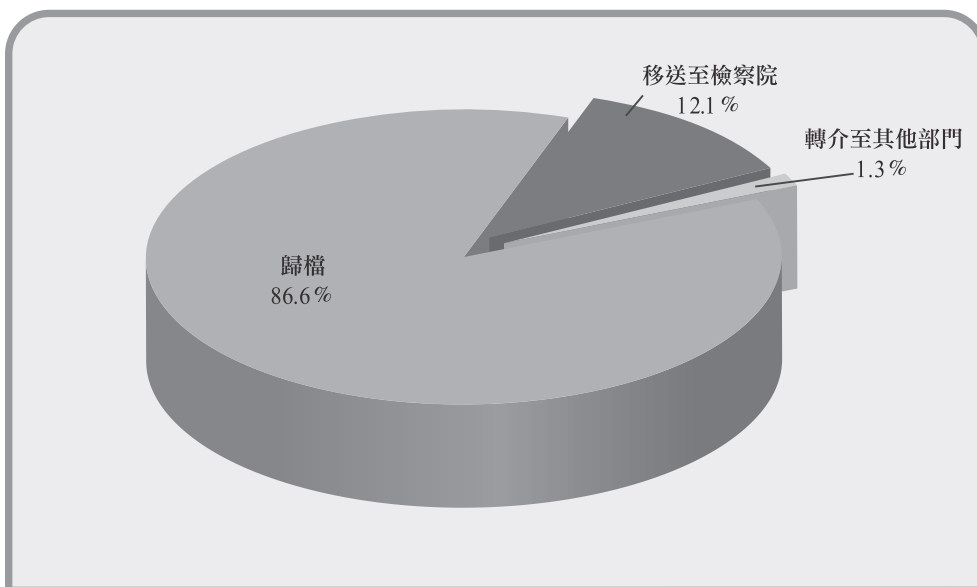
Estatística dos casos do âmbito do combate à corrupção em 2020



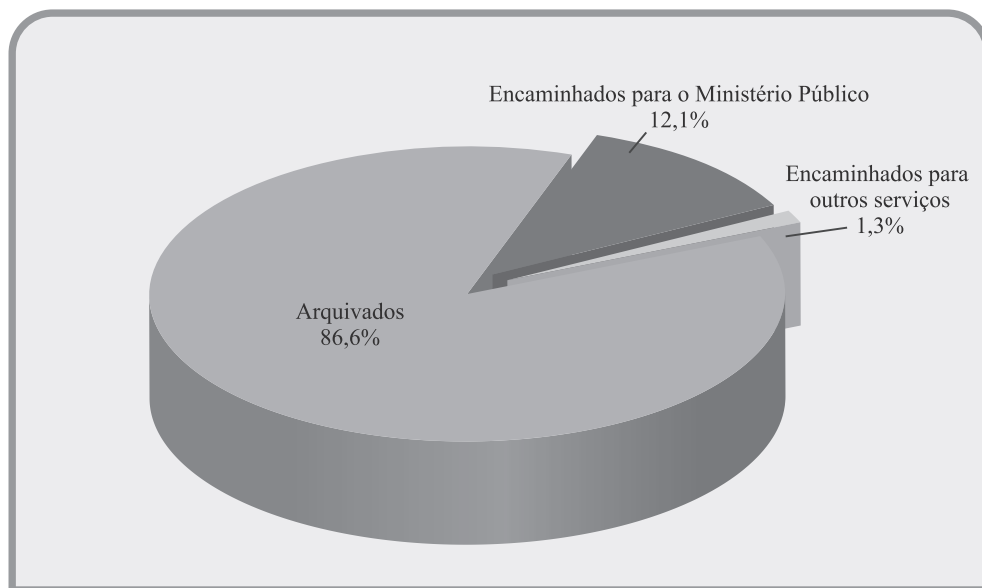
在2020年完成偵查並結案的149宗反貪案件中，有18宗已移送至檢察院開立刑事偵查卷宗，2宗轉介至其他部門，其餘129宗已作歸檔處理。

Em 2020, dos 149 processos do âmbito do combate à corrupção dados como findos, com investigação concluída, 18 foram encaminhados para o Ministério Público para efeitos de instrução de processo penal, 2 encaminhados para outros serviços e os restantes 129 foram arquivados.

2020年反貪局結案統計



**Estatística dos casos concluídos pela
Direcção dos Serviços contra a Corrupção em 2020**



三、案件摘要

在2020年完成調查的反貪範圍的案件中，節選出部份經偵查後，廉政公署認為具充足跡象可移交檢察院作進一步控訴工作的案件，又或經廉政公署轉介至有權限機關的其他性質犯罪的案件如下：

(一)

廉政公署接獲某社團會員親身舉報，懷疑該社團的理事長向勞工事務局申請活動資助期間，呈交了不實的酒樓餐費收據及活動報告，誇大當晚實際筵席數目。

經調查，發現舉報內容屬實，涉案社團理事長涉嫌觸犯《刑法典》規定及處罰的詐騙罪及偽造文件罪。案件於2020年3月偵查終結並移送檢察院處理。

(二)

2020年4至12月期間，廉政公署相繼偵破三宗與申請移民相關的犯罪案件。其中有兩宗涉及購買不動產的投資移民，一宗為涉及十多人的重大投資移民。

III. Sumário de casos

De entre os casos do âmbito do combate à corrupção cuja investigação foi concluída em 2020, seguem-se alguns exemplos em que, após a investigação, foi considerado pelo CCAC que existiam indícios suficientes para serem encaminhados ao Ministério Público para acusação posterior, ou casos de crimes de outra natureza encaminhados pelo CCAC para os órgãos competentes:

(I)

O CCAC recebeu uma denúncia presencial, apresentada por um sócio de uma associação, na qual se referia que o presidente da direcção daquela associação terá apresentado, no pedido de apoio financeiro para a realização de actividades junto da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, recibo falso relativo às despesas de refeição num restaurante e um relatório de actividade falso, exagerando o número efectivo de mesas de banquete utilizadas naquela actividade.

Após a investigação, verificou-se que a denúncia era verdadeira. O presidente da direcção daquela associação envolvido no caso é suspeito da prática dos crimes de burla e de falsificação de documento previstos e punidos no Código Penal. A investigação do referido caso foi concluída em Março de 2020, tendo o mesmo sido encaminhado para o Ministério Público para os devidos efeitos.

(II)

Entre Abril e Dezembro de 2020, o CCAC resolveu, sucessivamente, três casos de crimes relacionados com pedidos de imigração. Dois deles relacionados com a fixação de residência por investimento imobiliário, e um outro relacionado com a “imigração por investimentos relevantes”, o qual envolvia mais de uma dezena de pessoas.

調查發現，某地產東主涉嫌向一名不動產投資移民申請人虛假出售物業，以便後者透過購買該物業申請投資移民。該名地產東主與該名投資移民申請人為親屬關係。地產東主涉嫌伙同另一名親屬先後向不動產投資移民申請人虛假出售兩個物業，以製造申請人於澳門作出超過100萬元的不動產投資假象，並藉此申請澳門居留許可。事實上，兩個物業一直由該名地產東主及其親屬使用，在不動產投資移民申請人取得澳門永久居民身份證後，該名地產東主便把物業出售並取得所有樓款，而另一物業亦轉回予其親屬名下。

第二宗情形較為類似。經調查發現，某澳門居民早前就打算以自己名義購入有關單位，並已經與原單位出賣人簽署了預約買賣合約。其後為協助其親屬取得澳門居留許可，故意將用作購入單位的樓款轉賬至該親屬（即居留許可申請人）的銀行賬戶，由後者將樓款支付予單位出賣人，並在簽署有關單位之買賣公證書及辦理物業登記後成為“表見業權人”，營造該居留許可申請人購買了涉案單位的假象，以便向澳門貿易投資促進局申請不動產投資移民。然而，涉案單位自購入後一直由借出單位的親屬支配及使用，在居留許可申請人及其家屬取得澳門居民身份證後，借出單位的親屬便以居留許可申請人事先簽立的授權書出售有關單位並取得所有售樓款項。

另一宗是涉及多人的“重大投資移民”案。

經調查發現，某本澳商人代辦了至少十一宗以“重大投資移民”為由向澳門貿易投資促進局提出的臨時居留許可申請，該等申請人都是以入股到該商人名下持有或所操控之公司作為投資依據，然而事實上卻提交了載有不實內容的文件以符合當局之審

Na sequência da investigação, apurou-se que o proprietário de uma companhia de fomento predial teria vendido, de forma simulada, uma propriedade a um requerente de pedido da fixação de residência por investimento imobiliário, para que este pudesse requerer, através da aquisição dessa propriedade, a fixação de residência por investimento. O proprietário daquela companhia de fomento predial tinha relação de parentesco com o referido requerente. O proprietário daquela companhia, em conluio com um outro familiar seu, teria vendido, de forma simulada, dois imóveis ao requerente de pedido da fixação de residência por investimento imobiliário, com vista a criar a ilusão de que o requerente tinha efectuado em Macau um investimento imobiliário de valor superior a um milhão de patacas e assim poder pedir autorização de residência em Macau. Na realidade, os dois imóveis têm sido utilizados pelo proprietário daquela companhia de fomento predial e pelo seu familiar. Depois de o requerente de pedido da fixação de residência por investimento imobiliário obter o Bilhete de Identidade de Residente Permanente de Macau, o proprietário daquela companhia vendeu um dos imóveis referidos e recebeu todas as quantias referentes à venda do imóvel, e o outro imóvel foi transferido de volta para nome do seu familiar.

O segundo caso é semelhante. Na sequência da investigação, apurou-se que um residente de Macau pretendia adquirir, uma fracção em nome próprio e tinha para isso celebrado um contrato-promessa de compra e venda com o vendedor da respectiva fracção. Posteriormente, a fim de ajudar um familiar seu a obter a autorização de residência em Macau, transferiu dolosamente o montante destinado à aquisição daquela fracção para a conta bancária do referido familiar (ou seja, do requerente da autorização de residência), e este último efectuou o pagamento do preço directamente ao vendedor daquela fracção, tornando-se assim “proprietário aparente” depois de assinar a escritura de compra e venda daquela fracção e tratar do registo predial, criando a ilusão de que o requerente da autorização de residência adquiriu a fracção em causa de modo a requerer a fixação de residência por investimento imobiliário junto do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM). No entanto, aquela fracção, desde a data da sua aquisição, tem estado na posse e sido utilizada pelo familiar que entregou o dinheiro para a compra da fracção em causa. Após a obtenção do Bilhete de Identidade de Residente de Macau pelo requerente da autorização de residência e pelos seus familiares, o familiar que entregou o dinheiro para a compra da fracção em causa vendeu a mesma, tendo ficado com todo o montante da venda, através de procuração outorgada previamente pelo requerente da autorização de residência.

Outro caso diz respeito à “imigração por investimentos relevantes” e envolveu várias pessoas.

Na sequência de uma investigação, apurou-se que um comerciante local ajudou outrem para tratar de, pelo menos, 11 pedidos de autorização de residência temporária com fundamento em “imigração por investimentos relevantes” junto do IPIM. Aqueles requerentes tinham como fundamento o facto de terem adquirido quotas de empresas propriedade ou controladas pelo referido comerciante. No entanto, na realidade, aqueles indivíduos apresentaram documentos com informações falsas para satisfazer os requisitos de apreciação e autorização exigidos pela Administração. Na investigação, verificou-se ainda que o referido comerciante, em conluio com os seus subordi-

批條件。調查亦發現該名商人聯同其下屬及生意夥伴向多個政府部門提交不實的僱員資料，作為虛報公司規模及營運狀況的依據。

上述案件的有關人士涉嫌觸犯第6/2004號法律《非法入境、非法逗留及驅逐出境的法律》規定及處罰的偽造文件罪。案件已經偵查終結並移送檢察院處理。

(三)

廉政公署接獲市民親身投訴，指司法警察局某偵查人員涉嫌濫用職權私下查閱其本人及其女性友人的出入境紀錄。

經調查發現，一名任職司法警察局的偵查員涉嫌於2019年期間，在未經許可及並非基於調查案件所需的情況下，為實現其個人目的多次私下透過司法警察局的資訊系統查閱上述市民及其女性友人的出入境紀錄。

該名偵查員涉嫌觸犯《刑法典》規定及處罰的濫用職權罪，以及第8/2005號法律《個人資料保護法》規定的不當查閱罪。案件於2020年9月偵查終結並移交檢察院處理，並向司法警察局通報有關情況。

(四)

廉政公署揭發某社團的幾名主要負責人涉嫌長期詐騙社會工作局的資助。

經調查發現，該社團長期透過遞交不實的申報文件，瞞騙社會工作局的審批並導致該局發放了資助款項。證據顯示該社團的負責人與社團的會計人員合謀，利用偽造文件的手段瞞騙社會工作局，使公帑遭受嚴重損失，涉及金額超逾兩百萬澳門元。

有關人士的行為涉嫌觸犯多項《刑法典》規定及處罰的詐騙罪及偽造文件罪，以及第11/2009號法律《打擊電腦犯罪法》規定及處罰的電腦偽造罪。案件於2020年6月偵查終結並移送檢察院處理。

nados e parceiros de negócios, tinha apresentado informações falsas relativas aos seus empregados perante vários serviços públicos, utilizando essas informações para prestar falsas declarações sobre a dimensão e a situação de exploração da sua empresa.

Os indivíduos acima referidos são suspeitos da prática do crime de falsificação de documento previsto e punido na Lei n.º 6/2004 (Lei da Imigração Ilegal e da Expulsão). A investigação do referido caso foi concluída, tendo o mesmo sido encaminhado para o Ministério Público para os devidos efeitos.

(III)

O CCAC recebeu uma queixa presencial de um cidadão, a qual referia que um investigador da Polícia Judiciária (PJ) teria abusado do seu poder para aceder aos dados de migração respeitantes a si próprio e a uma sua amiga.

Na sequência da investigação efectuada, descobriu-se que, durante o ano de 2019, um investigador que exercia funções na PJ, para satisfazer os seus interesses pessoais, sem a devida autorização e sem fundamento na necessidade de investigação de casos, terá acedido, várias vezes e através do sistema informático da PJ, aos dados de migração respeitantes ao referido cidadão e à amiga deste último.

O investigador em causa terá praticado o crime de abuso de poder previsto e punido no Código Penal e o crime de acesso indevido previsto na Lei n.º 8/2005 (Lei da Protecção de Dados Pessoais). A investigação do referido caso foi concluída em Setembro de 2020, tendo o mesmo sido encaminhado para o Ministério Público para os devidos efeitos, simultaneamente foi também comunicada a situação em causa à PJ.

(IV)

O CCAC descobriu um caso suspeito de burla praticada por um longo período de tempo, por parte de alguns dos principais responsáveis de uma associação, relativamente aos apoios financeiros concedidos pelo Instituto de Acção Social (IAS).

Na sequência da investigação, apurou-se que, durante um longo período de tempo, a referida associação, através da entrega de declarações falsas, enganou o IAS, no âmbito da apreciação e autorização de pedidos, tendo aquele Instituto concedido os apoios financeiros em causa. As provas mostram que os responsáveis da associação actuaram em conluio com os contabilistas da mesma, enganando o IAS através da falsificação de documentos, causando graves prejuízos ao erário público, num montante superior a dois milhões de patacas.

Os indivíduos envolvidos terão praticado crimes de burla e de falsificação de documento previstos e puníveis pelo Código Penal, assim como o crime de falsificação informática previsto e punido pela Lei n.º 11/2009 (Lei de combate à criminalidade informática). A investigação do caso foi concluída em Junho de 2020, tendo o mesmo sido encaminhado para o Ministério Público para os devidos efeitos.

(五)

廉政公署偵破一宗涉及本澳某音樂教育中心涉嫌詐騙教育暨青年局“持續進修發展計劃”資助的案件。

經調查發現，該音樂中心的三名合伙人以親身或透過支付佣金予介紹人的方式招攬假學員，以現金回贈利誘未曾使用或尚未用畢“持續進修發展計劃”資助的市民，到涉案的音樂中心虛假報讀課程，在不用上課的情況下獲音樂中心支付二千至二千五百澳門元的現金或價值二千至三千元的消費額。

該音樂中心的三名合伙人指示職員替假學員辦理報讀手續時，教導假學員在沒有上課的情況下事先在學員出席表上簽署。另外，該三名合伙人會親自或指示職員在互聯網登入“課程系統”，完成確認開課的登記手續，並且不實地申報此等學員出席全部或大部分課程的情況，及後再透過網上“課程系統”所載的資料記錄，向教育暨青年局請求支付。教育暨青年局因此向該音樂中心支付了有關課程的資助款項超逾一百萬澳門元。此外，調查還發現該音樂中心利用24名學員報讀課程的名義，卻讓他人上課的手法詐騙資助。有24名有實質上課的學員是以他人名義報讀並收取資助的情況。

最後查得，涉嫌參與詐騙的人士共有196名，包括3名經營人、1名導師、5名收取佣金的介紹人、186名假學員及1名使用他人身份證明文件虛假報讀課程之人士。

上述人士涉嫌觸犯《刑法典》規定及處罰的詐騙罪、偽造文件罪及使用他人身份證明文件罪，以及第11/2009號法律《打擊電腦犯罪法》規定及處罰的電腦偽造罪。案件於2020年9月偵查終結並移送檢察院處理。

(六)

廉政公署在調查與“環保、節能產品和設備資助計劃”相關的案件期間，發現某節能設備供應商於2012年至2015年期間，

(V)

O CCAC descobriu um caso suspeito de burla, praticada por um centro de educação musical, relativamente aos subsídios concedidos pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), no âmbito do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”.

Na sequência da investigação, apurou-se que os três sócios do referido centro recrutavam “falsos alunos”, pessoalmente ou através de um mediador mediante pagamento de uma comissão, atraindo cidadãos que ainda não utilizaram, ou que ainda não utilizaram todo, o montante do subsídio do “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo” a inscreverem-se simuladamente em cursos ministrados por aquele centro de educação musical, mediante contrapartida em dinheiro. Os referidos alunos recebiam assim do referido centro, como contrapartida, entre 2.000 e 2.500 patacas em dinheiro ou valores para consumo com montantes entre 2.000 e 3.000 patacas, sem necessidade de frequentar nenhuma aula.

Os três sócios do referido centro deram instruções aos seus trabalhadores para, aquando do tratamento das formalidades de inscrição dos “falsos alunos”, aconselhar estes últimos, na ausência de frequência de qualquer aula, a assinarem previamente a lista de presenças. Por outro lado, os referidos três sócios acediam, pessoalmente, ou através dos seus trabalhadores, à página electrónica do “Sistema de cursos” para concluir as formalidades de registo de confirmação do início dos cursos, declarando falsamente a participação, em todos ou na maioria dos cursos, dos alunos envolvidos, solicitando posteriormente à DSEJ o pagamento dos respectivos subsídios, com base nos dados registados no referido “Sistema de cursos”. E assim, a DSEJ pagou ao referido centro de educação musical mais de um milhão de patacas, a título de subsídio concedido para realização dos respectivos cursos. Além disso, foi descoberto também que o referido centro de educação musical permitiu que outros alunos frequentassem cursos em nome de 24 alunos que se inscreveram nesses cursos, obtendo assim fraudulentamente subsídios. Houve 24 alunos que frequentaram efectivamente os cursos mas cujas inscrições tinham sido efectuadas em nome de outros, e assim receberam os respectivos subsídios.

Por fim, apurou-se que 196 indivíduos estiveram envolvidos na prática de burla, incluindo 3 operadores, 1 formador, 5 mediadores que receberam comissão, 186 “falsos alunos” e 1 indivíduo que utilizou um documento de identificação alheio para se inscrever simuladamente no curso.

Os referidos indivíduos são suspeitos da prática dos crimes de burla, de falsificação de documento e de uso de documento de identificação alheio previstos e punidos pelo Código Penal, e do crime de falsificação informática previsto e punido pela Lei n.º 11/2009 (Lei de combate à criminalidade informática). A investigação do caso foi concluída em Setembro de 2020, tendo o mesmo sido encaminhado para o Ministério Público para os devidos efeitos.

(VI)

No decorrer da investigação dos casos relacionados com o “Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética”, o CCAC descobriu que um fornecedor de equipa-

曾為多間商戶代辦手續，在向環保與節能基金呈交申請時，提交經誇大價格的節能燈具報價單及銷售發票，藉此詐騙環保與節能基金資助款項。該供應商亦涉嫌製作虛假的報價單及銷售發票，將已投入使用的設備虛報為擬新購的設備來為商戶申請資助，使環保與節能基金向商戶批出原本不屬於受資助範圍的資助款項。

涉案供應商涉嫌觸犯《刑法典》規定及處罰的詐騙罪及偽造文件罪。案件於2020年12月偵查終結並移送檢察院處理。

(七)

廉政公署接獲舉報，指治安警察局某名警員介紹他人到某公司進行非法借貸，而被害人在某公司內經由該名警員見證下簽署借據並從該公司負責人手上取得支票後，該名警員特意陪同被害人到銀行將支票兌換成現金，並要求被害人支付四千澳門元作為介紹費。

經調查發現，上述警員與公司負責人涉嫌觸犯《刑法典》規定及處罰的暴利罪，鑒於處理有關事宜並不屬廉政公署的職權範圍，故廉政公署將本案轉介司法警察局處理，至於上述警員涉嫌參與高利貸活動及收取介紹費而構成的違紀責任，廉政公署已依法將情況通報治安警察局跟進。

四、跨境案件協查

個案協查方面，鑒於2020年受疫情影響，部分協查工作需暫緩進行，因而協查請求方來函要求廉政公署提供協查的個案亦相應減少，與此同時反貪局向外地對口部門請求協查的情況亦較去年減少。

1. 境外執法機關請求公署協查的案件

2020年反貪局共接收來自外地對口部門的請求而開立了協查案件的有6宗。連同由2019年度轉入的案件，反貪局去年處理

mentos de conservação energética tinha tratado, entre 2012 e 2015, das formalidades necessárias, em representação de diversas empresas e, aquando da apresentação de pedidos ao Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE), entregado cotações e facturas das lâmpadas energeticamente eficientes com valores exagerados, por forma a obter, por meio fraudulento, os apoios financeiros do FPACE. Para além disso, o mesmo fornecedor teria “fabricado” cotações e facturas falsas no sentido de declarar falsamente equipamentos que já se encontravam em uso como se tratando de novos equipamentos a adquirir pelas respectivas empresas, fazendo com que o FPACE concedesse às empresas em causa apoios financeiros que ficavam fora do âmbito do financiamento.

O fornecedor envolvido no caso foi considerado suspeito da prática dos crimes de burla e de falsificação de documento previstos e punidos pelo Código Penal, tendo o caso sido encaminhado para o Ministério Público para os devidos efeitos após a conclusão da investigação em Dezembro de 2020.

(VII)

O CCAC recebeu uma denúncia, segundo a qual um agente policial do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) recomendou a um terceiro para pedir um empréstimo, ilegal, a uma empresa. O ofendido assinou uma declaração de dívida na empresa em causa, sob o testemunho do referido agente policial, e obteve um cheque do responsável da empresa. Posteriormente, o agente policial acompanhou, de propósito, o ofendido a deslocar-se a um banco para descontar o cheque e exigiu ao ofendido o pagamento de 4 mil patacas a título de comissão.

Na sequência da investigação, constatou-se que o referido agente policial e o responsável da empresa teriam praticado o crime de usura previsto e punido pelo Código Penal. Tendo em conta que o tratamento da matéria em causa não cai no âmbito da competência do CCAC, o caso foi encaminhado para a Polícia Judiciária para efeitos de tratamento. Relativamente à responsabilidade da infracção disciplinar do agente policial resultante da alegada participação em agiotagem e recebimento da comissão, o CCAC já comunicou, nos termos da lei, a situação ao CPSP para os devidos efeitos.

IV. Cooperação transfronteiriça

No âmbito da cooperação na investigação de casos, devido ao impacto da epidemia em 2020, alguns trabalhos de cooperação na investigação foram suspensos, pelo que registou-se uma descida correspondente no número de pedidos escritos apresentados ao CCAC por entidades requerentes neste âmbito. Simultaneamente, os pedidos de apoio à investigação dirigidos pela Direcção dos Serviços contra a Corrupção a entidades homólogas do exterior também diminuíram em relação ao ano passado.

1. Apoio solicitado ao CCAC por autoridades do exterior no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2020, um total de 6 casos de apoio à investigação, apresentados por entidades homólogas do exterior, foram instruídos após o recebimento dos respectivos pedidos pela Direcção dos Serviços contra a Corrupção. Somando estes últimos aos

了廉政公署作為被請求方而開立的協查案件共11宗，其中4宗的請求方為內地機關，7宗為香港廉政公署。截至2020年年底，已結案的有2宗，9宗仍在跟進之中。

2. 廉政公署向外地提出的協查請求

廉政公署於2020年向外地對口部門提出了11個協查請求，其中6個是向內地機關提出，3個向香港廉政公署提出，同時向內地機關及香港廉政公署提出請求協助的則有2個。截至2020年年底，其中2個請求已完成並獲覆，另外9個請求仍在跟進中。

casos transitados de 2019, a Direcção dos Serviços contra a Corrupção tratou um total de 11 casos instruídos na sequência de solicitação ao CCAC de apoio à investigação. Destes 11 casos, 4 foram solicitados por autoridades do Interior da China e 7 pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong. Até ao final de 2020, 2 foram dados como findos e 9 continuam a ser alvo de acompanhamento.

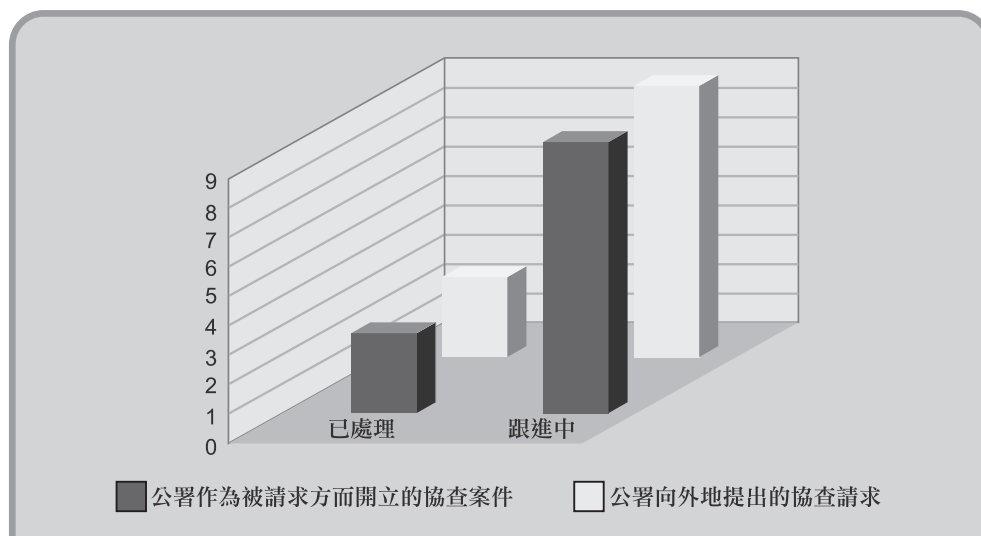
2. Apoio à investigação solicitado pelo CCAC a autoridades do exterior

Em 2020, o CCAC apresentou 11 pedidos de apoio à investigação a entidades homólogas do exterior, dos quais 6 a autoridades do Interior da China, 3 ao ICAC de Hong Kong e 2 a autoridades do Interior da China e ao ICAC de Hong Kong simultaneamente. Até ao final de 2020, 2 destes pedidos foram concluídos e respondidos, estando os restantes 9 pedidos ainda a ser acompanhados.

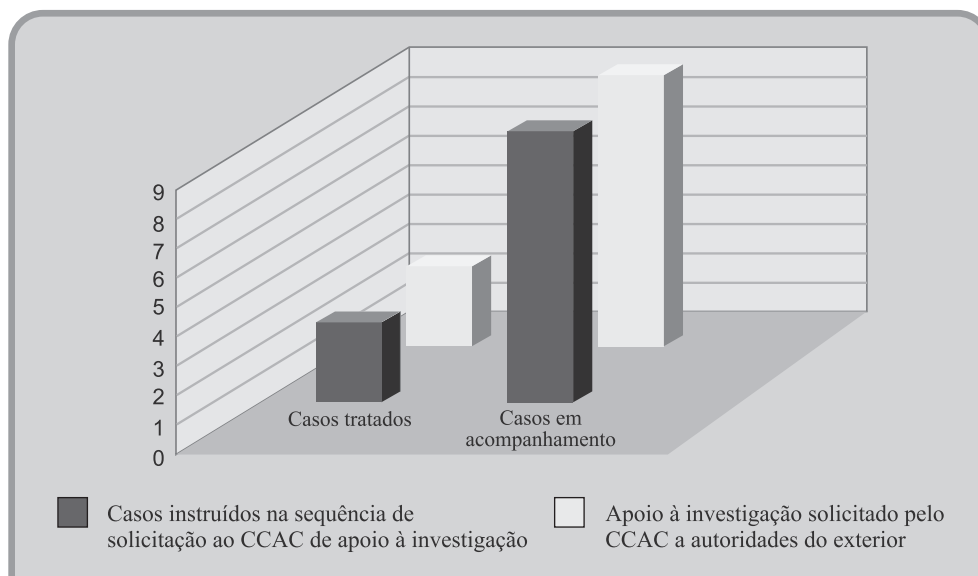
個案協查	已處理	跟進中	總數
公署作為被請求方而開立的協查案件	2	9	11
公署向外地提出的協查請求	2	9	11

Cooperação na investigação de casos	Casos tratados	Casos em acompanhamento	Total
Casos instruídos na sequência de solicitação ao CCAC de apoio à investigação	2	9	11
Apoio à investigação solicitado pelo CCAC a autoridades do exterior	2	9	11

2020年個案協查統計



Estatística dos casos de cooperação na investigação em 2020



五、法院判決

2020年法院判決的經廉政公署偵辦的案件共有17宗，合共涉及61人。其中有11宗為確定判決，還有一部分案件仍在上訴階段。

當中，有部份案件由廉政公署完成偵查並移送檢察院後成功送審，並已於2020年確定判決，資料如下：

V. Sentenças judiciais

Em 2020, o número de casos que foram investigados pelo CCAC e julgados pelo Tribunal era de 17, envolvendo um total de 61 pessoas, sendo que 11 destes processos viram já as respectivas sentenças transitadas em julgado e uma parte destes processos ainda se encontra em fase de recurso.

Alguns dos casos foram para julgamento, após investigação do CCAC e terem sido encaminhados para o Ministério Público, tendo as respectivas sentenças transitado em julgado em 2020. Apresentam-se de seguida as respectivas informações:

序號	廉政公署建議控罪	檢察院控罪	權限法院	審判結果
1	鄭XX: 兩項公務上之侵占罪、四項濫用職權罪。	一項公務上之侵占罪。	初級法院 中級法院	一項公務上之侵占罪，判處兩年六個月徒刑，緩刑兩年；緩刑附帶條件，須向特區捐獻澳門幣30,000元。 被告上訴，被中級法院駁回。
2	楊XX: 三十五項偽造文件罪、八項詐騙罪。 鄒XX: 七項偽造文件罪、八項詐騙罪。 勞XX: 二十四項偽造文件罪。	楊XX: 四項偽造文件罪。 楊XX及鄒XX: 一項偽造文件罪、一項詐騙罪。 勞XX: 兩項偽造文件罪。	初級法院	楊XX: 五項偽造文件罪及一項詐騙罪，合共判處兩年九個月徒刑，緩刑三年；緩刑附帶條件，須向特區捐獻澳門幣30,000元。 鄒XX: 一項偽造文件罪及一項詐騙罪，合共判處一年徒刑，緩刑兩年。 此外，楊XX及鄒XX須以共同及連帶責任向財政局賠償澳門幣75,640元，另加法定遲延利息。 勞XX: 兩項偽造文件罪，合共判處一年兩個月徒刑，緩刑兩年；緩刑附帶條件，須向特區捐獻澳門幣15,000元。

序號	廉政公署建議控罪	檢察院控罪	權限法院	審判結果
3	吳XX:三項受賄作不法行為、一項清洗黑錢罪。 李X:一項清洗黑錢罪。 李XX:三項行賄罪。	李XX:一項行賄罪。 吳XX:三項受賄作不法行為罪。	初級法院 中級法院	吳XX:一項受賄作不法行為罪,判處三年徒刑。 李XX:一項行賄罪,判處一年徒刑。 被告上訴,被中級法院駁回。
4	陳XX及陳XX:各一項偽造文件罪。 陳XX:兩項財產申報資料不正確罪。	陳XX及陳XX:一項偽造文件罪。 陳XX:兩項財產申報資料不正確罪。	初級法院	陳XX:兩項財產申報資料不正確罪,合共判處93日罰金,按每日3,000元計算,合共澳門幣279,000元,如不支付罰金,則須執行62日徒刑。
5	施XX及譚XX:一項受賄作不法行為罪、一項公務員所實施之偽造罪。 戴XX:一項行賄罪、一項公務員所實施之偽造罪。 麥XX:一項公務員所實施之偽造罪。	譚XX、施XX及麥XX:三十項公務員所實施之偽造罪。 戴XX:十項公務員所實施之偽造罪、十項偽造文件罪。 麥XX:一項行賄罪。 譚XX及施XX:一項受賄作不法行為罪。	初級法院	譚XX及施XX:三項偽造文件罪,合共判處一年徒刑,緩刑兩年。 麥XX:兩項偽造文件罪,合共判處十個月徒刑,緩刑兩年。 戴XX:三項偽造文件罪,合共判處一年三個月徒刑,緩刑兩年。
6	李XX:一項公務員所實施之偽造罪、一項巨額詐騙罪。	李XX:一項偽造文件罪、一項巨額詐騙罪。	初級法院	一項偽造文件罪及一項詐騙罪,合共判處兩年三個月徒刑,緩刑兩年;緩刑附帶條件,須向特區捐獻澳門幣30,000元。另須向特區賠償澳門幣58,019元,另加法定遲延利息。
7	施XX及郭XX:各一項偽造文件罪、各一項相當巨額詐騙罪、各兩項財產申報虛假之當事人陳述或聲明罪。	施XX:一項偽造文件罪、一項財產申報資料不正確罪。 郭XX:一項偽造文件罪、一項財產申報資料不正確罪。	初級法院 中級法院	施XX及郭XX:一項偽造文件罪及一項財產申報資料不正確罪,合共判處八個月徒刑,緩刑一年。 被告上訴,被中級法院駁回。
8	湯XX:四十五項偽造文件罪。	湯XX:四十五項偽造文件罪。	初級法院	四十三項偽造文件罪,合共判處三年徒刑,緩刑四年。

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
1	Cheang XX: 2 crimes de peculato e 4 crimes de abuso de poder.	1 crime de peculato.	Tribunal Judicial de Base (TJB) Tribunal de Segunda Instância (TSI)	Cheang XX foi condenado, por 1 crime de peculato, à pena de prisão de 2 anos e 6 meses, suspensa por 2 anos, sob a condição de pagar à RAEM uma contribuição monetária de 30.000 patacas. O TSI negou provimento ao recurso interposto pelo réu.
2	Jeong XX: 35 crimes de falsificação de documento, 8 crimes de burla. Chao XX: 7 crimes de falsificação de documento, 8 crimes de burla. Lou XX: 24 crimes de falsificação de documento.	Jeong XX: 4 crimes de falsificação de documento. Jeong XX e Chao XX: 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de burla. Lou XX: 2 crimes de falsificação de documento.	TJB	Jeong XX foi condenado, por 5 crimes de falsificação de documento e 1 crime de burla, à pena de prisão de 2 anos e 9 meses, suspensa por 3 anos, sob a condição de pagar à RAEM uma contribuição monetária de 30.000 patacas. Chao XX foi condenado, por 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de burla, à pena de prisão de 1 ano, suspensa por 2 anos.

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
				<p>Para além disso, Ieong XX e Chao XX têm de pagar à Direcção dos Serviços de Finanças (DSF), conjuntamente e solidariamente, uma indemnização no valor de 75.640 patacas, acrescido de juros de mora legais.</p> <p>Lou XX foi condenado, por 2 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 1 ano e 2 meses, suspensa por 2 anos, sob a condição de pagar à RAEM uma contribuição monetária de 15.000 patacas.</p>
3	<p>Ng XX: 3 crimes de corrupção passiva para acto ilícito, 1 crime de branqueamento de capitais.</p> <p>Lei X: 1 crime de branqueamento de capitais.</p> <p>Lei XX: 3 crimes de corrupção activa.</p>	<p>Lei XX: 1 crime de corrupção activa.</p> <p>Ng XX: 3 crimes de corrupção passiva para acto ilícito.</p>	TJB TSI	<p>Ng XX foi condenado, por 1 crime de corrupção passiva para acto ilícito, à pena de prisão de 3 anos.</p> <p>Lei XX foi condenado, por 1 crime de corrupção activa, à pena de prisão de 1 ano.</p> <p>O TSI negou provimento ao recurso interposto pelos réus.</p>
4	<p>Chan XX e Chan XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Chan XX: 2 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p>	<p>Chan XX e Chan XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Chan XX: 2 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p>	TJB	<p>Chan XX foi condenado, por 2 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, à pena de multa de 93 dias, à taxa diária de 3.000 patacas, perfazendo um total de 279.000 patacas. Em caso de não pagamento da multa, será aplicada uma pena de prisão de 62 dias.</p>
5	<p>Si XX e Tam XX: 1 crime de corrupção passiva para acto ilícito, 1 crime de falsificação praticada por funcionário.</p> <p>Tai XX: 1 crime de corrupção activa, 1 crime de falsificação praticada por funcionário.</p> <p>Mak XX: 1 crime de falsificação praticada por funcionário.</p>	<p>Tam XX, Si XX e Mak XX: 30 crimes de falsificação praticada por funcionário.</p> <p>Tai XX: 10 crimes de falsificação praticada por funcionário e 10 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Mak XX: 1 crime de corrupção activa.</p> <p>Tam XX e Si XX: 1 crime de corrupção passiva para acto ilícito.</p>	TJB	<p>Tam XX e Si XX foram condenados, por 3 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 1 ano, suspensa por 2 anos.</p> <p>Mak XX foi condenado, por 2 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 10 meses, suspensa por 2 anos.</p> <p>Tai XX foi condenado, por 3 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 1 ano e 3 meses, suspensa por 2 anos.</p>
6	<p>Lei XX: 1 crime de falsificação praticada por funcionário e 1 crime de burla de valor elevado.</p>	<p>Lei XX: 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de burla de valor elevado.</p>	TJB	<p>Lei XX foi condenado, por 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de burla, à pena de prisão de 2 anos e 3 meses, suspensa por 2 anos, sob a condição de pagar à RAEM uma contribuição monetária de 30.000 patacas. Para além disso, tem de pagar à RAEM uma indemnização no valor de 58.019 patacas, acrescido de juros de mora legais.</p>

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
7	Si XX e Kuok XX: 1 crime de falsificação de documento, 1 crime de burla de valor consideravelmente elevado, 2 crimes de falsidade de depoimento de parte ou declaração, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.	Si XX: 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses. Kuok XX: 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.	TJB TSI	Si XX e Kuok XX foram condenados, por 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, à pena de prisão de 8 meses, suspensa por 1 ano. O TSI negou provimento ao recurso interposto pelos réus.
8	Tong XX: 45 crimes de falsificação de documento.	Tong XX: 45 crimes de falsificação de documento.	TJB	Tong XX foi condenado, por 43 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 3 anos, suspensa por 4 anos.

另有部份送審案件於2020年已作出一審判決後，但至今仍未轉為確定：

Alguns casos que foram julgados em primeira instância em 2020, mas cujas sentenças ainda não transitaram em julgado:

序號	廉政公署建議控罪	檢察院控罪	權限法院	審判結果
1	徐XX：一百四十二項在法律行為中分享經濟利益罪、一項濫用職權罪、五項財產申報資料不正確罪。 麥XX：一百四十二項在法律行為中分享經濟利益罪。 高XX：一百四十二項在法律行為中分享經濟利益罪、一項財產申報資料不正確罪。 蘇XX：兩項財產申報資料不正確罪。	徐XX、麥XX及高XX：一百四十二項在法律行為中分享經濟利益罪。 徐XX：一項濫用職權罪、一項公務上之侵占使用罪、一項財產申報虛假之當事人聲明罪。 高XX：一項財產申報虛假之當事人聲明罪。 蘇XX：一項財產申報虛假之當事人聲明罪。	初級法院	徐XX：兩項濫用職權罪及一項財產申報虛假之當事人聲明罪，合共判處四年徒刑。 麥XX：一項濫用職權罪，判處兩年徒刑。 高XX：一項濫用職權罪及一項財產申報虛假之當事人聲明罪，合共判處兩年三個月徒刑。 蘇XX：一項財產申報虛假之當事人聲明罪，判處120日罰金，按每日1,800元計算，合共澳門幣216,000元，若不繳納罰金，則須執行80日徒刑。

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
1	Choi XX: 142 crimes de participação económica em negócio, 1 crime de abuso de poder e 5 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses. Mak XX: 142 crimes de participação económica em negócio.	Choi XX, Mak XX e Kou XX: 142 crimes de participação económica em negócio. Choi XX: 1 crime de abuso de poder, 1 crime de peculato de uso, 1 crime de falsidade de declaração de parte previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.	TJB	Choi XX foi condenado, por 2 crimes de abuso de poder e 1 crime de falsidade de declaração de parte previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, à pena de prisão de 4 anos. Mak XX foi condenado, por 1 crime de abuso de poder, à pena de prisão de 2 anos.

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
	<p>Kou XX: 142 crimes de participação económica em negócio, 1 crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p> <p>Sou XX: 2 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p>	<p>Kou XX: 1 crime de falsidade de declaração de parte previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p> <p>Sou XX: 1 crime de falsidade de declaração de parte previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p>		<p>Kou XX foi condenado, por 1 crime de abuso de poder e 1 crime de falsidade de declaração de parte previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, à pena de prisão de 2 anos e 3 meses.</p> <p>Sou XX foi condenado, por 1 crime de falsidade de declaração de parte previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, à pena de multa de 120 dias, à taxa diária de 1.800 patacas, perfazendo um total de 216.000 patacas. Em caso de não pagamento da multa, será aplicada uma pena de prisão de 80 dias.</p>

此外，透過權限審判機關之公開網站，查得部份由廉政公署完成偵查並移送檢察院後成功送審，於2020年作出判決的案件資料如下：

Por outro lado, através da página electrónica, aberta ao público, do órgão jurisdicional competente, pode-se verificar que alguns casos que foram concluídos pelo CCAC e encaminhados para o Ministério Público já foram entretanto para julgamento. Apresentam-se de seguida algumas informações de casos em que foram proferidas as respectivas sentenças em 2020:

序號	廉政公署建議控罪	檢察院控罪	權限法院	審判結果
1	<p>吳 X X：一項犯罪集團罪、二百六十六項偽造文件罪*、三十三項偽造文件罪**、七項行賄罪。</p> <p>伍 X X：一項犯罪集團罪、二百四十八項偽造文件罪*、十八項偽造文件罪**。</p> <p>余 X X：一項犯罪集團罪、一百八十四項偽造文件罪*、九項使用偽造文件罪、十八項偽造文件罪**。</p> <p>* 第6/2004號法律第18條第2款 **《刑法典》第244條</p> <p>楊 X X：一項犯罪集團罪、七十四項偽造文件罪、七項使用偽造文件罪。</p> <p>甄 X X：一項犯罪集團罪、二十八項偽造文件罪、一項職務之僭越罪。</p>	<p>吳 X X 與 伍 X X：一項犯罪集團罪。</p> <p>張 X X、甄 X X、余 X X 及 楊 X X：一項犯罪集團罪。</p> <p>張 X X：四項受賄作不法行為罪、一項違反保密罪、三項濫用職權罪。</p> <p>吳 X X：四項行賄罪。</p> <p>吳 X X、張 X X 及 葉 X X：一項清洗黑錢罪。</p> <p>吳 X X、張 X X 及 張 X X：一項清洗黑錢罪。</p> <p>吳 X X、張 X X 及 張 X X：一項清洗黑錢罪。</p> <p>吳 X X、張 X X 及 曾 X X：一項清洗黑錢罪。</p> <p>吳 X X、張 X X 及 陳 X X：兩項清洗黑錢罪。</p>	初級法院	<p>張 X X：四項違反保密罪及三項財產申報資料不正確罪，合共判處兩年徒刑。</p> <p>甄 X X：七項偽造文件罪，合共判處四年徒刑。</p> <p>吳 X X：一項濫用職權罪及兩項違反保密罪，合共判處一年九個月徒刑。</p> <p>吳 X X：一項犯罪集團罪及二十三項偽造文件罪，合共判處十五年徒刑，競合其涉及另案的巨額詐騙罪的五年三個月徒刑，合共判處十八年徒刑。</p> <p>伍 X X：一項犯罪集團罪及十九項偽造文件罪，合共判處十二年徒刑。</p> <p>余 X X：一項犯罪集團罪及二十三項偽造文件罪，合共判處八年六個月徒刑。</p> <p>楊 X X：一項犯罪集團罪及二十一項偽造文件罪，合共判處七年六個月徒刑。</p>

序號	廉政公署建議控罪	檢察院控罪	權限法院	審判結果
	張XX:七項受賄作不法行為罪、一項違反保密罪、兩項偽造文件罪、三項財產申報資料不正確罪。	張XX及葉XX:三項財產申報資料不正確罪。		盛XX:兩項偽造文件罪,合共判處三年六個月徒刑。
	葉XX:三項財產申報資料不正確罪。	吳XX:兩項濫用職權罪、兩項違反保密罪。		梁XX:三項偽造文件罪,合共判處三年九個月徒刑。
	唐XX:八十七項偽造文件罪、三項使用偽造文件罪。	吳XX、余XX、楊XX、甄XX、盛XX、李XX及鄭XX:兩項偽造文件罪。		唐XX:七項偽造文件罪,合共判處五年徒刑。
	梁XX:六十二項偽造文件罪、十項使用偽造文件罪。	吳XX、余XX、楊XX、甄XX及盛XX:四項偽造文件罪。		王XX及歐陽XX:一項偽造文件罪,判處兩年九個月徒刑。
	歐陽XX:三十五項偽造文件罪、十二項使用偽造文件罪。	吳XX、余XX、楊XX及盛XX:一項偽造文件罪。		王XX:四項偽造文件罪,合共判處三年六個月徒刑。
	王XX:四十一項偽造文件罪、七項使用偽造文件罪。	吳XX、伍XX、余XX、甄XX及唐XX:兩項偽造文件罪。		湯XX:一項偽造文件罪,判處兩年九個月徒刑。
	林XX:兩項偽造文件罪、兩項使用偽造文件罪。	吳XX、伍XX、甄XX及唐XX:兩項偽造文件罪。		魏XX及劉XX:四項偽造文件罪,合共判處三年六個月徒刑。
	姚XX:七項偽造文件罪、兩項使用偽造文件罪。	吳XX、伍XX、余XX及林XX:兩項偽造文件罪。		鄭XX及李XX:兩項偽造文件罪,合共判處三年徒刑,緩刑三年;緩刑附帶條件,須向特區捐獻澳門幣20,000元。
	王XX:三十五項偽造文件罪、二十一項使用偽造文件罪。	吳XX、伍XX、余XX及姚XX:兩項偽造文件罪。		伍XX:一項偽造文件罪,判處兩年六個月徒刑,緩刑三年;緩刑附帶條件,須向特區捐獻澳門幣20,000元。
	盛XX:三項偽造文件罪。	吳XX、伍XX及余XX:兩項偽造文件罪。		
	湯XX:兩項偽造文件罪、一項使用偽造文件罪。	姚XX:四項偽造文件罪。		
	魏XX:三項偽造文件罪、兩項使用偽造文件罪。	吳XX、伍XX、余XX、楊XX、甄XX及梁XX:一項偽造文件罪。		
	劉XX:三項偽造文件罪、兩項使用偽造文件罪。	吳XX、伍XX、余XX、楊XX及甄XX:三項偽造文件罪。		
	吳XX:六項濫用職權罪、四項違反保密罪。	吳XX、伍XX、余XX、甄XX及梁XX:一項偽造文件罪。		
		吳XX、伍XX、余XX及甄XX:一項偽造文件罪。		
		吳XX、伍XX、余XX、楊XX及梁XX:十項偽造文件罪。		
		吳XX、伍XX、余XX及梁XX:兩項偽造文件罪。		

序號	廉政公署建議控罪	檢察院控罪	權限法院	審判結果
		<p>吳XX、伍XX、余XX及楊XX：八項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及楊XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及余XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、唐XX及伍XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、唐XX及伍XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX及唐XX：六項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX及唐XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及唐XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及唐XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及楊XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX、王XX、唐XX及伍XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX及王XX：五項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及王XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及楊XX：三項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及楊XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX及歐陽XX：五項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及歐陽XX：三項偽造文件罪。</p>		

序號	廉政公署建議控罪	檢察院控罪	權限法院	審判結果
		<p>吳XX、伍XX、余XX及楊XX：六項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及余XX：三項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及楊XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX、王XX及唐XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、王XX及唐XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX及王XX：六項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX及唐XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及王XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及楊XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及楊XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及余XX：三項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及余XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX及湯XX：兩項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX及湯XX：三項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及余XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX及楊XX：一項偽造文件罪。</p> <p>吳XX、伍XX、余XX、楊XX、魏XX及劉XX：兩項偽造文件罪。</p>		

序號	廉政公署建議控罪	檢察院控罪	權限法院	審判結果
		吳XX、伍XX、余XX、楊XX及魏XX：三項偽造文件罪。 吳XX、伍XX、余XX、楊XX及劉XX：兩項偽造文件罪。 吳XX、伍XX、魏XX及劉XX：一項偽造文件罪。 吳XX、伍XX及楊XX：兩項偽造文件罪。		
2	吳XX：五項偽造文件罪、一項巨額詐騙罪。 譚XX：一項偽造文件罪、一項財產申報資料不正確罪。	吳XX：三項偽造文件罪、一項巨額詐騙罪。 譚XX：一項偽造文件罪、一項財產申報資料不正確罪。	初級法院	吳XX：三項偽造文件罪及一項巨額詐騙罪，合共判處300日罰金，按每日90元計算，合共澳門幣27,000元，如不支付罰金，則須執行200日徒刑。
3	陳XX：八項詐騙罪、八項偽造文件罪、三項濫用職權罪。 梁XX：兩項詐騙罪、兩項偽造文件罪。 顏XX：五項詐騙罪、五項偽造文件罪。 陳XX：六項濫用職權罪。 陳X：兩項濫用職權罪。 尤XX：兩項濫用職權罪。	陳XX：十七項偽造文件罪、十項詐騙罪、三項濫用職權罪。 梁XX：四項偽造文件罪、兩項詐騙罪。 顏XX：十項偽造文件罪、五項詐騙罪。 陳XX：五項濫用職權罪。 陳XX及陳XX：一項濫用職權罪。 陳X：兩項濫用職權罪。 尤XX：兩項濫用職權罪。	初級法院	陳XX：十項偽造文件罪、十項詐騙罪及四項濫用職權罪，合共判處三年六個月徒刑，競合之前已被判之刑罰，合共判處七年徒刑；另須向交通事務局賠償澳門幣40,000元。 梁XX：兩項偽造文件罪及兩項詐騙罪，合共判處一年三個月徒刑；另須向交通事務局賠償澳門幣6,346元。 陳XX：六項濫用職權罪，合共判處一年六個月徒刑，緩刑兩年；另須向交通事務局賠償澳門幣40,000元。 陳XX：兩項濫用職權罪，合共判處九個月徒刑，緩刑兩年；另須向交通事務局賠償澳門幣20,000元。 顏XX：五項偽造文件罪及五項詐騙罪，合共判處兩年三個月徒刑，緩刑兩年；另須向交通事務局賠償澳門幣50,000元。
4	葉XX：一項行賄罪。	葉XX：一項行賄罪。	初級法院	一項行賄罪，判處七個月徒刑，緩刑一年六個月；緩刑附帶條件，須向特區捐獻澳門幣20,000元。

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
1	Ng XX: 1 crime de associação criminosa, 266 crimes de falsificação de documentos*, 33 crimes de falsificação de documento** e 7 crimes de corrupção activa.	Ng XX e Ng XX: 1 crime de associação criminosa. Cheong XX, Ian XX, U XX e Ieong XX: 1 crime de associação criminosa.	TJB	Cheong XX foi condenado, por 4 crimes de violação de segredo e 3 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, à pena de prisão de 2 anos.

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
	<p>Ng XX: 1 crime de associação criminosa, 248 crimes de falsificação de documentos* e 18 crimes de falsificação de documento**.</p> <p>U XX: 1 crime de associação criminosa, 184 crimes de falsificação de documentos*, 9 crimes de uso de documento falso e 18 crimes de falsificação de documento**.</p> <p>* Lei n.º 6/2004, artigo 18.º, n.º 2 ** Código Penal, artigo 244.º</p> <p>Ieong XX: 1 crime de associação criminosa, 74 crimes de falsificação de documento e 7 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Ian XX: 1 crime de associação criminosa, 28 crimes de falsificação de documento e 1 crime de usurpação de funções.</p> <p>Cheong XX: 7 crimes de corrupção passiva para acto ilícito, 1 crime de violação de segredo, 2 crimes de falsificação de documento e 3 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p> <p>Ip XX: 3 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p> <p>Tong XX: 87 crimes de falsificação de documento e 3 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Leong XX: 62 crimes de falsificação de documento e 10 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Ao Ieong XX: 35 crimes de falsificação de documento e 12 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Wong XX: 41 crimes de falsificação de documento e 7 crimes de uso de documento falso.</p>	<p>Cheong XX: 4 crimes de corrupção passiva para acto ilícito, 1 crime de violação de segredo e 3 crimes de abuso de poder.</p> <p>Ng XX: 4 crimes de corrupção activa.</p> <p>Ng XX, Cheong XX e Ip XX: 1 crime de branqueamento de capitais.</p> <p>Ng XX, Cheong XX e Cheong XX: 1 crime de branqueamento de capitais.</p> <p>Ng XX, Cheong XX e Cheong XX: 1 crime de branqueamento de capitais.</p> <p>Ng XX, Cheong XX e Chang XX: 1 crime de branqueamento de capitais.</p> <p>Ng XX, Cheong XX e Chan XX: 2 crimes de branqueamento de capitais.</p> <p>Cheong XX e Ip XX: 3 crimes de inexactidão dos elementos, crime previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p> <p>Ng XX: 2 crimes de abuso de poder e 2 crimes de violação de segredo.</p> <p>Ng XX, U XX, Ieong XX, Ian XX, Seng XX, Lei XX e Kuong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, U XX, Ieong XX, Ian XX e Seng XX: 4 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, U XX, Ieong XX e Seng XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ian XX e Tong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, Ian XX e Tong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p>		<p>Ian XX foi condenado, por 7 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 4 anos.</p> <p>Ng foi condenado, por 1 crime de abuso de poder e 2 crimes de violação de segredo, à pena de prisão de 1 ano e 9 meses.</p> <p>Ng XX foi condenado, por 1 crime de associação criminosa, 23 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 15 anos. Em cúmulo jurídico da pena de prisão de 5 anos e 3 meses aplicada por outro crime, de burla de valor elevado, foi condenado na pena única de 18 anos de prisão.</p> <p>Ng XX foi condenado, por 1 crime de associação criminosa e 19 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 12 anos.</p> <p>U XX foi condenado, por 1 crime de associação criminosa e 23 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 8 anos e 6 meses.</p> <p>Ieong XX foi condenado, por 1 crime de associação criminosa e 21 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 7 anos e 6 meses.</p> <p>Seng XX foi condenado, por 2 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 3 anos e 6 meses.</p> <p>Leong XX foi condenado, por 3 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 3 anos e 9 meses.</p> <p>Tong XX foi condenado, por 7 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 5 anos.</p> <p>Wong XX e Ao Ieong XX foram condenados, por 1 crime de falsificação de documento, à pena de prisão de 2 anos e 9 meses.</p> <p>Wong XX foi condenado, por 4 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 3 anos e 6 meses.</p> <p>Tong XX foi condenado, por 1 crime de falsificação de documento, à pena de prisão de 2 anos e 9 meses.</p> <p>Ngai XX e Lao XX foram condenados, por 4 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 3 anos e 6 meses.</p>

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
	<p>Lam XX: 2 crimes de falsificação de documento e 2 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Io XX: 7 crimes de falsificação de documento e 2 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Wong XX: 35 crimes de falsificação de documento e 21 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Seng XX: 3 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Tong XX: 2 crimes de falsificação de documento e 1 crime de uso de documento falso.</p> <p>Ngai XX: 3 crimes de falsificação de documento e 2 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Lao XX: 3 crimes de falsificação de documento e 2 crimes de uso de documento falso.</p> <p>Ng XX: 6 crimes de abuso de poder e 4 crimes de violação de segredo.</p>	<p>Ng XX, Ng XX, U XX e Lam XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Io XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e U XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Io XX: 4 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX, Ian XX e Leong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX e Ian XX: 3 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ian XX e Leong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Ian XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX e Leong XX: 10 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Leong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Ieong XX: 8 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Ieong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e U XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Tong XX e Ng XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, Tong XX e Ng XX: 1 crime de falsificação de documento.</p>		<p>Kuong XX e Lei XX foram condenados, por 2 crimes de falsificação de documento, à pena de prisão de 3 anos, suspensa por 3 anos, sob a condição de pagar à RAEM uma contribuição monetária de 20.000 patacas.</p> <p>Ng XX foi condenado, por 1 crime de falsificação de documento, à pena de prisão de 2 anos e 6 meses, suspensa por 3 anos, sob a condição de pagar à RAEM uma contribuição monetária de 20.000 patacas.</p>

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
		<p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX e Tong XX: 6 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX e Tong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Tong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e Tong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Ieong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX, Wong XX, Tong XX e Ng XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX e Wong XX: 5 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Wong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Ieong XX: 3 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e Ieong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX e Ao Ieong XX: 5 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Ao Ieong XX: 3 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Ieong XX: 6 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e U XX: 3 crimes de falsificação de documento.</p>		

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
		<p>Ng XX, Ng XX e Jeong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Jeong XX, Wong XX e Tong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Wong XX e Tong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Jeong XX e Wong XX: 6 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Jeong XX e Tong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Wong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Jeong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Jeong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e U XX: 3 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e U XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Jeong XX e Tong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX e Tong XX: 3 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e U XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e Jeong XX: 1 crime de falsificação de documento.</p>		

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
		<p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX, Ngai XX e Lao XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX e Ngai XX: 3 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, U XX, Ieong XX e Lao XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX, Ngai XX e Lao XX: 1 crime de falsificação de documento.</p> <p>Ng XX, Ng XX e Ieong XX: 2 crimes de falsificação de documento.</p>		
2	<p>Ng XX: 5 crimes de falsificação de documento e 1 crime de burla de valor elevado.</p> <p>Tam XX: 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p>	<p>Ng XX: 3 crimes de falsificação de documento e 1 crime de burla de valor elevado.</p> <p>Tam XX: 1 crime de falsificação de documento e 1 crime de inexactidão dos elementos previsto no Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses.</p>	TJB	<p>Ng XX foi condenado, por 3 crimes de falsificação de documento e 1 crime de burla de valor elevado, à pena de multa de 300 dias, à taxa diária de 90 patacas, perfazendo um total de 27.000 patacas. Em caso de não pagamento da multa, será aplicada uma pena de prisão de 200 dias.</p>
3	<p>Chan XX: 8 crimes de burla, 8 crimes de falsificação de documento e 3 crimes de abuso de poder.</p> <p>Leong XX: 2 crimes de burla e 2 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Ngan XX: 5 crimes de burla e 5 crimes de falsificação de documento.</p> <p>Chan XX: 6 crimes de abuso de poder.</p> <p>Chan X: 2 crimes de abuso de poder.</p> <p>Iao XX: 2 crimes de abuso de poder.</p>	<p>Chan XX: 17 crimes de falsificação de documento, 10 crimes de burla e 3 crimes de abuso de poder.</p> <p>Leong XX: 4 crimes de falsificação de documento e 2 crimes de burla.</p> <p>Ngan XX: 10 crimes de falsificação de documento e 5 crimes de burla.</p> <p>Chan XX: 5 crimes de abuso de poder.</p> <p>Chan XX e Chan XX: 1 crime de abuso de poder.</p> <p>Chan X: 2 crimes de abuso de poder.</p> <p>Iao XX: 2 crimes de abuso de poder.</p>	TJB	<p>Chan XX foi condenado, por 10 crimes de falsificação de documento, 10 crimes de burla e 4 crimes de abuso de poder, à pena de prisão de 3 anos e 6 meses. Em cúmulo jurídico da pena de prisão anteriormente aplicada, foi condenado na pena única de 7 anos de prisão; tem de ainda pagar à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) uma indemnização no valor de 40.000 patacas.</p> <p>Leong XX foi condenado, por 2 crimes de falsificação de documento e 2 crimes de burla, à pena de prisão de 1 ano e 3 meses; tem de ainda pagar à DSAT uma indemnização no valor de 6.346 patacas.</p> <p>Chan XX foi condenado, por 6 crimes de abuso de poder, à pena de prisão de 1 ano e 6 meses, suspensa por 2 anos; tem de ainda pagar à DSAT uma indemnização no valor de 40.000 patacas.</p> <p>Chan XX foi condenado, por 2 crimes de abuso de poder, à pena de prisão 9 meses, suspensa por 2 anos; tem de ainda pagar à DSAT uma indemnização no valor de 20.000 patacas.</p>

N.º	Acusação proposta pelo CCAC	Acusação pelo Ministério Público	Tribunal competente	Resultado do julgamento
				Ngan XX foi condenado, por 5 crimes de falsificação de documento e 5 crimes de burla, à pena de prisão de 2 anos e 3 meses, suspensa por 2 anos; tem de ainda pagar à DSAT uma indemnização no valor de 50.000 patacas.
4	Ip XX: 1 crime de corrupção activa.	Ip XX: 1 crime de corrupção activa.	TJB	Ip XX foi condenado, por 1 crime de corrupção activa, à pena de prisão de 7 meses, suspensa por 1 ano e 6 meses, sob a condição de pagar à RAEM uma contribuição monetária de 20.000 patacas.

六、財產及利益申報工作

財產申報制度是監察公職人員財產狀況，從而達致遏止貪腐目標的一項重要舉措。為此，公務人員的財產及利益申報制度早於1998年便應運而生，實施至今已踏進第22年。為履行此項法律所規定的職責，廉政公署負責處理大部分公務人員的財產申報工作，以透過財產申報作為監督手段，建立廉潔自律的公僕文化，對提升陽光政府的公信力帶來裨益。

回顧過往的工作執行情況，廉政公署一直與申報者有良好的合作，迄今為止，未有申報人及其配偶或與其有事實婚關係者因欠交申報書而承擔法律責任的個案。此外，廉政公署在嚴格執法的同時，亦主動跟進申報人欠交申報書的情況，並向逾期申報人士發出“逾期”通知信函以提醒其履行法定義務。而申報人在補交申報書時，均按要求附具合理的書面解釋而獲免除有關法律刑罰。因此，財產及利益申報工作達致基本的預期效果。

過去一年，廉政公署依《財產及利益申報法律制度》的規定，偵破了兩宗財產申報中的資料不正確罪，其中一宗為前任司法機關人員，一宗為警員，案件已移送檢察院處理。此外，2020年法院判決的案件中，對過往四宗資料不正確罪，兩宗財產申報

VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses

O regime da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses constitui uma medida importante para a fiscalização da situação patrimonial dos trabalhadores da função pública, com vista a atingir o objectivo de repressão de actos de corrupção. Neste sentido, o regime da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses dos trabalhadores da função pública foi já criado em 1998 tendo entrado em vigor há já 22 anos. Em cumprimento da respectiva atribuição prevista na lei, o CCAC é a entidade responsável pelo processamento das declarações de bens patrimoniais e interesses da maioria dos trabalhadores da função pública. Através da declaração de bens patrimoniais e interesses, como meio de fiscalização, é criada uma cultura de servidor público honesta e disciplinada, o que contribuirá para a elevação da credibilidade de um Governo transparente.

Fazendo uma retrospectiva dos trabalhos executados anteriormente, constata-se que o CCAC tem mantido uma boa relação de cooperação com os declarantes. Até agora, não se verificou nenhum caso em que o declarante ou seu cônjuge, ou unido de facto, tenha assumido responsabilidade jurídica por falta de entrega da declaração. Para além disso, a par da execução rigorosa da lei, sempre que necessário, o CCAC tomou a iniciativa de acompanhar as situações de falta de entrega da declaração por parte dos declarantes e enviou aos obrigados faltosos, que não entregaram a declaração nos prazos estipulados, as respectivas cartas de notificação de “extemporaneidade”, a fim de os alertar para o cumprimento dos seus deveres legais. Aquando da entrega das declarações em falta, os declarantes apresentaram justificações satisfatórias dos seus atrasos, por escrito, ficando assim dispensados do cumprimento da respectiva penalidade prevista na lei. Por isso, os trabalhos relativos à declaração de bens patrimoniais e interesses atingiram na generalidade os resultados previstos.

No ano passado, o CCAC resolveu, em cumprimento do Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, dois casos da prática do crime de inexactidão dos elementos na apresentação da declaração de bens patrimoniais e interesses, sendo um deles relativo a um ex-trabalhador de órgão judicial e o outro relativo a um agente policial. Os casos foram encaminhados para o Ministério Público para os devidos efeitos. Por outro lado, em 2020, no âmbito dos processos judiciais, foram proferidas sentenças condenatórias em relação

中的虛假之當事人聲明罪作出了有罪判決。隨着與財產申報有關的犯罪案件的增加，更加警醒公務人員應該如實申報財產，使財產申報制度成為防貪機制中一道重要的防火牆。

廉政公署在2020年度共接收了12,711人次提交的財產及利益申報書（見表一），向逾期仍未提交申報書者（包括申報人及申報人之配偶或與其有事實婚關係者）發出共186封逾期通知信函（見表二及表三），有關資料列表如下：

a quatro crimes de inexactidão dos elementos e a dois crimes de falsidade de declaração de parte na apresentação da declaração de bens patrimoniais e interesses ocorridos anteriormente. À medida que aumenta o número de crimes relacionados com a declaração de bens patrimoniais e interesses, alerta-se, cada vez mais, os trabalhadores da função pública para a necessidade de declararem fielmente os seus bens patrimoniais e interesses, fazendo com que o regime da declaração de bens patrimoniais e interesses constitua uma relevante “firewall” no âmbito dos mecanismos de prevenção da corrupção.

Em 2020, o CCAC recebeu 12.711 declarações de bens patrimoniais e interesses (vide Mapa I) e foram enviadas 186 cartas de notificação de “extemporaneidade” aos obrigados faltosos (declarantes, os seus cônjuges ou unidos de facto) que não apresentaram a declaração nos prazos estipulados (vide Mapas II e III). Seguem-se os mapas com os respectivos dados:

表一
2020年提交財產及利益申報書人次統計表

提交申報書原因	人次
開始擔任職務	1,998
職務變動	3,730
終止職務	1,577
五年更新	3,412
隨配偶更新	460
履行提供資料義務	1,263
自願更新	271
總計	12,711

表二
2020年發出逾期通知信函統計表
(逾期者：申報人)

序號	逾期者所屬機關/部門	發出信函數量
1	衛生局	43
2	治安警察局	17
3	文化局	16
4	澳門大學	15
5	市政署	11

Mapa I
Mapa estatístico relativo à apresentação da declaração de bens patrimoniais e interesses em 2020

Motivo da apresentação da declaração	Número de pessoas
Início de funções	1.998
Alteração de funções	3.730
Cessaçao de funções	1.577
Actualização quinquenal	3.412
Actualização em razão do cônjuge	460
Cumprimento do dever de prestação de informações	1.263
Actualização voluntária	271
Total	12.711

Mapa II
Mapa estatístico relativo ao envio de cartas de notificação de “extemporaneidade” em 2020
(Obrigado faltoso: declarante)

Ordem	Órgão / Serviço a que pertence o obrigado faltoso	Número de cartas enviadas
1	Serviços de Saúde	43
2	Corpo de Polícia de Segurança Pública	17
3	Instituto Cultural	16
4	Universidade de Macau	15
5	Instituto para os Assuntos Municipais	11

序號	逾期者所屬機關/部門	發出信函數量
6	教育暨青年局	9
7	懲教管理局	8
8	治安警察局福利會	5
9	政府總部輔助部門	5
10	海關	5
11	澳門保安部隊事務局	5
12	郵電局	4
13	行政公職局	3
14	社會工作局	3
15	社會保障基金	3
16	消防局	3
17	財政局	3
18	澳門理工學院	3
19	體育局	3
20	法務局	2
21	海事及水務局	2
22	終審法院院長辦公室	2
23	統計暨普查局	2
24	司法警察局	1
25	立法會輔助部門	1
26	交通事務局	1
27	房屋局	1
28	退休基金會	1
29	高等教育局	1
30	勞工事務局	1
31	博彩監察協調局	1

Ordem	Órgão / Serviço a que pertence o obrigado faltoso	Número de cartas enviadas
6	Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	9
7	Direcção dos Serviços Correccionais	8
8	Obra Social da Polícia de Segurança Pública	5
9	Serviços de Apoio da Sede do Governo	5
10	Serviços de Alfândega	5
11	Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	5
12	Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	4
13	Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	3
14	Instituto de Acção Social	3
15	Fundo de Segurança Social	3
16	Corpo de Bombeiros	3
17	Direcção dos Serviços de Finanças	3
18	Instituto Politécnico de Macau	3
19	Instituto do Desporto	3
20	Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	2
21	Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	2
22	Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	2
23	Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	2
24	Polícia Judiciária	1
25	Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa	1
26	Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	1
27	Instituto de Habitação	1
28	Fundo de Pensões	1
29	Direcção dos Serviços do Ensino Superior	1
30	Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	1
31	Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	1

序號	逾期者所屬機關/部門	發出信函數量
32	澳門基金會	1
33	澳門貿易投資促進局	1
34	環境保護局	1
35	禮賓公關外事辦公室	1
36	警察總局	1
總計		185

表三

2020年發出逾期通知信函統計表

(逾期者: 申報人之配偶或與其有事實婚關係者)

逾期者	發出信函數量
申報人之配偶或與其有事實婚關係者	1

配合特區政府持續推動電子政務建設及便利工作，廉政公署適時研發新系統及更新應用程式。2020年，廉政公署與時並進，對已運作8年的“財產及利益申報通知書處理系統”進行優化，使在執行財產及利益申報工作方面更為暢順有序。事實上，該系統的優化，使各部門處理文件的效率得以提升，工作質量得到提高。系統自2013年推出至今已接收逾24,000份通知書，就以2020年廉政公署共接收的4,041份財產及利益申報的公函/通知書中，逾3,500份正是透過此系統接收；此外，與廉政公署常有公函往來的部門陸續加入使用者行列，使該系統的用戶比例佔全體部門數目逾六成，富有成效。

截至2020年年尾，澳門特區負責財產及利益申報通知義務的公共行政部門或機關、自治部門、自治基金、公務法人或公營、公資、公產企業中，已經開啟廉政公署所提供的“財產及利

Ordem	Órgão / Serviço a que pertence o obrigado faltoso	Número de cartas enviadas
32	Fundação Macau	1
33	Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	1
34	Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	1
35	Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos	1
36	Serviços de Polícia Unitários	1
Total		185

Mapa III

Mapa estatístico relativo ao envio de cartas de notificação de “extemporaneidade” em 2020

(Obrigado faltoso: *cônjuge ou unido de facto* do declarante)

Obrigado faltoso	Número de cartas enviadas
<i>Cônjuge ou unido de facto</i> do declarante	1

Em articulação com os trabalhos do Governo da RAEM no âmbito dos trabalhos de promoção contínua da implementação e da conveniência da governação electrónica, o CCAC desenvolveu, em tempo oportuno, novos sistemas e actualizou as respectivas aplicações. Em 2020, o CCAC acompanhou a evolução dos tempos, optimizando o “sistema de processamento das notificações da declaração de bens patrimoniais e interesses” que já se encontrava em funcionamento há 8 anos, para que os trabalhos relativos à declaração de bens patrimoniais e interesses se desenvolvessem de forma mais ordenada e sem sobressaltos. Na verdade, a optimização do referido sistema permitiu elevar a eficiência no tratamento de documentos por parte dos diversos serviços, elevando assim a qualidade geral do trabalho. Desde o seu lançamento em 2013 até à presente data, o sistema recebeu mais de 24.000 notificações. De entre os 4.041 ofícios/notificações relativos à declaração de bens patrimoniais e interesses recebidos pelo CCAC em 2020, mais de 3.500 foram recebidos através deste sistema. Por outro lado, os serviços com os quais o CCAC tem expediente frequente passaram a aderir à lista dos utentes, o que faz com que o número dos serviços utilizadores deste sistema corresponda a mais de 60% do número total de serviços públicos, obtendo-se assim resultados eficazes.

Até ao final do ano de 2020, 61 serviços ou órgãos da Administração Pública, serviços autónomos, fundos autónomos, institutos públicos, empresas públicas, empresas com capitais públicos ou empresas concessionárias de bens do domínio público da RAEM, responsáveis pelo dever de comunicação da declaração de bens patrimoniais e interesses, activaram o “sistema de processamento das notificações da declaração de bens patrimoniais e interesses” disponibilizado pelo CCAC. Entre

益申報通知書處理系統”的有61個，正在使用的有57個（列表如下），從未使用當時仍有4個，當中有2個後來已進行部門合併。

eles, 57 encontram-se a utilizar o referido sistema (vide o Mapa abaixo), 4 nunca utilizaram o sistema, entre os quais, 2 desses serviços foram entretanto fundidos.

表四

2020年財產及利益申報通知書處理系統使用者名單

序號	機關/部門	序號	機關/部門
1	民航局	30	澳門基金會
2	澳門金融管理局	31	退休基金會
3	審計署	32	社會保障基金
4	消防局	33	中國與葡語國家經貿合作論壇 常設秘書處輔助辦公室
5	消費者委員會	34	新聞局
6	廉政公署	35	建設發展辦公室
7	法律及司法培訓中心	36	能源業發展辦公室
8	治安警察局	37	金融情報辦公室
9	郵電局	38	檢察長辦公室
10	在台灣澳門經濟文化辦事處	39	個人資料保護辦公室
11	博彩監察協調局	40	終審法院院長辦公室
12	法務局	41	市政署
13	勞工事務局	42	社會工作局
14	海事及水務局	43	文化局
15	交通事務局	44	體育局
16	地圖繪製暨地籍局	45	澳門旅遊學院
17	懲教管理局	46	房屋局
18	經濟局	47	印務局
19	統計暨普查局	48	澳門理工學院
20	教育暨青年局	49	澳門輕軌股份有限公司
21	財政局	50	司法警察局
22	澳門保安部隊事務局	51	立法會輔助部門
23	身份證明局	52	行政公職局
24	地球物理暨氣象局	53	政府總部輔助部門
25	環境保護局	54	行政會秘書處
26	土地工務運輸局	55	警察總局
27	旅遊局	56	衛生局
28	科學技術發展基金	57	澳門大學
29	文化產業基金		

Mapa IV

Lista dos utentes do “sistema de processamento das notificações da declaração de bens patrimoniais e interesses” em 2020

Ordem	Órgãos / Serviços	Ordem	Órgãos / Serviços
1	Autoridade de Aviação Civil	30	Fundação Macau
2	Autoridade Monetária de Macau	31	Fundo de Pensões
3	Comissariado da Auditoria	32	Fundo de Segurança Social
4	Corpo de Bombeiros	33	Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa
5	Conselho de Consumidores	34	Gabinete de Comunicação Social
6	Comissariado contra a Corrupção	35	Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas
7	Centro de Formação Jurídica e Judiciária	36	Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético
8	Corpo de Polícia de Segurança Pública	37	Gabinete de Informação Financeira
9	Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações	38	Gabinete do Procurador
10	Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan	39	Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais
11	Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	40	Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância
12	Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	41	Instituto para os Assuntos Municipais
13	Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	42	Instituto de Acção Social
14	Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	43	Instituto Cultural
15	Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	44	Instituto do Desporto
16	Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	45	Instituto de Formação Turística de Macau
17	Direcção dos Serviços Correccionais	46	Instituto de Habitação
18	Direcção dos Serviços de Economia	47	Imprensa Oficial
19	Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	48	Instituto Politécnico de Macau
20	Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	49	Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S.A.
21	Direcção dos Serviços de Finanças	50	Polícia Judiciária
22	Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	51	Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa
23	Direcção dos Serviços de Identificação	52	Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública
24	Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	53	Serviços de Apoio da Sede do Governo
25	Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	54	Secretaria do Conselho Executivo
26	Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	55	Serviços de Polícia Unitários

Ordem	Órgãos / Serviços	Ordem	Órgãos / Serviços
27	Direcção dos Serviços de Turismo	56	Serviços de Saúde
28	Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	57	Universidade de Macau
29	Fundo das Indústrias Culturais		

此外，尚有13個部門或機關、自治部門、自治基金、公務法人或公營、公資、公產企業已獲廉政公署通知聯絡，卻至今沒有開通廉政公署所提供的上述“財產及利益申報通知書處理系統”。可見，為着全面落實經第1/2013號法律重新公佈之第11/2003號法律（《財產及利益申報法律制度》），個別部門或企業仍需努力，以便盡快作出適當的安排。

2020年，廉政公署在延續過往年度宣傳工作的基礎上，利用社交媒體日益普及的特點，積極拓展新的宣傳渠道。目前，廉政公署除設有財產申報專題網頁、提供紙本及電子版的填寫指引、舉辦專題講解會外，亦透過官方微信號發佈財產及利益申報制度的相關資訊，期望透過多種途徑持續向公職人員及市民進行推廣，普及相關法律內容，使更多市民大眾充分了解財產及利益申報工作的意義。

第三部分 行政申訴

一、概述

眾所周知，行政申訴工作無論在程序措施、調查方向、解決辦法均與反貪工作大相逕庭，至於調查結果，前者以完善公共部門或法定機關、實體的運作及活動，使之能更好地達致謀求公共利益為依歸，而後者則以將實施貪污舞弊行為的違法者繩之於法為目的。

一直以來，廉政公署均嚴格且充分地運用《廉政公署組織法》賦予的職權，在行政申訴的職權範圍內履行法定監察權，對

Por outro lado, há ainda 13 serviços ou órgãos, serviços autónomos, fundos autónomos, institutos públicos, empresas públicas, empresas com capitais públicos ou empresas concessionárias de bens do domínio público que foram notificados e contactados pelo CCAC, no entanto, até ao momento, os mesmos não activaram ainda o referido “sistema de processamento das notificações da declaração de bens patrimoniais e interesses”, disponibilizado pelo CCAC. Verifica-se, assim, que para dar cabal cumprimento à Lei n.º 11/2003 (Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses), republicada pela Lei n.º 1/2013, alguns serviços ou empresas devem empenhar esforços para proceder às respectivas diligências adequadas com a maior brevidade possível.

Em 2020, com base na continuidade das acções de divulgação realizadas no ano anterior, o CCAC aproveitou a crescente popularização das redes sociais para explorar, de forma activa, novos canais de divulgação. Actualmente, para além da disponibilização de uma página electrónica dedicada à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, da disponibilização de orientações para o preenchimento da declaração, em suporte de papel e electronicamente, e da organização de sessões de esclarecimento temáticas, o CCAC procede também à divulgação das informações relativas ao regime da declaração de bens patrimoniais e interesses através da sua conta oficial de WeChat. Pretende-se, através destes diversos meios, continuar a promover, junto dos trabalhadores da função pública e dos cidadãos, a generalização do conteúdo da respectiva lei, para que mais cidadãos conheçam melhor o significado do trabalho relativo à declaração de bens patrimoniais e interesses.

SECÇÃO III PROVEDORIA DE JUSTIÇA

I. Introdução

Como é do conhecimento geral, os trabalhos de provedoria de justiça são muito diferentes dos de combate à corrupção tanto no âmbito das medidas processuais, como do rumo da investigação ou das vias de solução. Relativamente ao resultado das investigações, os trabalhos de provedoria de justiça visam aperfeiçoar o funcionamento e a actividade dos serviços públicos, ou dos órgãos ou entidades legalmente previstas, para que os mesmos prossigam, da melhor forma, o interesse público, enquanto que os trabalhos de combate à corrupção têm por objectivo levar os infractores à justiça por práticas de actos de corrupção ou de fraude.

Ao longo do tempo, o CCAC tem utilizado rigorosa e plenamente as competências que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção para exercer os poderes legais de fiscalização no âmbito das competências da provedoria de justiça. No que respeita aos assuntos, tais como aqueles que são de mera gestão de pessoal ou de organização

於單純人事管理、內部工作安排等非屬《行政程序法典》所規範的行政行為或行政程序，廉政公署極其量只能協助向相關部門作出轉介或反映，並不具權限作出干預。

需要闡明的是，《廉政公署組織法》第10條規定，廉政公署的工作獨立於一切法定的行政申訴途徑及司法申訴途徑，且不中止或不中斷任何性質的期間，可見廉政公署在行政申訴職能上的角色，並非如其他具有法定異議機制的程序，諸如紀律程序、司法程序及上訴、行政上訴等的上訴機關。換言之，倘市民不滿此類程序所作出的判定，應在法定期間內依法向有權限機關提出異議或上訴。當然，市民亦可向廉政公署作出涉及行政申訴的投訴或舉報，廉政公署將依法在監督職權範圍內作出有關行政違法、行政失當的調查，目的旨在完善公共部門或法定機關、實體的運作及活動，使之能更好地實現公平、公正、謀求及維護公共利益。

在處理個案過程中，廉政公署不惜投放大量時間與人力，仔細認真分析所搜集的證據資料，謹慎查證公共部門或法定機關、實體所作出的決定和相關程序是否出現行政違法和失當的情況，然後透過糾正建議或勸喻的法定機制，向相關部門闡述廉政公署立場，以達到督促公共部門在履行職責的過程中嚴格依法行事、完善施政質素、維護公共利益的目的。

在2020年疫情期間，廉政公署在遵守合法性原則的前提下，切實考慮跨部門協作的可行性，以實事求是的態度去調查每一宗個案。

值得鼓舞的是，廉政公署在調查過程中所作出的文件索取、詢問陳述等調查措施，均獲得相關部門或實體的配合，而廉政公署在調查結束後，以個案或公開的方式所提出的建議或勸喻，也全部獲得有關部門或實體的接納，部分部門更積極承諾，甚至立即採取糾正或改善措施，儘管仍存在進步和改善的空間，但顯示出特區政府願意正視社會及市民大眾所關切的行政程序或行政行為問題，這種勇於改善施政的態度確實應予以肯定與表揚。

de trabalhos internos, que não caem no âmbito de actos ou de procedimentos administrativos regulados pelo Código do Procedimento Administrativo, o CCAC, não tendo competência para intervir, só pode prestar apoio, quando muito, no encaminhamento ou na comunicação dos mesmos aos serviços pertinentes.

É de esclarecer que, nos termos do artigo 10.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção, a actividade do CCAC é independente dos meios de impugnação administrativa e contenciosa previstos na lei e não suspende nem interrompe prazos de qualquer natureza. Daí se verifica que o papel do CCAC no âmbito da provedoria de justiça não é como o de outros órgãos de recurso onde se encontram procedimentos relativos aos mecanismos de reclamação previstos legalmente, tais como o processo disciplinar, o procedimento ou recurso judicial, ou o recurso administrativo. Por outras palavras, se os cidadãos não estiverem satisfeitos com as decisões tomadas neste tipo de procedimentos, devem reclamar ou recorrer, nos termos da lei, para os órgãos competentes dentro do prazo legal. Obviamente, os cidadãos podem também apresentar ao CCAC queixas ou denúncias no âmbito da provedoria de justiça e o CCAC procederá, nos termos da lei, à investigação das eventuais práticas de ilegalidade ou irregularidade administrativa no âmbito das suas competências de fiscalização, tendo como objectivo aperfeiçoar o funcionamento e a actividade dos serviços públicos, ou dos órgãos ou entidades legalmente previstas, por forma a que os mesmos realizem melhor a igualdade e a justiça, prosseguindo e salvaguardando o interesse público.

No processo de tratamento de casos, não poupando na grande quantidade de tempo e recursos humanos investidos, o CCAC analisa cuidadosamente os dados de prova recolhidos, aferindo com cautela da existência, ou não, de ilegalidades e irregularidades administrativas nas decisões e nos procedimentos levados a cabo pelos serviços públicos, ou pelos órgãos ou entidades legalmente previstas, esclarecendo posteriormente aos respectivos serviços públicos a posição do CCAC através do mecanismo legal de sugestão de melhoria ou de recomendação, com vista a atingir o objectivo de instar os serviços públicos a cumprirem rigorosamente a lei no exercício das suas atribuições, aperfeiçoando a qualidade da governação e salvaguardando o interesse público.

Em 2020, durante o período da epidemia, tendo como pressuposto o respeito pelo princípio da legalidade, o CCAC tomou em consideração a viabilidade da cooperação interdepartamental e investigou cada caso com uma atitude pragmática.

É encorajador que no decorrer da investigação, as diligências de investigação levadas a cabo pelo CCAC, nomeadamente a solicitação de documentos, inquirição ou depoimento, foram respondidas pelos serviços ou entidades pertinentes de forma colaborativa. A par disso, na sequência das investigações efectuadas, as sugestões ou recomendações, quer apresentadas individualmente àqueles, quer publicamente divulgadas, pelo CCAC, foram todas aceites pelos serviços ou entidades em causa, sendo que alguns deles assumiram ainda um compromisso mais activo, tendo tomado imediatamente medidas correctivas ou de melhoramento. Embora exista ainda espaço para melhorias, tudo isto demonstra que o Governo da RAEM está disposto a encarar os problemas relativos aos procedimentos ou actos administrativos relativamente aos quais a sociedade e os cidadãos prestam muita atenção, devendo esta atitude de coragem para melhorar a acção governativa merecer real reconhecimento e elogio.

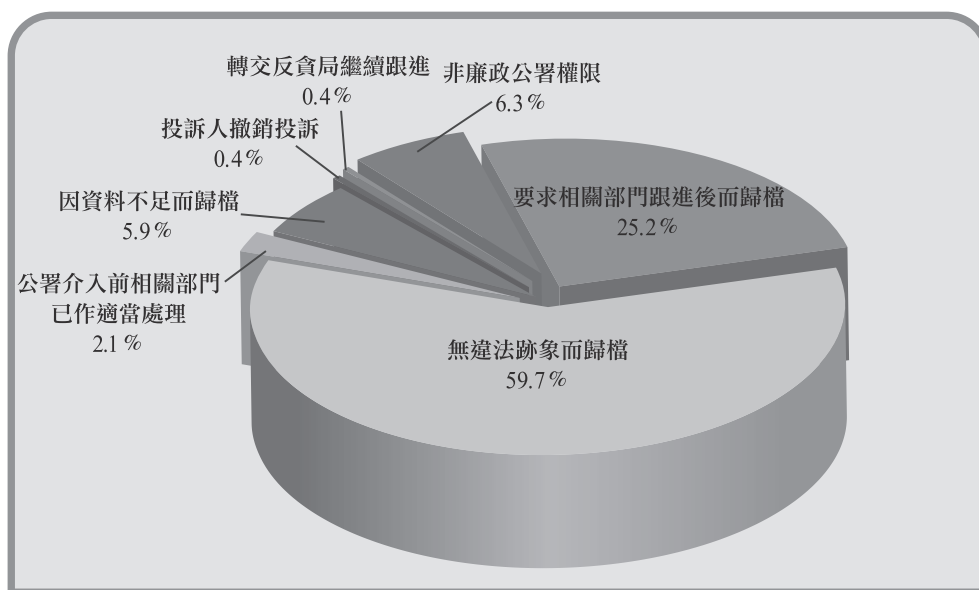
在開立個案方面，截至2020年年底，廉政公署行政申訴範疇共開立282宗個案。

連同上年度轉入的案件，行政申訴局完成處理的個案共238宗，其中，已要求相關部門跟進並獲接納意見或承諾跟進後才歸檔的有60宗，以其他不同理由歸檔的則有178宗。而在178宗歸檔案件中，在調查後發現無違法跡象而歸檔的有142宗，在廉政公署介入前相關部門已作適當處理的有5宗，因資料不足而歸檔的有14宗，投訴人撤銷投訴的有1宗，轉交反貪局繼續跟進的有1宗，以及非廉政公署權限的有15宗。

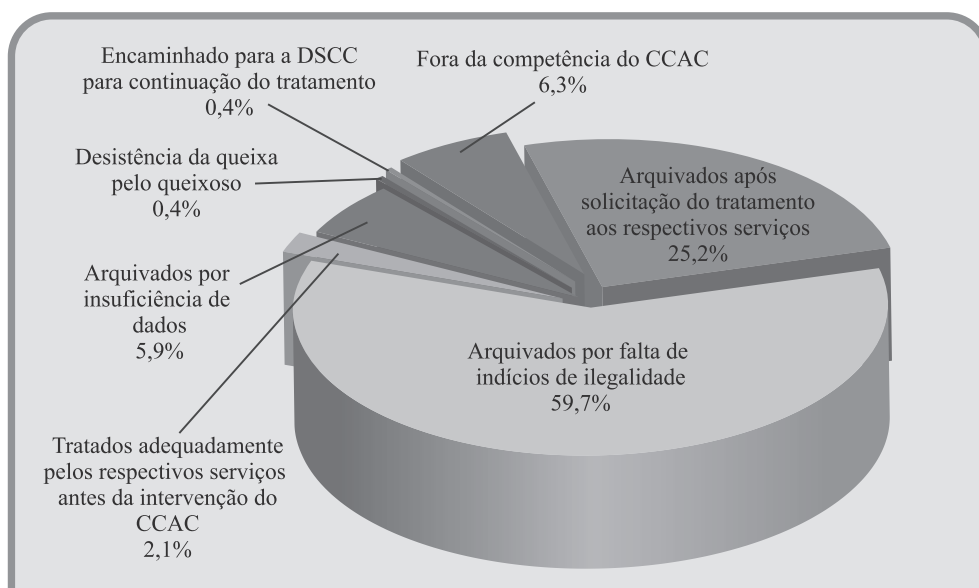
Em relação à instauração de processos, até final de 2020, foram instruídos um total de 282 casos no âmbito da provedoria de justiça do CCAC.

Incluindo os casos transitados do ano transacto, a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça concluiu um total de 238 casos, dos quais 60 foram arquivados depois de ter sido solicitado tratamento aos respectivos serviços, com aceitação das opiniões apresentadas ou promessa de tratamento, sendo que 178 foram arquivados por outros motivos diversos. Destes, 142 casos foram arquivados por não terem sido encontrados indícios de ilegalidade na sequência da investigação, 5 foram adequadamente tratados pelos serviços em causa antes da intervenção do CCAC, 14 foram arquivados por insuficiência de dados, 1 caso de desistência da queixa por parte do queixoso, 1 caso foi encaminhado para a Direcção dos Serviços contra a Corrupção para efeitos de tratamento e 15 casos encontravam-se fora do âmbito de competência do CCAC.

2020年行政申訴局結案統計



Estatística dos casos concluídos pela Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça em 2020



另外，廉政公署2020年收到涉及行政申訴性質的求助查詢共321宗。總結2020年的求助查詢個案，仍以公職制度、交通違例處理及違法工程等事宜為主。

“實名實事、嚴謹監督”是廉政建設的長遠發展方向之一，廉政公署於2020年透過多渠道宣傳，向市民闡釋親身投訴、實名舉報會受保密機制的保障。具名投訴或檢舉並提供聯絡方式，能有助廉政公署更準確地掌握可能成為調查關鍵的信息，確認行政違法或行政不當跡象，從而將無法立案而直接歸檔的機率減至最低。廉政公署一直對匿名投訴及檢舉予以酌情處理，對於匿名投訴或檢舉，只要有初步跡象可以立案調查，即使欠缺由投訴人或檢舉人直接提供更清晰準確的信息，均盡可能在法定權限範圍內進行調查取證，嘗試突破資訊不足的困難，認真盡責地處理包括以匿名方式作出的投訴或檢舉，但無可否認，廉政公署需要市民助力以獲取開展調查所必需的資訊，爭取儘快為市民解困。

二、全面調查摘錄

《關於74個被宣告臨時性租賃批給失效之土地審批卷宗之調查報告》

自2010年3月起，行政當局逐一審視未能在合同所定土地利用期內完成土地利用，或租賃期已完結的土地批給個案，並在2015年起陸續宣告多幅土地批給失效。其後有人多次透過媒體公開表示，第10/2013號法律（新《土地法》）中有關租賃期屆滿後仍未完成土地利用即導致批給失效的規定並不合理，要求修改新《土地法》。

廉政公署綜合分析被宣告批給失效的74個土地審批程序，包括調閱逾千冊土地審批、建築規劃和工程卷宗，聽取有關工作人員陳述和介紹，並與鄰近地區法律制度比較後，廉政公署認

Para além disso, em 2020, o CCAC recebeu um total de 321 pedidos de consulta e de informação no âmbito da provedoria de justiça. Concluindo, em relação aos pedidos de consulta e de informação em 2020, registou-se que os pedidos mais frequentes continuaram a estar relacionados com o regime da função pública, tratamento de infracções rodoviárias e obras ilegais.

“Nome e Caso Verdadeiros, Supervisão Rigorosa” é um dos rumos do desenvolvimento da construção de uma sociedade íntegra a longo prazo. Em 2020, através de diversos meios de divulgação, o CCAC esclareceu aos cidadãos que a apresentação presencial de queixas e de denúncias identificadas é devidamente protegida pelo mecanismo de confidencialidade. A apresentação de queixas ou denúncias identificadas, com a disponibilização de informações de contacto, ajuda o CCAC a aceder, de forma precisa, a informações que podem tornar-se essenciais na investigação e a verificar indícios de ilegalidade ou irregularidade administrativa, com vista a minimizar a probabilidade de arquivamento de casos devido ao facto de não reunirem condições para respectiva investigação. O CCAC tem tratado de forma flexível as queixas e denúncias anónimas. Desde que existam indícios preliminares nessas queixas e denúncias anónimas que reúnam condições para a instauração do respectivo processo de investigação, mesmo que não sejam fornecidas informações claras e precisas directamente pelo queixoso ou denunciante, far-se-á sempre o possível para investigar o caso referido e recolher as provas no âmbito das competências legais, tentando contornar as dificuldades relativas à insuficiência de informações, tratando assim com seriedade e responsabilidade todas as queixas e denúncias, incluindo as queixas e denúncias anónimas. No entanto, não se pode negar que o CCAC precisa sempre do apoio dos cidadãos no sentido de obter informações consideradas úteis e necessárias para a instauração de investigações, procurando resolver, com a maior brevidade possível, as preocupações dos cidadãos.

II. Resumo de sindicância

“Relatório de investigação sobre os 74 processos de concessão de terrenos por arrendamento, a título provisório em que foi declarada a caducidade das concessões”

A Administração Pública começou, a partir de Março de 2010, a rever individualmente os casos em que o aproveitamento de terrenos não foi concluído dentro do prazo de aproveitamento definido nos contratos ou em que o prazo de arrendamento dos terrenos já expirou e, a partir de 2015, declarou sucessivamente a caducidade da concessão de vários terrenos. Posteriormente, verificaram-se afirmações públicas, por várias vezes, através dos órgãos de comunicação social, de que é irrazoável a disposição da Lei n.º 10/2013 (Nova Lei de Terras), segundo a qual caduca imediatamente a concessão quando não for concluído o aproveitamento do terreno até ao termo do prazo de arrendamento, pelo que solicitou-se uma alteração à nova Lei de Terras.

Tendo procedido a uma análise global dos 74 processos de concessão de terrenos cuja caducidade da concessão foi declarada, consultando, a saber, mais de mil volumes dos processos da concessão dos terrenos, de planeamento arquitectónico e de obras, ouvido o depoimento e esclarecimentos dos respectivos trabalhadores, e fazendo uma comparação com os regimes ju-

為，所有卷宗的土地承批人均未遵守臨時性租賃批給合同的條款，當中有個案要求修改土地利用或遲遲不向當局遞交土地利用建築計劃，也有個案不積極跟進已遞交的建築計劃，共通點都是未能完成原訂的土地利用計劃。承批人在取得土地臨時批給後，才以諸多理由一次或多次要求更改土地利用或修改土地用途，首次遞交的建築計劃幾乎無一符合原批給合同，這種不切實履行合同義務之舉，明顯違反合同法律關係中的善意原則。甚至有承批人的行為顯示明顯無意履行原臨時性租賃批給合同所訂定的義務，只試圖不斷要求行政當局批准更改土地用途、擴大可建樓宇的規模及高度等，一心伺機尋求利益最大化的可能性。

對於外界質疑土地工務運輸局拖延審批，導致土地承批人無法在土地租賃期內完成土地利用，廉政公署認為有關指責並不成立，因所有個案均是承批人無依時遞交最起碼符合批給合同原條款的建築計劃，又或局方在審批計劃後承批人不依時作出後續跟進所造成，且每當承批人遞交的建築計劃明顯不符合原要求，就會導致該局須重新研究城市規劃，無可避免地須耗費更多時間徵詢其他權限部門的意見，此舉實非土地工務運輸局延誤審批計劃，反而是因承批人明顯違背臨時性批給合同原條件而導致延誤土地利用。

新、舊《土地法》確有賦予土地承批人更改土地利用或修改批給用途的權利，但均設有限制。舊《土地法》第107條規定，是否批准承批人有關請求，取決於行政當局的自由裁量，一旦發現出現投機性意圖的請求，行政當局依法須不予批准。另外，新《土地法》第140條及第141條，也明確規定了因城市規劃變動而需修改批給用途及更改土地利用的情況。此外，新、舊《土地

rídicos das regiões vizinhas, o CCAC considera que, todos os concessionários dos terrenos envolvidos nos processos em causa não cumpriram as cláusulas dos contratos de concessão provisória por arrendamento, sendo que alguns deles solicitaram a alteração do aproveitamento do respectivo terreno, ou atrasaram-se na apresentação, aos serviços competentes, do projecto de arquitectura relativo ao aproveitamento do terreno, e outros houve que não deram seguimento activo ao projecto de arquitectura apresentado, sendo que o ponto comum a todos reside no facto de não terem conseguido concluir o projecto inicial de aproveitamento do terreno. Só depois de obter a concessão provisória do terreno é que os respectivos concessionários, com base em fundamentos diversos, solicitaram, uma ou mais vezes, a modificação do aproveitamento dos terrenos ou a alteração da sua finalidade, sendo que quase nada dos projectos de arquitectura inicialmente apresentados correspondia ao estipulado nos respectivos contratos iniciais de concessão. Este comportamento de cumprimento não pontual das obrigações contratuais é manifestamente contrário ao princípio da boa fé nas relações jurídicas contratuais, e até mesmo a conduta de alguns concessionários dos terrenos revela claramente o seu desinteresse em cumprir as obrigações estipuladas no contrato inicial de concessão provisória por arrendamento, os concessionários tentaram apenas, através de constantes solicitações à Administração Pública para alterar a finalidade dos terrenos, ampliar a dimensão e a altura dos edifícios a construir, para encontrar uma possibilidade de maximização dos seus interesses.

Em relação ao surgimento de dúvidas na sociedade quanto ao adiamento, por parte da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), na apreciação e na aprovação dos pedidos, o que teria feito com que os concessionários dos terrenos não conseguissem concluir o aproveitamento de terrenos dentro dos prazos de arrendamento previstos, o CCAC entende que essas acusações não são procedentes porque todos os casos resultaram do facto de os concessionários não terem apresentado, atempadamente, projectos de arquitectura que satisfizessem, pelo menos, as cláusulas originais dos contratos da concessão, ou do facto de os concessionários não terem procedido, atempadamente, ao devido acompanhamento após a apreciação e aprovação dos seus projectos por parte da DSSOPT. Para além disso, sempre que os projectos de arquitectura apresentados pelos concessionários dos terrenos não estejam, manifestamente, em conformidade com as exigências iniciais, a DSSOPT necessita de proceder a um novo estudo sobre o planeamento urbanístico, sendo inevitável um maior gasto de tempo na consulta de opiniões de outras entidades competentes. Isto não significa que a DSSOPT tenha adiado a apreciação e aprovação dos projectos, antes pelo contrário, é a violação manifesta das condições iniciais do contrato de concessão provisória pelo concessionário que provocou atraso no aproveitamento dos terrenos.

Quer a nova, quer a antiga Lei de Terras, dispõem que compete aos concessionários de terrenos pedir a modificação do aproveitamento dos terrenos ou a alteração de finalidade dos terrenos, existem, todavia, algumas limitações aplicáveis. Nos termos do artigo 107.º da antiga Lei de Terras, a autorização, ou não, de tais pedidos dos concessionários depende da discricionariedade da Administração Pública, sempre que ao

法》均規定，承批人有義務在所訂定及獲延長的總土地利用期內完成土地利用。即使提交的建築計劃或圖則等不獲核准，亦不會中斷或中止土地利用期間的計算，除非承批人提出申請。承批人在行政當局切實執行《土地法》宣告土地批給失效的規定後，才紛紛試圖以行政當局拖延審批，或行政當局未履行城規或基建責任等，作為自身沒有按照批給合同完成土地利用義務的抗辯理由，廉政公署認為完全沒有說服力。

同時，土地工務運輸局在土地批給合同履行上的監督力度不足，過去未盡主動監督及跟進承批人有否履行土地臨時批給合同的責任，亦無及時跟進相關土地可能已符合臨時性批給失效的規定，致令多幅土地因沒有被好好利用而持續閒置多時，也令坊間對政府管理土地的工作產生諸多負面猜疑，值得權限當局深刻反思及檢討。

土地租賃批給合同並非單純的民事合同，本質上屬於行政合同，行政當局具有監察權及處罰權，以監督土地承批人履行土地批給合同義務的情況，但不少涉案土地批給卷宗中，似乎出現了由承批人主導的狀況，往往當承批人提出修改土地用途、更改土地利用等要求，均能獲得工務局的研究跟進，鮮見一開始就果斷否決不符合者。行政當局應檢討如何在土地租賃合同中行使好主導角色，適時主動跟進及監督土地承批人履行批給合同義務

deparar-se com um pedido com intuítos especulativos, deve indeferir o pedido nos termos da lei. Por outro lado, os artigos 140.º e 141.º da nova Lei de Terras dispõem expressamente sobre a alteração de finalidade da concessão e modificação de aproveitamento do terreno exigidas pela alteração do planeamento urbanístico. Para além disso, quer a nova, quer a antiga Lei de Terras, regulam também que, os concessionários dos terrenos têm o dever de concluir o aproveitamento do terreno dentro do prazo de aproveitamento fixado inicialmente ou do prazo prorrogado. Mesmo que os projectos de arquitectura apresentados não sejam aprovados, não é interrompida nem suspensa a contagem do prazo de aproveitamento do terreno, a não ser que os concessionários tenham apresentado o respectivo pedido. Assim, só a partir do momento em que a Administração Pública acabou por executar efectivamente as disposições da Lei de Terras relativamente à declaração da caducidade de concessão dos terrenos é que os concessionários dos terrenos tentaram aproveitar o facto de se registarem atrasos na apreciação e aprovação dos projectos por parte da Administração Pública, e o facto do eventual não cumprimento das responsabilidades da Administração Pública no âmbito do planeamento urbanístico ou das infra-estruturas, como causas de excepção, no sentido de justificar o não cumprimento das obrigações que sobre eles recaía, no que respeita ao aproveitamento dos terrenos constantes dos contratos de concessão. O CCAC considera que tais explicações são inconvincentes.

Simultaneamente, houve falta de rigor na fiscalização, por parte da DSSOPT, no que diz respeito ao cumprimento dos contratos de concessão de terrenos, não cumprindo, no passado, as suas responsabilidades de tomar iniciativa relativamente à fiscalização e ao acompanhamento da situação do cumprimento dos contratos de concessões provisórias dos terrenos por parte dos concessionários, nem tendo acompanhado, atempadamente, as situações em que os respectivos terrenos poderiam reunir condições que preenchiam os requisitos das disposições legais relativamente à caducidade das concessões provisórias, fazendo assim com que muitos terrenos ficassem desaproveitados durante muito tempo por não terem sido utilizados adequadamente. Estas situações suscitaram, na sociedade, muitas dúvidas negativas sobre os trabalhos da gestão de terrenos por parte do Governo, situação essa que merece uma profunda reflexão e revisão por parte das autoridades competentes.

O contrato de concessão por arrendamento de terreno não é um mero contrato civil, tendo a natureza de contrato administrativo. A Administração Pública tem os poderes de fiscalização e punitivo para fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais das concessões por arrendamento de terrenos por parte dos concessionários. No entanto, nos vários processos de concessão dos terrenos, verificaram-se situações em que parecia que os concessionários ocupavam a posição predominante. Muitas vezes, quando os concessionários apresentaram pedidos de alteração da finalidade dos terrenos ou de modificação do aproveitamento dos terrenos, entre outros, conseguiram a realização de análises e estudos por parte da DSSOPT, sendo raro que tivesse sido tomada, desde logo, uma atitude firme relativamente ao indeferimento dos pedidos que não preenchessem os necessários requisitos. A Administração Pública deve fazer uma revisão no sentido de procurar desempenhar bem o seu papel predominante nos contratos de arrendamento de ter-

的情況，並為維護全澳市民整體利益，採取適當措施及清晰透明的態度，完善監督和管理土地利用，對不符合法律或批給合同原意的請求明確駁回，確保本澳土地資源能按照新《土地法》及批給合同的條款被有效及充分地利用。

對此，廉政公署建議行政當局在審批土地承批人提交的建築方案的過程中，應同時顧及公共利益與私人利益間的平衡，尤其應以將土地資源充分並適時被利用，以及城市可持續發展為最主要批准目的。

廉政公署又指出，涉案74個土地批給的決定，均由前澳葡政府作出，有部份土地是以豁免公開招標的方式作出臨時性租賃批給，且未見在意見書上提供相應的理由說明及引用任何相關法律規定。廉政公署強調，公開招標應是常態，直接批給則是例外，行政當局今後開展土地臨時批給程序時必須按照新《土地法》的規定，在臨時批給土地之前必須先公開招標，當符合特定前提時方可豁免公開招標。此外，應及時執行新《土地法》第166條之規定，一旦承批人在土地利用期間內未能完成土地利用，無須證明其過錯，即可開展研究相關處罰機制的可執行性，包括罰款及宣告臨時性租賃批給失效；待至土地租賃期間完成，更是強制性須宣告有關土地的臨時性租賃批給失效，以便釋放有關土地的權利，重新加以善用，這才是及時正確適用法律，才能有效維護公共資源利益。

對於廉政公署上述公佈的調查結論，運輸工務司司長公開表示高度重視，承諾會檢討和反思，全面加強及完善土地管理工作機制，依法合理善用土地資源，並表示澳門特別行政區將繼續按照《土地法》的相關規定，嚴格管理國有土地；對於依法宣告

renos, acompanhando e fiscalizando, de forma atempada e empenhada, o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos de concessão dos terrenos por parte dos concessionários, adoptando medidas adequadas e uma atitude transparente, com vista a salvaguardar o interesse geral da população de Macau, aperfeiçoando a fiscalização e gestão do aproveitamento dos solos, indeferindo expressamente os pedidos que não estejam em conformidade com a lei ou com a intenção original dos contratos de concessão, por forma a assegurar que os recursos dos solos de Macau possam ser aproveitados de forma eficaz e completa, nos termos da nova Lei de Terras e das cláusulas dos contratos de concessão.

Quanto a isso, o CCAC sugeriu à Administração Pública que, na apreciação e aprovação dos projectos de arquitectura apresentados pelos concessionários, deve ponderar, simultaneamente, o equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado, sobretudo, deve ter como objectivos primordiais o aproveitamento pleno e oportuno dos recursos dos solos e o desenvolvimento urbano sustentável.

O CCAC refere ainda que as 74 decisões sobre a concessão dos terrenos em causa foram tomadas pelo Governo de Macau ainda sob administração portuguesa, sendo que algumas concessões provisórias por arrendamento foram concedidas com dispensa de concurso público sem que se tenha encontrado nenhuma justificação para tal nos pareceres, e sem sequer se ter invocado para tal qualquer disposição legal pertinente. O CCAC reforça que o concurso público deve ser a normalidade e a concessão directa uma excepção. A Administração Pública, no desenvolvimento dos procedimentos de concessão provisória de terrenos no futuro, deverá cumprir com o disposto na nova Lei de Terras, segundo a qual a concessão provisória é precedida de concurso público, e só quando estiverem preenchidos os pressupostos específicos pode ser dispensado o concurso público. Para além disso, deve ser cumprido atempadamente o disposto no artigo 166.º da nova Lei de Terras, ou seja, caso o concessionário não conclua o aproveitamento do terreno dentro do prazo de aproveitamento do terreno, sem ser necessário provar a sua culpa, pode ser iniciado um estudo sobre a exequibilidade da aplicação do respectivo mecanismo sancionatório, incluindo a aplicação de multa e a declaração da caducidade da concessão provisória por arrendamento; por outro lado, quando expirar o prazo de arrendamento do terreno, deve ser obrigatória a declaração de caducidade de concessão provisória por arrendamento do terreno, por forma a libertar os direitos do terreno em causa, para que o mesmo possa ser aproveitado novamente. Só assim será feita uma aplicação atempada e correcta da lei e os interesses relativos aos recursos públicos podem ser salvaguardados eficazmente.

Relativamente às referidas conclusões da investigação divulgadas pelo CCAC, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou publicamente que atribua grande importância às mesmas e prometeu que se iria proceder a uma revisão e reflexão neste âmbito, envidando todos os esforços para melhorar o mecanismo de gestão de solos, no sentido de permitir o aproveitamento mais adequado e eficaz dos solos nos termos da lei. Referiu também que a RAEM vai continuar a gerir, de forma rigorosa, os terrenos do Estado nos termos da Lei de Terras. Em relação aos terrenos cuja concessão foi declarada caducada nos termos da lei e aos outros terrenos disponíveis, a

批給失效的土地及其他可動用土地，特區將會因應社會整體發展的需要，有效、合理善用土地資源，以達致特區可持續發展的目標。

三、專案調查選要

(一)

公帑慎批 監管莫怠

2018年7月，廉政公署收到工商業發展基金管理委員會移送的非凡航空貸款個案的資料，為此針對此個案展開專案調查，分別循刑事、行政違法及紀律責任幾個不同角度審視整個貸款援助過程。

經梳理工商業發展基金在2008至2009年向非凡航空發放5次共2.12億澳門元貸款援助的經過後，廉政公署發現同期受到金融海嘯拖累的澳門航空亦曾向特區政府尋求支援。當時，作為股東的特區政府在2009年透過注入資金約2.15億澳門元給予支持；至於非凡航空，考慮到該私營公司倒閉會對已訂票的旅客及澳門旅遊市場帶來負面影響，特區政府則決定透過工商業發展基金向非凡航空提供免息貸款的財政援助。工商業發展基金管理委員會成員對航空行業營運及財務運作缺乏專業知識，卻沒有成立包括專業人士在內的評審委員會，也無邀請有助決策的專業人士列席會議。

對於非凡航空及其股東、行政管理機關成員的行為是否在違反刑事法律（包括詐騙、簽發空頭支票、蓄意破產、非蓄意破產、損害債權、袒護債權人及行賄罪）的問題，經分析後，該等人士無為非凡航空製作嚴謹的財務報表及會計帳目，有可能觸犯非蓄意破產罪，但有關罪行告訴權已因期限屆滿而消滅，而其他行為均未有充足跡象顯示滿足有關犯罪構成要件。此外，工商業發展基金管理委員會成員及其他曾參與其中的公務員的行

RAEM irá atender às necessidades do desenvolvimento global da sociedade, utilizando de forma eficaz e racional, os recursos de solos, a fim de atingir o objectivo do desenvolvimento sustentável.

III. Resumo de inquéritos

(I)

Concessões prudentes do erário público e supervisão não negligente

Em Julho de 2018, o CCAC recebeu informações relativas ao caso da concessão de empréstimos à Viva Macau remetidas pelo Conselho Administrativo do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC). Nesse âmbito, o CCAC procedeu à instauração de um inquérito, a fim de efectuar uma revisão integral do processo da concessão de empréstimos de apoio, partindo de várias perspectivas, nomeadamente do ponto de vista das infracções criminais, das infracções administrativas e da responsabilidade disciplinar.

Após uma recapitulação do desenvolvimento da concessão dos cinco empréstimos de apoio à Viva Macau pelo FDIC no valor total de 212 milhões de patacas entre 2008 e 2009, o CCAC constatou que a Air Macau, afectada igualmente pelo tsunami financeiro da altura, tinha pedido também apoio ao Governo da RAEM. Em 2009, o Governo da RAEM, enquanto sócio da Air Macau, concedeu apoio àquela sociedade através da injeção de um montante de cerca de 215 milhões de patacas. Relativamente à Viva Macau, considerando que o encerramento daquela sociedade privada iria provocar um impacto negativo tanto para viajantes com bilhetes reservados como para o próprio mercado de turismo de Macau, o Governo da RAEM decidiu conceder apoio financeiro sob a modalidade de concessão de empréstimo sem juros através do FDIC. Os membros do Conselho Administrativo do FDIC não possuíam conhecimentos profissionais sobre a exploração e operação financeira da indústria da aviação, não tendo sido criada uma comissão de apreciação, integrando indivíduos com experiência profissional na respectiva área, nem tendo sido convidados profissionais, que pudessem contribuir para a tomada de decisões, para participar nas reuniões.

Quanto à existência ou não de actos violadores de disposições penais (nomeadamente crimes de burla, de emissão de cheque sem provisão, de falência intencional, de falência não intencional, de frustração de créditos, de favorecimento de credores ou de corrupção activa) nos actos da Viva Macau, bem como dos seus sócios e administradores, após análise, apurou-se que os indivíduos em causa não elaboraram demonstrações financeiras e contas contabilísticas rigorosas relativamente à Viva Macau, podendo esta conduta consubstanciar um crime de falência não intencional. No entanto, o direito à apresentação de queixa desse crime já se encontra extinto devido ao facto de o respectivo prazo ter já expirado. Para além disso, não há indícios suficientes que demonstrem que os restantes actos praticados apresentassem elementos constitutivos dos eventuais correspondentes crimes. Por outro lado, face às provas existentes, não se apurou que se verificassem os elementos legais constitutivos dos crimes de corrupção passiva para acto ilícito, de abuso de poder ou de prevaricação nos actos dos membros

為，現存證據亦未能證實已符合受賄作合規範行為罪、濫用職權罪及瀆職罪的法定構成要件。

然而，廉政公署經調查後，除了發現非凡航空文件散亂無序，非凡航空的主要股東鷹揚航空則以本票作為擔保，有權限當局卻從無嚴格審查其償還能力，亦無對非凡航空的財務狀況審查跟進，非凡航空從未履行任何還款協議，還不斷請求把貸款延期償還，期間還曾把借貸援助的款項，部份用作歸還予非凡航空個別行政管理機關成員之前以私人名義向該公司作出的貸款，未按跟工商業發展基金簽訂的援助協議的要求，將有關援助款項直接用於改善企業的經營狀況用途，更無依時提交協議中所訂明的援助款項具體運用報告，這些違反借貸協議的行為，可能已產生相關民事合同責任，但工商業發展基金管理委員會成員卻態度怠忽，導致行政當局處於完全被動的境況。

此外，非凡航空不屬現行相關法律規定的中小企業，審批及處理有關財政援助申請缺乏可直接援引的法律依據，加上對於作為此筆相當巨額貸款的擔保人——鷹揚航空的財務狀況分析工作嚴重欠奉，這正正是當非凡航空被宣告破產後，工商業發展基金無法從擔保人處成功獲得債務返還的重要關鍵。顯然地，工商業發展基金在非凡航空借貸申請的審批過程中，即使在文件蒐集、資訊分析及報告質量的要求及監督工作上都嚴重不足，明顯欠缺有效及密切的跟進，相關公務員有欠謹慎、疏漏、怠忽甚至不作為，明顯足已構成紀律責任或顯示出未盡應有的監督責任及義務。

為此，廉政公署建議及早推動和完善對工商業發展基金援助使用的監察機制的立法規範，尤其必須建立完善的借貸擔保機制，明確規定工商業發展基金的巨額貸款應以具有實質償還能力的資產作擔保，嚴格審查擔保人的資產，確保債務人在未能

do Conselho Administrativo do FDIC e dos trabalhadores da Administração Pública envolvidos nos procedimentos.

No entanto, na sequência da investigação do CCAC, constatou-se que os documentos da Viva Macau estavam dispersos e desorganizados e, por sua vez, a sócia qualificada da Viva Macau a “Eagle Airways Holdings Limited”, apresentou libranças como garantia, mas as autoridades competentes nunca examinaram de forma rigorosa a sua capacidade de reembolso. Para além disso, não foi efectuada uma avaliação financeira da Viva Macau, sendo que aquela sociedade nunca cumpriu qualquer dos acordos de empréstimo e, mais ainda, pediu continuamente o adiamento das datas de liquidação dos mesmos. Simultaneamente, uma parte do valor do empréstimo de apoio foi utilizada, na altura, para pagar os mútuos concedidos anteriormente à sociedade por alguns administradores da Viva Macau a título particular, ao invés da utilização directa do respectivo montante para o melhoramento da situação de exploração da sociedade em conformidade com as exigências do acordo de apoio celebrado com o FDIC, e não foi apresentado, dentro do prazo fixado, ao FDIC o relatório sobre a aplicação concreta dos respectivos montantes de apoio, tal como estipulado no acordo. Todos estes actos são violadores do acordo de empréstimo e tal poderá fazer incorrer em responsabilidade civil contratual. No entanto, os membros do Conselho Administrativo do FDIC assumiram uma atitude negligente, colocando a Administração Pública numa posição completamente passiva.

Por outro lado, a Viva Macau não é uma das pequenas e médias empresas previstas nas respectivas disposições legais vigentes, pelo que a apreciação, autorização e tratamento dos pedidos de apoio financeiro careciam de um fundamento legal que pudesse ser directamente citado. Para além disso, não foi realizada nenhuma análise sobre a situação financeira da “Eagle Airways” – a avalista destes empréstimos de valor consideravelmente elevado, facto crucial que teve como consequência que o FDIC não tenha conseguido posteriormente cobrar, com sucesso, as dívidas junto da avalista na sequência da declaração de falência da Viva Macau. Obviamente, no decorrer do processo de apreciação e aprovação dos pedidos de empréstimos da Viva Macau por parte do FDIC, encontram-se graves insuficiências na recolha de documentos, na análise de informações, na exigência com a qualidade de relatórios, bem como nos trabalhos de supervisão, faltando obviamente um acompanhamento eficaz e apertado. Os actos praticados pelos trabalhadores da função pública em causa revelam descuido, deficiência, negligência e foram mesmo omissivos, o que configura obviamente responsabilidade disciplinar ou demonstra o não cumprimento das devidas responsabilidades e deveres de supervisão.

Neste sentido, o CCAC sugere uma promoção e um aperfeiçoamento, com a maior brevidade possível, do sistema de supervisão no âmbito da utilização de apoios do FDIC, com recurso a uma regulamentação própria, por via legislativa, e sobretudo é necessário criar um mecanismo completo de garantia dos empréstimos, estabelecendo expressamente que os empréstimos de montantes elevados concedidos pelo FDIC devam ser garantidos por activos com capacidade efectiva para pagamento, devendo também proceder-se à apreciação rigorosa dos activos dos avalistas, assegurando assim que os empréstimos concedidos possam ser pagos através desses activos nos casos de não pagamento pontual pelos devedores, evitando,

按時還款時能以有關資產償債，避免耗費資源啟動法律程序但最終追討不果。同時，還必須建立必要的風險預警及控制的機制，確保特區公帑不會因寬鬆的信用及監管而備受損害。廉政公署亦寄語澳門特區所有官員及公務員，無論其職務、職位為何，在執行公務時，必須確保公務員的無私義務得以貫徹，以維護官員及公務員不偏私及行為正直的形象。

對於廉政公署公開的調查結果，特區政府多位主要官員均公開表示重視與關注。行政長官親示經濟財政司司長，全面檢討工商業發展基金貸款的審批程序，完善審批標準以及相應的監察機制，對於大額貸款或信貸擔保申請的審批會嚴格把關，明確要求有關的款項必須以具實質償還能力的資產作擔保，最大限度減低當出現償還困難時政府款項所承受的風險；還要求全面檢視工商業發展基金所適用的法律規範，包括檢討完善現行的工商業發展基金規章，以及工商業發展基金負責的各類貸款或資助項目的專有法規，以法規的形式明確訂定審批條件、監管機制、違規處罰等內容。經濟財政司司長亦已責成工商業發展基金全面檢討及糾正缺失，健全貸款的審批及監察，建立風險預防和控制機制，完善法規以加強堵塞漏洞，確保公帑依法得到合理及妥善運用。

為鞏固調查的後續效果，廉政公署更特意安排與全澳公共性質的基金會代表進行會面交流，以非凡航空借貸援助一案為鑑，對本澳自治基金如何良好運用公共資產提出意見及改善建議；而行政當局亦承諾會着手開展完善基金審批制度的法律法規的工作，並為此要求各基金會負責人提交對相關法律的不足與實務操作中發現的問題並提出意見，由特區政府進行意見匯總並跟進。

deste modo, o dispêndio de recursos para iniciar procedimentos legais que, em última análise, se demonstram infrutíferos na recuperação dos empréstimos. Simultaneamente, sugere também que é necessário criar um mecanismo de alerta e controle de risco indispensável para garantir que os fundos públicos da RAEM não sejam alvo de abuso em virtude de uma supervisão não rigorosa e de situações de excesso de confiança. O CCAC chama a atenção a todos os dirigentes e trabalhadores da função pública da RAEM, independentemente dos seus conteúdos funcionais e dos seus cargos, para garantir a observância do dever de isenção dos trabalhadores da função pública no exercício de funções, com vista a assegurar uma imagem de imparcialidade e de integridade dos dirigentes e trabalhadores da função pública.

Em relação ao resultado da investigação publicado por parte do CCAC, vários titulares dos principais cargos do Governo da RAEM deram-lhe muita atenção e manifestaram publicamente a sua importância. O Chefe do Executivo exortou pessoalmente o Secretário para a Economia e Finanças para proceder a uma revisão global dos procedimentos de apreciação e autorização dos pedidos de empréstimos concedidos pelo FDIC, aperfeiçoar os critérios de apreciação e autorização e o respectivo mecanismo de supervisão, devendo controlar com mais rigor a apreciação e autorização dos pedidos de concessão de empréstimos ou de garantia de créditos de grandes somas, exigindo-se expressamente que os respectivos montantes sejam garantidos por activos com capacidade efectiva para pagamento, no sentido de minimizar os riscos a suportar pelo Governo em caso de dificuldades de liquidação; para além disso, exigiu-se ainda que sejam revistos globalmente os diplomas legais aplicáveis ao FDIC, incluindo no que respeita à revisão e aperfeiçoamento do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização vigente e de outros diplomas específicos relativos à concessão de empréstimos e de itens subsidiados por parte do FDIC, a fim de definir claramente, sob a forma de diploma legal, as condições de apreciação e autorização, o mecanismo de supervisão, e as sanções por infracções, etc. O Secretário para a Economia e Finanças já instruiu o FDIC para proceder a uma revisão global e corrigir as deficiências, no sentido de aperfeiçoar os procedimentos de apreciação, autorização e supervisão de empréstimos e criar um mecanismo de alerta e controle de risco, bem como aperfeiçoar o regulamento para conlutar efectivamente as lacunas e assegurar, nos termos da lei, um aproveitamento razoável e adequado do erário público.

A fim de consolidar os efeitos posteriores da investigação, o CCAC organizou especialmente um encontro e intercâmbio com os representantes de todos os fundos de natureza pública de Macau, tendo ali tomado como referência o caso da concessão de empréstimos à Viva Macau e apresentado opiniões e sugestões de melhoramento sobre a boa utilização dos activos públicos por esses fundos autónomos de Macau; a Administração Pública prometeu iniciar os trabalhos de aperfeiçoamento das leis e regulamentos relacionados com o regime de apreciação e autorização de fundos, exigindo assim aos responsáveis dos fundos que apresentassem os eventuais problemas relativos às deficiências legais e os problemas detectados na prática, bem como apresentassem outras opiniões, cabendo ao Governo da RAEM proceder à compilação dessas opiniões e ao seu acompanhamento.

(二)

兼職外快 違紀莫試

廉政公署收到一宗舉報，指治安警察局有警員透過網絡平台違法兼職銷售美容產品，要求廉政公署介入調查。

經調查發現，該警員自2018年起在網絡平台開設專頁，並透過多個買賣平台銷售美容產品。亦發現該警員經常在網絡平台上載有其本人手持美容產品的相片及影片，藉以標榜及推銷相關美容產品的功效顯著，且證實其曾在辦公地點內銷售美容產品給數名同事。

經廉政公署向治安警察局通報有關情況後，警方已對該警員提起紀律程序，證實該警員違反《澳門保安部隊軍事化人員通則》第12條第2款f)項及16條b)項規定之義務，對該警員科處罰款的紀律處分。

(三)

標準一致 公平彰顯

有市民投訴指其在按市政署發出的改善冷氣機滴水要求，並已在限期內完成將冷氣機排水管接駁至室內的工程後，只因無拆除原本外露但已無滴水現象的廢棄喉管，在市政署複查時再次被處罰，理由是“喉管仍外露”；投訴人認為署方處罰不公，要求廉政公署介入調查。

經調查發現，市政署在進行有關複查工作時確認無滴水情況，但由於冷氣機排水喉管仍外露，便直接認定投訴人在署方所定的期限屆滿後，仍未執行署方為防止冷氣滴水而提供的技術建議，從而根據《公共地方總規章》及《違法行為清單》處罰投訴人。

(II)

Não trabalhe, ainda que a tempo parcial, para ganhar dinheiro extra. Isso é uma infração disciplinar!

O CCAC recebeu uma denúncia, na qual se referia que um agente policial do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) vendeu, em regime de tempo parcial e ilegalmente, produtos de beleza através da *Internet*, solicitando-se a intervenção e investigação do CCAC.

Na sequência da investigação, apurou-se que, a partir de 2018, aquele agente policial criou uma página específica na *Internet*, vendendo produtos de beleza através de várias plataformas de compra e venda. Verificou-se ainda que aquele agente policial tinha carregado várias vezes, na *Internet*, fotografias e vídeos em que se podem ver os produtos de beleza na sua posse, com o intuito de destacar e promover os efeitos dos respectivos produtos. Além disso, apurou-se ainda que o mesmo tinha vendido produtos de beleza aos seus colegas no local de trabalho.

Depois de o CCAC ter dado conhecimento da situação deste caso ao CPSP, este último instaurou um processo disciplinar contra o referido agente policial, comprovando-se, posteriormente, que o referido agente policial tinha violado os deveres previstos na alínea f) do n.º 2 do artigo 12.º e na alínea b) do artigo 16.º do Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, tendo-lhe sido aplicada uma pena disciplinar de multa.

(III)

Equidade mostrada com a uniformização de padrões

Um cidadão apresentou uma queixa, na qual referia que ele próprio já tinha concluído uma obra de instalação de condutas de drenagem de ar-condicionado num espaço interior, dentro do prazo estipulado e de acordo com as exigências apresentadas pelo Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), relativas a melhoria da situação relativa aos pingos de água do ar-condicionado. No entanto, o mesmo não procedeu à remoção das condutas de drenagem desactivadas, continuando estas expostas, apesar de já não gotejarem, pelo que foi punido, mais uma vez, pelo IAM aquando do trabalho de subsequente fiscalização, com fundamento no facto de “as condutas de drenagem ainda estarem expostas”. O queixoso considerou injusta a sanção aplicada pelo IAM e solicitou a intervenção do CCAC para investigação.

Após investigação, verificou-se que o IAM, ao proceder ao respectivo trabalho de subsequente fiscalização, confirmou que não havia pingos de água, mas como as condutas de drenagem de ar-condicionado estavam ainda expostas, o IAM confirmou, sem mais rodeios, que o queixoso não tinha ainda cumprido as recomendações técnicas do IAM para evitar o problema dos pingos de água proveniente do ar-condicionado dentro do prazo fixado pelo IAM. Posteriormente, o queixoso foi sancionado de acordo com o “Regulamento Geral dos Espaços Públicos” e respectivo “Catálogo das Infrações”.

廉政公署認為，根據改善冷氣機滴水通知書的行文，可知市政署旨在促使投訴人在限期內作出防止冷氣機滴水的維修工作。將冷氣機排水喉管接駁回室內是其中一種舉例列舉的技術建議，只要有關措施可使冷氣機不再滴水至公共地方，便應算符合該通知的要求，既然投訴人已依期完成防止冷氣機滴水的維修工作，單憑廢棄的外露喉管，市政署並沒有法律依據處罰投訴人。投訴人在檢控處罰階段一再陳述改善情況，但署方置若罔聞，直至投訴人就處罰決定作出聲明異議後，才就其所陳述的改善情況作出分析。

廉政公署亦認為，倘若市政署及早對投訴人所陳述的改善情況及所提供的佐證相片作出分析，尤其採取相應措施查證實際情況，實事求是，既可避免不必要的爭議及質疑，亦可省減不必要的後續程序、節省人力資源。此外，本案亦揭示出署方檢控時的考量與投訴人提出聲明異議後的考量並不完全一致，甚至出現在相同的情況下，不同處理個案的人員會有不同認定的結果。為免使人質疑署方在處理冷氣機滴水的檢控中，對於違法行為或不法事實的認定有欠嚴謹，署方有必要採取措施統一檢控人員對於相同情況所應採用的立場。

為此，廉政公署向市政署反映情況及提出相關意見，獲市政署回覆表示接納，重新審視投訴人的聲明異議及在聽證階段提交的資料，最終認定投訴人所作出之改善方式已足以防止冷氣機滴水到公共地方的情況發生，並收回有關處罰決定。

(四)

過渡從寬 合法存疑

一名在土地工務運輸局註冊並執業多年的建築工程範疇技術員投訴反映，在第1/2015號法律（《都市建築及城市規劃範疇的資格制度》）生效後，該局仍向未符合法定要求的技術員註冊

O CCAC verificou, através do conteúdo da notificação para melhoria do problema de pingos de água de ar-condicionado, que o IAM tem por objectivo exortar o queixoso a efectuar, no prazo fixado, os necessários trabalhos de reparação para evitar a queda de pingos de água de ar-condicionado. A “instalação das condutas de drenagem de ar-condicionado nos espaços interiores” é um dos exemplos que se apresenta como uma recomendação técnica e, desde que essa medida evite a queda dos pingos de água de ar-condicionado no espaço público, deve considerar-se satisfeita a exigência constante da notificação. Tendo o queixoso concluído os trabalhos de reparação para evitar os pingos de água do ar-condicionado dentro do prazo estipulado, o IAM não tinha fundamento legal para penalizar o queixoso por ter encontrado condutas de drenagem desactivadas expostas. Na fase de acusação e sanção, o queixoso reiterou várias vezes as melhorias introduzidas, mas o IAM ignorou-as e só analisou as melhorias relatadas depois de o queixoso ter apresentado reclamação sobre a decisão sancionatória.

O CCAC considerou ainda que, se o IAM analisasse, o mais cedo possível, a situação de melhoria relatada e as fotografias comprovativas fornecidas pelo queixoso, tomando, nomeadamente, medidas para verificar a situação real com uma atitude pragmática, não só poderia evitar polémicas e dúvidas desnecessárias, como também poderia evitar procedimentos desnecessários posteriores, poupando assim recursos humanos. Além disso, o presente caso revelou também que a visão do IAM na acusação não era exactamente igual à sua visão após a apresentação da reclamação do queixoso, chegando mesmo a verificar-se que diferentes pessoas responsáveis pelo tratamento de casos podem ter diferentes entendimentos num mesmo contexto. Para evitar que se levantem dúvidas, relativas à falta de rigor no reconhecimento de infracções ou de factos ilícitos, por parte do IAM, no decorrer de acusações relativas aos problemas dos pingos de água de ar-condicionado, o IAM deve adoptar medidas para uniformizar a posição do seu pessoal em relação a situações que são idênticas.

Assim, o CCAC informou o IAM sobre a situação e apresentou as respectivas opiniões. O IAM afirmou, na sua resposta, que tinha aceiteado as opiniões do CCAC e iria reapreciar as informações apresentadas na fase de reclamação do queixoso e na fase de audiência. Por fim, concluiu-se que as melhorias introduzidas pelo queixoso eram suficientes para evitar a queda dos pingos de água de ar-condicionado para o espaço público, pelo que foi retirada a respectiva decisão sancionatória.

(IV)

Dúvidas sobre a legalidade devido a demasiada benevolência na transição para o novo regime

Um técnico na área da construção, inscrito na Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), e que exerce funções há vários anos naquela área, apresentou uma queixa, na qual referia que, após a entrada em vigor da Lei n.º 1/2015 (Regime de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo), a referida Direcção de Serviços tem vindo a conceder “autorização condicionada” aos técnicos requerentes da inscrição para o exercício de funções que não preenchem os requisitos legais para o efeito, duvidando da

申請者作出“有條件批准”，質疑做法無法律依據，且對其他符合法定要件的申請者不公，要求廉政公署介入調查。

根據第1/2015號法律的規定，具法定學位且在2015年1月5日已在土地工務運輸局註冊，或已在本澳從事都市建築或城市規劃範疇的相關職務，只要自2015年7月1日起兩年內向“建築、工程及城市規劃專業委員會”申請登記，便可獲得免除實習及認可考試成績合格的要件，取得建築工程範圍的專業證明；倘若其在上述日期未註冊或註冊未滿一年，則依法須完成由土地工務運輸局舉辦的特別培訓活動後，方可註冊或註冊續期。

經調查發現，在第1/2015號法律生效後，土地工務運輸局確曾向未符合法定要件的申請者作出“有條件批准”，且未見有資料顯示有關法律依據。該局對未完成特別培訓的註冊未滿一年或新註冊申請的個案，採取有條件批准的臨時措施，是因為考慮到第1/2015號法律是本澳建築工程行業首次引入專業資格認證制度，在執行新法的過程中曾收到業界的意見反映，指部份具建築工程專業的技術員原未在其職業規劃中考慮註冊執行職務，到遇到執業機會時卻往往因來不及完成特別培訓活動而錯失機遇，無法取得專業證明，故容許相關人士在指定時間內完成特別培訓活動，就可獲批註冊或註冊續期申請，藉此協助業界順利過渡到新制度。然而，申請人能否參加特別培訓活動取決於很多因素，例如：局方有否開班、何時開班、申請人報讀後可能基於各種原因而無法出席等；而局方要求技術員必須連續兩個星期六全部出席合共10小時的課程才會確認完成課程，所以在提出註冊或註冊續期申請時尚未完成特別培訓而未能滿足法例要求的情況並不能完全歸責於申請人，於是就出現了“有條件批准”的情況，直至這些申請人順利完成有關課程後方獲批註冊或註冊續期。

falta de fundamento legal para o efeito e da injustiça para com outros requerentes que preenchem os requisitos legais, solicitando a intervenção do CCAC para efeitos de investigação.

Nos termos da Lei n.º 1/2015, os titulares dos graus académicos ali legalmente previstos, e que em 5 de Janeiro de 2015 se encontrem inscritos na DSSOPT, ou que já exerçam funções nos domínios da construção urbana e do urbanismo em Macau, ficam dispensados do requisito da conclusão do estágio e da aprovação no exame de admissão, podendo assim obter a cédula profissional no domínio da construção, desde que requeiram o registo, junto do Conselho de Arquitectura, Engenharia e Urbanismo, no prazo de dois anos a contar de 1 de Julho de 2015. Se os mesmos não estiverem inscritos, ou tenham estado inscritos, por um período inferior a um ano, à data acima referida, a inscrição ou a renovação da inscrição fica dependente, nos termos da lei, da frequência de uma acção de formação especial organizada pela DSSOPT.

Na sequência da investigação, apurou-se que, após a entrada em vigor da Lei n.º 1/2015, a DSSOPT procedeu, de facto, à “autorização condicionada” dos requerentes que não preenchiam os requisitos legais, não se tendo, no entanto, encontrado qualquer informação que demonstrasse o respectivo fundamento legal. Para os casos de inscrição com menos de um ano ou para os novos pedidos de inscrição de requerentes que ainda não tenham concluído a acção de formação especial, a DSSOPT tomou a medida provisória de conceder “autorização condicionada”, porque teve em consideração que a Lei n.º 1/2015 constitui o primeiro diploma legal que introduz o regime de acreditação da qualificação profissional no sector da construção de Macau, e que durante a aplicação da nova lei, foram recebidas opiniões do sector em causa, segundo as quais alguns técnicos especializados em obras de construção não consideraram inicialmente, no seu plano profissional, proceder à inscrição para o exercício das respectivas funções, sendo que quando se deparavam com ocasiões para exercer a profissão, perdiam, muitas vezes, essas oportunidades por não terem tido tempo suficiente para concluir as acções de formação especial, não conseguindo assim obter a cédula profissional. Por isso, ao permitir que esses indivíduos concluam as acções de formação especial dentro de um prazo definido, poder-se-iam autorizar os seus pedidos de inscrição ou renovação de inscrição, auxiliando, assim, o sector a transitar, sem sobressaltos, para o novo regime. No entanto, a participação ou não dos requerentes em acções de formação especial depende de vários factores, como por exemplo, se a DSSOPT vai organizar acções de formação, quando é que essas acções de formação começam, ou verificar-se a impossibilidade de os requerentes poderem comparecer às aulas por motivos diversos, etc. Mais, a DSSOPT exige que os técnicos frequentem, em dois sábados consecutivos, uma acção de formação com a duração total de 10 horas, sendo que só assim lhes será reconhecida a conclusão da acção de formação. Por isso, a situação da acção de formação especial não se mostrar concluída aquando da apresentação do pedido de inscrição ou renovação de inscrição (não satisfazendo, portanto, as exigências da lei) não pode ser imputada, na totalidade, aos próprios requerentes. Assim surgiram os casos de “autorização condicionada”, sendo que os requerentes só serão autorizados a procederem à inscrição ou à renovação da inscrição após a conclusão, com sucesso, das respectivas acções de formação.

經分析第1/2015號法律的規定，廉政公署認為，既然未見該法律的立法者設定任何例外性的過渡規定，根據合法性原則，有關人士就只能在完全符合法律規定的情況下，方可獲批准註冊或註冊續期。因此，土地工務運輸局這種附條件批准註冊或註冊續期的做法明顯欠缺法律依據，有違合法性原則。事實上，時至今日業界早已清楚知悉在第1/2015號法律生效之日仍未註冊或註冊未滿一年的技術員，必須先完成由土地工務運輸局開辦的特別培訓活動，方能進行註冊或註冊續期，而局方現時開辦特別培訓的班次，已可滿足有入讀需求的數量，因此，該局應嚴格執行有關法律規定，不應繼續作出“附條件註冊”的行為。

廉政公署向土地工務運輸局反映有關立場及意見後，獲該局回覆表示完全接受，並表明現時已不再採用“附有條件批准註冊”這一項臨時措施，至於曾獲得“附條件批准”註冊或註冊續期且相關註冊仍在有效期內的技術員，現時亦已一律完成所有特別培訓課程。

(五) 詢期合理 有利平競

有舉報指澳門理工學院在兩次搬運服務的詢價程序中，要求獲邀報價的公司在解釋會翌日十七時三十分之前提交書面報價，由於僅一天的報價時間過於短促，故懷疑該院校名義上採用邀請標方式，但暗地裡內定供應商，故要求廉政公署查明當中是否存在利益輸送的情況。

經調查發現，澳門理工學院所作出的採購活動慣常只會給予報價公司很短的時間（一般只有一、兩天）去準備書面報價，程序未見違法，亦無其他證據足以認定存在內定中標公司又或利益輸送的事實。然而，考慮到如此短促的準備時間，確實會造成提交書面報價的公司數目僅佔獲邀報價公司總數的一半或以

Analisado o disposto na Lei n.º 1/2015, o CCAC considera que, não tendo o legislador da referida Lei criado qualquer disposição transitória excepcional, de acordo com o princípio da legalidade, a autorização da inscrição ou da renovação da inscrição dos interessados só pode ter lugar quando os mesmos reunirem todos os requisitos legais para o efeito. Neste sentido, esta prática da DSSOPT, de autorizar condicionalmente a inscrição ou a renovação da inscrição, constitui uma prática que carece de fundamento legal e viola o princípio da legalidade. De facto, o sector já há muito que tomou conhecimento de que os técnicos não inscritos ou inscritos há menos de um ano à data da entrada em vigor da Lei n.º 1/2015, necessitam de concluir primeiro as acções de formação especial organizadas pela DSSOPT, para poderem proceder à inscrição ou renovação da inscrição. Mais, o número de acções de formação especial organizadas actualmente pela DSSOPT é suficiente para satisfazer as necessidades da respectiva procura de acesso, pelo que a DSSOPT deve aplicar rigorosamente as disposições legais, não devendo continuar a praticar os actos de “autorização da inscrição condicionada”.

Depois de o CCAC ter manifestado a sua posição sobre o assunto junto da DSSOPT e enviado o seu parecer, a DSSOPT referiu, na sua resposta, que aceita plenamente a posição do CCAC, afirmando também que actualmente a referida medida provisória de “autorização da inscrição condicionada” deixou de ser aplicada. Quanto aos técnicos que obtiveram a “autorização condicionada” para a inscrição ou renovação da inscrição, cuja inscrição ainda está dentro do prazo de validade, os mesmos já concluíram actualmente todas as acções de formação especial em causa.

(V) Prazos de consulta razoáveis são benéficos para a concorrência leal

Numa denúncia referia-se que o Instituto Politécnico de Macau (IPM), no decorrer de dois procedimentos de consulta de preços para aquisição de serviços de transporte de produtos, solicitou às empresas convidadas a apresentarem propostas que o fizessem antes das 17:30 do dia seguinte ao das sessões de esclarecimento. Como o prazo de um dia para a apresentação de propostas era demasiado curto, o denunciante levanta suspeitas de que o referido Instituto apenas formalmente adoptou o procedimento de consulta, e que na realidade já tinha escolhido internamente o fornecedor dos serviços em causa, solicitando assim a intervenção do CCAC para apurar a existência de eventuais situações de “troca de interesses”.

Na sequência da investigação, apurou-se que nos procedimentos relativos às aquisições efectuadas pelo IPM, o referido Instituto costuma proporcionar às empresas um prazo muito curto (geralmente um ou dois dias) para prepararem as suas propostas por escrito, pelo que não se deparou com qualquer ilegalidade no procedimento em causa, nem com outras provas que permitam concluir que a empresa adjudicatária foi escolhida internamente ou que tenha havido “troca de interesses”. No entanto, tendo em conta que esse tempo de preparação, que é demasiado curto, origina, na verdade e frequentemente, situações em que o número das empresas que apresentam a proposta por escrito representa apenas metade ou menos de metade do número total das empresas convidadas a apresentar

下的情況常有發生，排除其他沒有報價的原因，這種做法確實有需要檢討其合理性。

此外，廉政公署亦認為，在採購的過程中，應確保所有競投者，包括“新手”競投者具備足夠時間去準備投標書，否則，可能會錯失市場上具條件的潛在競投者，不但令部門失去更多的選擇機會，亦不利於公平競爭。因此，廉政公署敦促澳門理工學院採取必要的完善措施。

對於廉政公署所作出的反映及意見，澳門理工學院表示認同，並表示在對採購程序作出全面檢討後已新增內部工作指引，要求取得財貨及勞務之書面報價的遞交期間原則上不少於五個工作日，工程則不少於七個工作日，藉此完善原有的採購機制。

(六)

便民謹慎 平衡適度

有投訴指房屋局於2019年11月所開展的經濟房屋申請公告第7.2點和第7.5點及其《申請須知》中，要求營商收入者在遞交申請表時須提交由會計師簽署的財務報告（包括損益表及資產負債表），質疑有關要求違反《經濟房屋法》規定，並指出經會計師核實簽署的財務報告耗資又費時，因此要求廉政公署介入跟進。

經調查，房屋局上述措施乃是在檢討2013年所開展的一房一廳和多戶型經濟房屋申請的經驗後，總結實務操作中遇到的問題而作出，因為過往的申請在審查階段時，往往發現不少經濟房屋申請人基於各種原因（如申請人無保存經營業務的收支資料、遺失文件、公司結業、提供資料有困難等）而無法提供相關證明文件而導致被除名，甚至存在隨意填報資產狀況和收入聲明等不實申報的情況；為謹慎起見，房屋局決定要求申請人在提交經屋申請的同時遞交相關證明文件，以避免這種除名情況出現，而對於營商收入者，則要求同時提交經會計師簽署的財務

proposta, e sem prejuízo de outras eventuais razões para a falta de apresentação da proposta, há toda a necessidade de rever a razoabilidade dessa prática.

Além disso, o CCAC considera que no processo de aquisição de bens e serviços, deve ser assegurado que todos os concorrentes, incluindo os concorrentes “novatos”, tenham tempo suficiente para preparar as suas propostas, sob pena de se poderem perder potenciais concorrentes qualificados que existam no mercado, o que não só faz com que os serviços percam mais oportunidades de escolha, como também desfavorece a concorrência leal. Por isso, o CCAC exorta o IPM a tomar as medidas necessárias de aperfeiçoamento do procedimento em causa.

O IPM concordou com as opiniões e sugestões apresentadas pelo CCAC e referiu que já foram definidas novas instruções internas após uma revisão global do procedimento de aquisição, exigindo que o prazo para a entrega da proposta no âmbito de aquisição de bens e serviços não deva ser inferior a 5 dias úteis, enquanto no âmbito de obras não deva ser inferior a 7 dias úteis, com vista a aperfeiçoar o mecanismo actual de aquisição.

(VI)

Conveniência e Prudência Ponderação da proporcionalidade

Uma queixa apresentada referia que, de acordo com as exigências constantes nos pontos 7.2 e 7.5 do anúncio do concurso para aquisição de habitação económica, realizado pelo Instituto de Habitação (IH) em Novembro de 2019, e nas respectivas “Instruções de candidatura”, os indivíduos com rendimentos de exploração de actividades devem apresentar o respectivo relatório financeiro (incluindo a conta de demonstração de resultados e o balanço) assinado por contabilista no acto da entrega do boletim de candidatura, suscitando assim dúvidas sobre a eventual violação da Lei da Habitação Económica relativamente a essa exigência. O queixoso mais referiu que os relatórios financeiros assinados e verificados pelos contabilistas consomem dinheiro e tempo, solicitando, por isso, a intervenção do CCAC para acompanhar o assunto.

Na sequência da investigação verificou-se que a referida medida do IH foi tomada após a revisão das experiências obtidas nos concursos para aquisição de habitação económica de tipologia T1 e outras tipologias, realizados em 2013, e após ter sintetizado os problemas encontrados na prática, uma vez que nas fases de apreciação das candidaturas no decorrer dos concursos realizados anteriormente, verificaram frequentemente que muitos candidatos à habitação económica, por razões diversas (por exemplo, por não terem conservado as informações sobre as receitas e despesas da exploração das suas actividades, por terem perdido documentos, por terem encerrado as suas empresas, por terem dificuldades na apresentação de informações, etc.), não conseguiram apresentar os respectivos documentos comprovativos, levando assim à exclusão das suas candidaturas. Houve até situações em que os candidatos apresentaram declarações falsas ao preencher, de forma arbitrária, as declarações sobre a sua situação patrimonial e as declarações de rendimentos, entre outras. Por uma questão de prudência, o IH decidiu tomar a medida de exigir aos candidatos a apresentação dos respectivos documentos comprovativos no momento

報告，以保證營商者是在充分掌握自己的資產狀況的前提下填寫收入及資產金額等資料，避免出現虛假聲明或不實填報的情況。

廉政公署分析後認為，房屋局上述措施的原意乃出於善意及期望經濟房屋申請人能謹慎、正確及有依據地填報資產狀況資料，避免申請人因此而被除名的情況發生。然而，房屋局似乎忽視了提交財務報告會對有關申請人帶來的財政負擔與不便，有關要求對《行政程序法典》中的適度原則確有所違背。

在調查期間，房屋局亦收到相關投訴和公眾意見，並因應情況主動採取了跟進及改善措施，對有關經濟房屋申請的要求作出修改，並於2020年3月刊登公告，容許屬商業企業主的申請人在遞交申請表時，只需提交載明銷售收入或勞務收入、費用及成本、計稅前之損益及其他收益的財務報告，而無須會計師簽署。

廉政公署密切關注政府對是次事件的反應後，仍發現房屋局未向公眾提供有關財務報告的格式，尤其未對申報內容、詳細程度及範圍作出規範，因而致函提請房屋局就有關財務報告及報表訂出標準範本及申報指引，以供市民大眾參閱。

對於廉政公署所提的意見與建議，房屋局回覆表示認同，隨即制訂了相關文件範本及指引，並已將相關資料上載及公佈於房屋局的網頁內。

(七) 勤謹違紀 跟進處分

有舉報指一名市政署人員於每天特定時段內經常在沒有打卡及穿着制服的情況下擅離職守，要求廉政公署展開調查。

da apresentação da candidatura à habitação económica, a fim de evitar situações de exclusão, sendo que, em relação aos indivíduos com rendimentos de exploração de actividades, é-lhes exigido também a apresentação de relatório financeiro assinado por contabilista, a fim de garantir que os indivíduos que exploram actividades preenchem as informações sobre os valores dos seus rendimentos e activos, e outras informações, sob a premissa de conhecerem suficientemente a sua situação patrimonial, evitando assim situações de falsas declarações ou de preenchimento incorrecto.

Após análise, o CCAC considera que a intenção original da medida acima referida do IH reside na boa fé e na esperança de que os candidatos à habitação económica possam preencher as informações sobre a sua situação patrimonial de forma prudente, correcta e fundamentada, a fim de evitar o surgimento de situações de exclusão de candidatura. No entanto, parece que o IH ignorou os encargos financeiros e as inconveniências que a apresentação do relatório financeiro acarretaria para os candidatos. Esta exigência contrária, de facto, o princípio da proporcionalidade consagrado no Código de Procedimento Administrativo.

Durante o período de investigação, o IH recebeu igualmente queixas e opiniões do público sobre este assunto, e tomou a iniciativa de proceder, conforme as situações, ao acompanhamento e à tomada de diligências de melhoramento, introduzindo alterações aos referidos requisitos de candidatura à habitação económica. Para o efeito, foi publicado um anúncio em Março de 2020, nos termos do qual os candidatos, que sejam empresários comerciais, podem apresentar o boletim de candidatura apenas juntamente com a indicação das receitas provenientes das vendas ou da prestação de serviços, das despesas e dos custos, bem como com o relatório financeiro dos ganhos, perdas e outros rendimentos antes do cálculo do imposto, mas sem necessidade de serem assinados por contabilistas.

O CCAC acompanhou de perto a reacção do Governo em relação ao assunto em causa, tendo verificado que o IH não tinha ainda disponibilizado ao público o modelo do referido relatório financeiro, nem procedeu especialmente à regulamentação do conteúdo, do nível de detalhe e do âmbito das declarações. Nestes termos, o CCAC enviou um ofício ao IH, solicitando que proceda à elaboração dos modelos e das instruções para os relatórios financeiros e respectivos impressos de declarações, a fim de facilitar a consulta do público.

Relativamente às opiniões e sugestões apresentadas pelo CCAC, o IH manifestou a concordância na sua resposta, tendo elaborado, de imediato, os modelos dos respectivos documentos e as respectivas instruções, os quais se encontram disponíveis e publicados na página electrónica do IH.

(VII) Aplicação da sanção sobre infracção no âmbito da assiduidade

Segundo uma denúncia, um trabalhador do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) ausentou-se diariamente, com frequência, do seu posto de trabalho durante um determinado período de tempo sem picar o cartão de ponto e usando o respectivo uniforme. Por isso, solicitava-se uma investigação por parte do CCAC.

經調查，市政署亦收到同樣舉報，該署亦已查明有關人員確實於2019年3月份內，共10日在沒有向上級提出申請的情況下擅自離開辦公地點，故已針對有關人員開立紀律程序並予以停職處分；然而，在市政署作出處分決定時，有關人員已經退休離職，該署遂改以罰款代替停職處分。

經分析《澳門公共行政工作人員通則》，廉政公署認為，書面申誡、罰款、停職、強迫退休和撤職屬不同等級的紀律處分，因着不同的情節、違紀者之過錯程度及人格而可在較低或較高之處分等級間酌科，紀律處分相互間並不存在替代關係或機制。對處於退休狀態的人員，該通則第300條第2款及第306條第1款亦規定了，倘科處停職須以喪失在相等於停職期間內的退休金代替，倘科處罰款則金額不得超過相當於二十日退休金之金額，當中亦未看見容許對此等人員的停職處分得以罰款處分代替。

為此，廉政公署致函市政署指出上述法律適用的問題，市政署其後回覆表示認同，並對相關紀律程序報告作出更正，同時亦承諾會加強對人員出勤狀況的監管工作。

(八)

合同如實 監督有責

有舉報指新聞局多年來一直未經公開招標及詢價，直接將《澳門》雜誌的中、葡、英3個版本的採訪編輯服務分別判給予3間公司，每一版本服務費累計達一千多萬至二千多萬澳門元；此外，該局在沒有開展招標及詢價的程序下，再將經貿資訊網站的營運服務直接判給其中一間公司，而且該網站內容只轉錄其他媒體的澳門新聞，合同費用每年卻達數百萬澳門元。由於質疑新聞局做法不當，故要求廉政公署展開調查。

廉政公署先依職權調查，排除了上述3間公司獲新聞局直接

Na sequência da investigação, constatou-se que o IAM recebeu também a mesma denúncia. O IAM tinha já apurado que o trabalhador em causa, em Março de 2019, deixou efectivamente o seu local de trabalho num total de 10 dias, sem ter apresentado qualquer pedido ao respectivo superior hierárquico, pelo que foi instaurado um processo disciplinar contra aquele trabalhador e uma pena de suspensão foi também entretanto aplicada. No entanto, quando o IAM tomou a decisão sancionatória, o trabalhador em causa já se tinha desligado do serviço por motivo de aposentação, pelo que o IAM veio a substituir a pena de suspensão por multa.

Analisado o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, o CCAC refere que repreensão escrita, multa, suspensão, aposentação compulsiva e demissão são sanções disciplinares de diferentes graus, as quais graduam-se de escalação mais baixo ou de escalação mais elevado dependendo do caso concreto, atendendo às suas circunstâncias específicas, ao grau de culpa e à personalidade do infractor, não existindo uma relação ou mecanismo de substituição entre as sanções disciplinares. Para os trabalhadores na situação de aposentação, o n.º 2 do artigo 300.º e o n.º 1 do artigo 306.º do mesmo Estatuto estabelecem que a aplicação da pena de suspensão será substituída pela perda de pensão correspondente ao período de suspensão e a de multa não poderá exceder o montante correspondente a 20 dias de pensão. Não se vislumbra também que a pena de suspensão para trabalhadores nesta situação possa ser substituída por multa.

Face ao exposto, o CCAC endereçou um ofício ao IAM, expondo o referido problema existente com a aplicação da referida legislação. O IAM expressou concordância na sua resposta e procedeu à rectificação do relatório do processo disciplinar, prometendo também que reforçará os trabalhos de fiscalização no âmbito da assiduidade dos trabalhadores.

(VIII)

Responsabilidade da fiscalização da prestação efectiva de serviços por contrato

De acordo com uma denúncia, o Gabinete de Comunicação Social (GCS) tem adjudicado, ao longo dos anos, directamente, sem concurso público nem consulta de preços, serviços de reportagem e de edição das três versões da Revista Macau, a saber, chinesa, portuguesa e inglesa, a três empresas, respectivamente. Os valores acumulados do custo para a prestação de serviço relativos a cada versão atingiram mais de dez milhões e até mais de vinte milhões de patacas. Além disso, o GCS adjudicou também, directamente, o serviço de operação de uma página electrónica de informação económica e comercial a uma das referidas empresas, sem ter procedido a concurso público nem a qualquer consulta de preços. Acresce que o conteúdo daquela página electrónica era apenas composto por notícias de Macau transcritas de outros órgãos de comunicação social. O preço do contrato, porém, atingiu milhões de patacas por ano, suspeitando-se que esta fosse uma prática irregular do GCS, solicitou-se por isso uma investigação ao CCAC.

O CCAC procedeu primeiro a uma investigação oficiosa, afastando desde logo que a adjudicação directa dos respectivos contratos de prestação de serviços às três empresas acima referidas, por parte do GCS, envolvesse quaisquer actos irre-

判給有關服務合同，是與公職人員不當利用職務之便或作出貪污濫權的行為有關。

另調查查明，2005年至2009年期間，《澳門》雜誌的中、葡、英文版本的採訪編輯服務合同分別透過公開招標作出首次判給後，新聞局每年都會以滿意原公司服務、雙方合作良好等為由，引用第122/84/M號法令第7條第2款a、b項及第8條第1、4款之免除公開招標及詢價規定而作出直接判給。

2005年10月，新聞局以構建經貿資訊網站屬試驗及初期階段、本澳較缺乏具備亞、歐、非及南美洲新聞專業經驗的公司等為由，將該網站的營運服務作出直接判給；之後，該局每年以原公司為本澳少數具備相關專業經驗、滿意原公司服務、雙方合作良好、維持網站運作風格統一等為由，相關直接判給同樣引用了第122/84/M號法令上述條款作為法律依據。

儘管新聞局是基於原公司表現及雙方合作關係良好有助維持編採、版面設計風格和發行推廣網絡的延續穩定等原因作為考慮，從而採取直接判給的形式，每年續判有關服務合同，然而，廉政公署調查卻未發現上述3間公司明顯符合第122/84/M號法令第7條第2款a項或b項所訂立的豁免情況。

事實上，就新聞局對經貿資訊網站的營運與質素的監督工作開展調查時，廉政公署發現新聞局雖然曾在多份直接判給的建議書中提及，承批公司擁有專業採訪隊伍及派駐各地的資深記者網絡，又指出該公司是有別於其他只是透過應用軟件、單純將網上搜集到的信息直接提供予用家的公司等，但新聞局卻往往會因承批公司多採用不同方式編撰稿件，分辨稿件類型的工作難度大，並不掌握具體數據，亦未見新聞局有就如何收集及組織稿件提出明確要求，無定期監督並確認承批公司所提供的服務

gulares de aproveitamento das funções exercidas, de corrupção ou de abuso de poder, por parte de trabalhadores da função pública.

Por outro lado, apurou-se que, entre 2005 e 2009, após as primeiras adjudicações realizadas por concurso público, os contratos de prestação de serviços de reportagem e de edição nas versões chinesa, portuguesa e inglesa da Revista Macau foram adjudicados directamente pelo GCS todos os anos, tendo como fundamentos a satisfação com os serviços prestados pela empresa anterior e a boa cooperação entre as duas partes, com dispensa de concurso público e de consulta de preços, ao abrigo das disposições das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 7.º e dos n.ºs 1 e 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 122/84/M.

Em Outubro de 2005, o GCS, com os fundamentos de que a construção de uma página electrónica de informação económica e comercial se encontrava ainda numa fase experimental e inicial e que, relativamente, carecia-se em Macau de empresas com experiência profissional na área da comunicação social da Ásia, Europa, África e América do Sul, procedeu à adjudicação directa do serviço de operação da página electrónica em causa. Posteriormente, o GCS adjudicou directamente a prestação dos respectivos serviços à mesma empresa todos os anos, tendo como fundamentos que essa empresa era uma das relativamente poucas empresas na RAEM com experiência profissional naquela área, bem como a satisfação com os serviços prestados pela empresa anteriormente, a boa cooperação entre as duas partes e a manutenção de um estilo uniforme de funcionamento da página electrónica. A base legal citada para a adjudicação directa em questão foram também as disposições acima referidas do Decreto-Lei n.º 122/84/M.

Apesar de ter em consideração o desempenho das empresas anteriores e a boa relação de cooperação entre as duas partes que contribuíram para a manutenção do estilo de reportagem, de edição e da concepção gráfica, bem como para a continuidade e estabilidade da rede de distribuição e promoção, o que levou o GCS a optar por uma adjudicação directa e uma renovação anual dos respectivos contratos de prestação de serviços, não se verificou na investigação levada a cabo pelo CCAC que as três empresas acima referidas preenchem, de forma evidente, as situações de isenção estipuladas nas alíneas a) ou b) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 122/84/M.

De facto, no decurso da investigação relativa aos trabalhos de fiscalização da operação e qualidade da página electrónica de informação económica e comercial por parte do GCS, o CCAC verificou que, apesar de o GCS ter referido em diversas propostas de adjudicação directa que a empresa concessionária dispunha de equipas profissionais de reportagem e de redes de jornalistas com larga experiência em diversos países e regiões, tendo referido ainda que a mesma empresa era diferente de outras que apenas recorriam a *softwares* de aplicação e forneciam meramente às empresas utilizadoras informações recolhidas directamente da *Internet*. No entanto, devido ao facto de estilos diferentes terem sido adoptados pela empresa concessionária na edição de textos, era difícil identificar o âmbito dos textos, pelo que o GCS não dispunha de dados concretos relativamente a esta matéria, não se constatou também que o GCS tenha formulado qualquer pedido explícito sobre a forma de recolha e organização de textos, nem realizado qualquer fiscalização periódica ou verificação da correspondência entre os serviços prestados pela empresa concessionária e as despe-

與行政當局支付的費用是否匹配，顯示新聞局現時的監督措施有欠充份。

此外，廉政公署亦對有關服務合同只有一年的期間提出質疑，因雜誌採訪編輯服務通常屬一項長期服務，從減省行政程序及手續的角度而言，應考慮適當延長有關服務判給的合同期限。

為此，廉政公署向新聞局作出上述意見反映，並建議新聞局檢視及改善目前的監督方式，至少應對有關網站所發佈的稿件及資訊來源予以更為細緻的分類、統計及監察。新聞局隨後回覆表示認同，會有序重新開展有關雜誌採訪編輯服務及網站營運服務的公開招標程序，亦計劃將雜誌採訪編輯服務的判給期限適當延長，並對網站營運服務的監督工作作出檢討及改善。

(九)

聽取民意 公開透明

有投訴反映澳門特區城市規劃委員會的網站中公佈的全體會議重溫視頻僅保留最近六次，且未有將全體會議的會議記錄上載網站供公眾查閱；另外，土地工務運輸局城市規劃資訊網在規劃條件圖諮詢期過後，會將草案說明及公眾意見部分刪除，僅保留規劃條件圖草案，質疑有關做法有違《城市規劃法》訂立的透明和促進公眾參與及公開的原則，要求廉政公署作出跟進。

經跟進，根據第3/2014號行政法規之規定，在不涉及保密的情況下，城市規劃委員會全體會議採用公開形式進行，有意參與旁聽的人士可登記出席，雖然無相關法律強制性，但該委員會仍會將最近六次的全體會議的會議記錄及直播視頻在網站上公佈，因此，未見有違反透明和促進公眾參與及公開原則。對於市

sas pagas pela Administração Pública, o que demonstra que as medidas de fiscalização tomadas actualmente pelo GCS são insuficientes.

Para além disso, o CCAC questiona também o prazo de só um ano do referido contrato de prestação de serviços, uma vez que os serviços de reportagem e de edição de revistas são normalmente serviços de longa duração, pelo que a partir da perspectiva de minimizar procedimentos e formalidades administrativas, deve considerar-se a prorrogação adequada do prazo do contrato de adjudicação dos respectivos serviços.

Para o efeito, o CCAC apresentou as referidas opiniões ao GCS, sugerindo que fosse revista e melhorada a forma de fiscalização actual, devendo-se, pelo menos, proceder a uma classificação, análise estatística e fiscalização mais pormenorizadas relativamente aos textos publicados e às fontes de informação. O GCS afirmou posteriormente, na sua resposta, que concorda com as opiniões do CCAC e que irá proceder, de novo e de forma ordenada, à abertura do concurso público para a prestação de serviços de reportagem e de edição da revista em causa, bem como do serviço de operação da página electrónica, estando a planear também prorrogar, de forma adequada, o prazo de adjudicação dos serviços de reportagem e de edição da revista, e proceder a uma revisão e melhoramento dos trabalhos de fiscalização dos serviços de operação da página electrónica em referência.

(IX)

Auscultação da opinião pública para um procedimento público e transparente

Segundo uma queixa apresentada, na página electrónica do Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU) da RAEM, eram mantidos apenas os vídeos de revisão das últimas seis reuniões plenárias e não eram disponibilizadas na mesma as actas das reuniões plenárias para efeitos de consulta pública. Para além disso, após o período de consulta sobre as plantas de condições urbanísticas, eram eliminadas, na Rede de Informação de Planeamento Urbanístico da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), as partes das explicações dos projectos e das opiniões do público, mantendo-se apenas os projectos de planta de condições urbanísticas, colocando-se a questão de saber se esta prática violava o princípio da transparência e da promoção da participação da população, bem como o princípio da publicidade, consagrados na “Lei do planeamento urbanístico”. Para isso foi solicitado o acompanhamento da questão pelo CCAC.

Na sequência desse acompanhamento, constatou-se que, nos termos do Regulamento Administrativo n.º 3/2014, em situações não confidenciais, as reuniões plenárias do CPU são realizadas de forma pública e as pessoas interessadas podem assistir às mesmas mediante inscrição prévia. Embora não exista uma imposição legal sobre a questão, o CPU disponibiliza na página electrónica as actas e os vídeos da transmissão em directo das últimas seis reuniões plenárias. Nestes termos, não se vislumbra qualquer violação do princípio da transparência e da promoção da participação da população, nem do princípio da publicidade. Quanto à vontade de aceder à informação por parte dos cidadãos, o CCAC endereçou um ofício ao CPU, reflectindo as opiniões pertinentes e sugerindo a manutenção de mais vídeos da transmissão em directo das reuniões plenárias

民求知的期望，廉政公署已致函城市規劃委員會作出意見反映，亦建議在有關網站上保留更多全體會議直播視頻，獲覆該委員會會持續聽取社會各界的意見，優化及加強網頁的功能。

至於土地工務運輸局城市規劃資訊網中有關保留規劃條件圖的草案說明及公眾意見的要求，經分析《城市規劃法施行細則》之規定，除了規劃條件圖草案須上載網站及記載於土地工務運輸局的資料庫內屬強制性規定之外，土地工務運輸局將相關的草案說明及公眾意見等其他資訊亦上載至該局網站，純屬基於善意原則、便民原則及資訊公開透明的原則，因此，未見該局定時刪除非強制性資訊屬行政違法或不當行為。

然而，廉政公署認同，由於土地工務運輸局對規劃條件圖草案進行公眾諮詢時，草案圖內僅有規劃條件，相關依據則載於草案說明中，因此，土地工務運輸局在公佈規劃條件圖草案時亦應一併公佈草案說明，方屬完全滿足《城市規劃法施行細則》相關規定之原意，亦有利公眾就有關規劃發表意見。而且，考慮到草案說明及公眾意見非屬機密資料，若土地工務運輸局在公示規劃條件圖後可繼續保留有關資料的公佈狀態，令公眾知悉整個規劃條件圖形成的完整過程及資訊，將更能符合及實現善意、便民及資訊公開透明原則。

為此，廉政公署向土地工務運輸局作出反映及提出相關意見，獲土地工務運輸局回覆表示接納，並已對城市規劃資訊網的內容進行優化工作。該局自2020年起發出的規劃條件圖，在有效期內同時顯示規劃條件圖、草案、草案說明及公眾意見的資訊。

四、再度審查（“回頭看”）

為落實及兌現廉政公署在施政報告所訂立的再度審查機制，被列入“回頭看”清單中的個案與情況，廉政公署一直在密切跟進，並與相關部門或機關保持聯繫及作出反映和處理，部份個案在適當時候亦會對外公佈。

na referida página electrónica. O CPU afirmou, na sua resposta, que irá continuar a auscultar as opiniões dos diversos sectores da sociedade, otimizando e reforçando as funções da sua página electrónica.

Quanto à exigência de manter as explicações dos projectos e as opiniões do público relativas às plantas de condições urbanísticas na Rede de Informação de Planeamento Urbanístico da DSSOPT, após uma análise das disposições da “Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico”, para além da disponibilização dos projectos de planta de condições urbanísticas na página electrónica e da inclusão dos mesmos na base de dados da DSSOPT, que são obrigações previstas em normas imperativas, o acto da DSSOPT de disponibilizar outras informações, tais como as respectivas explicações dos projectos e opiniões do público, na sua página electrónica é praticado com base somente nos princípios da boa fé, da facilitação à população, bem como da publicidade e transparência das informações, pelo que não se vê que a eliminação periódica de informações cuja disponibilidade não é obrigatória, por parte da DSSOPT, seja uma ilegalidade ou irregularidade administrativa.

No entanto, o CCAC concorda que, durante as consultas públicas realizadas pela DSSOPT sobre os projectos de planta de condições urbanísticas, os projectos dispõem apenas de condições urbanísticas, enquanto os fundamentos constam das explicações dos projectos, pelo que deve a DSSOPT divulgar, conjuntamente, as respectivas explicações aquando da publicação dos projectos de planta de condições urbanísticas, pois só assim se pode satisfazer plenamente a intenção original do disposto na “Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico”, facilitando também a população na apresentação de opiniões sobre o planeamento em questão. Para além disso, considerando que as explicações dos projectos e as opiniões do público não são informações confidenciais, caso a DSSOPT possa continuar a publicitar as referidas informações após a publicação das plantas de condições urbanísticas, com vista a permitir ao público ter conhecimento de todo o processo e das informações relativas à formação de plantas de condições urbanísticas, tal possibilitará uma melhor correspondência e concretização dos princípios da boa fé, da facilitação à população, e da publicidade e transparência das informações.

Face ao exposto, o CCAC reflectiu e apresentou as opiniões consideradas pertinentes à DSSOPT, sendo que esta última afirmou, na sua resposta, aceitar as mesmas e que foi procedido ao aperfeiçoamento do conteúdo da Rede de Informação de Planeamento Urbanístico. Desde 2020, as plantas de condições urbanísticas emitidas pela DSSOPT apresentam, durante o respectivo prazo de validade, simultaneamente informações que incluem a planta de condições urbanísticas, o projecto, a explicação do projecto e as opiniões do público.

IV. Fiscalização subsequente (“olhar para trás”)

Para pôr em prática e concretizar o regime de fiscalização subsequente, definido pelas linhas de acção do CCAC, este tem vindo a acompanhar de perto os casos constantes da lista do regime “olhar para trás”, mantendo contacto com os serviços ou entidades envolvidas e efectuando o respectivo encaminhamento e tratamento. Alguns destes casos serão divulgados publicamente em tempo oportuno.

(一)

為加強對投資居留申請的審查，廉政公署曾在2013年7月向澳門貿易投資促進局建議，在申請人向身份證明局申請取得澳門永久性居留權之前，應採取措施增設複查工序，以便確認申請人用作申請臨時居留許可的不動產是否存在變更狀況。

為回頭查看上述複查機制的執行情況，廉政公署展開了相應的跟進工作。

查得的資料顯示，因應廉政公署的建議，澳門貿易投資促進局經與身份證明局溝通協調後，於2013年9月設立了臨時居留許可的確認機制。按照有關機制，當投資居留個案申請人因臨時居留許可獲批滿7年而向身份證明局申辦澳門永久性居民身份證前，須先向澳門貿易投資促進局申請並由該局發出一份名為“確認聲明”的文件，以證明申請人在其獲批臨時居留許可至申辦澳門永久性居民身份證前的7年期間內，一直維持臨時居留許可獲批的條件；當身份證明局收到該“確認聲明”文件後才會受理永久性居民身份證的申請，期望透過上述機制加強監察申請人遵守投資居留的法律規定。

然而，在廉政公署二次審查的調查過程中，發現澳門貿易投資促進局曾自2014年9月以後，改變了過去一年所沿用的確認標準及理解，改以認為臨時居留許可的法律效力滿7年後已完全產生，申請人在澳居留的合法性不再源自臨時居留許可，而是一項由法律直接賦予的權利，於是單純以申請人的臨時居留許可已滿7年為由就簽發“確認聲明”文件，不再覆核申請人在這7年期間內是否一直維持獲批臨時居留許可的條件。

廉政公署認為，這種處理與法例規定存有抵觸，因當投資居留個案申請人原先獲批的法律狀況有所變更或消滅時，澳門貿易投資促進局應依法指出有關問題及作出跟進，故此，在簽發“確認聲明”前，局方有責任覆核申請人在其獲批臨時居留許可至申辦澳門永久性居民身份證前，是否仍符合投資居留法例及

(I)

No intuito de reforçar a apreciação dos pedidos de fixação de residência por investimento, o CCAC recomendou, em Julho de 2013, ao Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) que, antes de a Direcção dos Serviços de Identificação (DSI) atribuir o direito de residência permanente aos respectivos requerentes, devesse tomar mais medidas para proceder à revisão dos pedidos, a fim de confirmar se se registaram quaisquer alterações relativas ao estado do bem imóvel que serve para justificar o pedido de residência temporária através da sua aquisição.

Com o objectivo de “olhar para trás” para verificar a execução do regime de revisão, efectuada pelo IPIM, o CCAC procedeu aos respectivos trabalhos de acompanhamento.

Segundo as informações apuradas, na sequência da recomendação do CCAC, o IPIM comunicou com a DSI, criando, em Setembro de 2013, o regime de confirmação da autorização de fixação de residência temporária. De acordo com esse regime, quando os requerentes de fixação de residência por investimento concluírem 7 anos de residência temporária na RAEM e pretenderem pedir à DSI a emissão do Bilhete de Identidade de Residente Permanente (BIRP), os mesmos devem deslocar-se ao IPIM para que este passe uma “Declaração de Confirmação”, a fim de comprovar que, durante os 7 anos de residência temporária (desde a autorização de fixação de residência temporária até o pedido do BIRP), os requerentes mantiveram a situação que fundamenta a autorização de fixação de residência temporária. A DSI só vai tratar do requerimento da emissão do BIRP após a recepção da “Declaração de Confirmação”. Com este regime pretendeu-se reforçar a fiscalização sobre os requerentes acima referidos relativamente ao cumprimento da legislação no âmbito da fixação de residência por investimento.

No entanto, numa investigação e reapreciação efectuada pelo CCAC, verificou-se que o IPIM alterou, em Setembro de 2014, os critérios e a interpretação da “confirmação”, que apenas foram utilizados durante um ano – em vez de verificar e confirmar se os requerentes mantiveram a situação que fundamenta a autorização de fixação de residência temporária durante os respectivos 7 anos, a simples passagem de 7 anos contada desde a autorização da residência temporária passou a produzir completamente efeitos jurídicos e a justificar a legalidade da residência na RAEM dos requerentes, não derivando da autorização de fixação de residência temporária, sendo assim um direito directamente atribuído pela lei. Assim, devido ao mero facto de o prazo decorrido de autorização da residência temporária ter atingido 7 anos, o IPIM passou a emitir a “Declaração de Confirmação” aos requerentes acima referidos.

Na opinião do CCAC, a abordagem acima referida do IPIM era incompatível com a legislação em vigor, uma vez que, se houver alteração ou extinção da situação jurídica que justificou que o pedido de fixação de residência por investimento fosse autorizado, o IPIM devia verificar essas situações e proceder ao respectivo acompanhamento nos termos da lei. Por isso, antes da emissão da “Declaração de Confirmação”, o IPIM tinha a responsabilidade de verificar e confirmar se, desde a autorização de residência temporária até o pedido do BIRP, os requerentes satisfizeram, ou não, os requisitos da legislação na área de fixação de residência por investimento, bem como as condições de autorização para manutenção de residência. Ou

獲批條件是否一直維持，而不是單純因獲批的臨時居留許可已滿7年，就不考慮其他因素就直接簽發“確認聲明”。

因此，廉政公署向澳門貿易投資促進局作出意見反映，該局回覆表示自2018年5月就無再僅以投資居留申請人已獲批的臨時居留許可屆滿7年，作為維持其臨時居留許可的審批依據，而會嚴格遵照投資居留法律規定作出審批處理。

除此之外，廉政公署亦建議澳門貿易投資促進局，宜將申請人已經取得澳門永久性居民身份證的投資居留，但嗣後才發現原先獲行政當局批准的臨時居留許可續期的行為涉嫌違反合法性的情況，盡快通報檢察院以作適當跟進；同時，也向該局提出有關修法方面的意見及建議。

澳門貿易投資促進局回覆表示認同，並承諾日後在進行第3/2005號行政法規的修法工作時，將會加強對申請人獲批臨時居留許可的嗣後監察作為考慮方向，並對相關工作進行優化。

(二)

廉政公署曾在一舉報旅遊局職務主管經常在辦公時間擅離部門的專案調查中，發現旅遊局雖在調查舉報屬實後，確有針對有關人員提起紀律程序，雖然當中認定該名人員多次擅離部門已構成7日間斷不合理缺勤，卻只科處了書面申誡，理由是認為7日間斷不合理缺勤未符合《澳門公共行政工作人員通則》（下稱《通則》）第314條第2款e項規定的情節，即在同一曆年內連續不合理缺勤5日至9日或間斷不合理缺勤10日至19日的情節，所以未能科處停職；又認為《通則》第313條第2款規定的情節只涉及執行職務，未有對違反勤謹義務作出具體規定，所以未能科處罰款。最後，以有關人員的違紀事實無造成部門損失或名譽受損，所以僅按照《通則》第312條的規定科處書面申誡。

無疑，行政當局依法得在紀律程序中所查明的事實的不同情節、違紀者之過錯程度及人格，在書面申誡、罰款、停職、強迫退休和撤職屬不同等級的紀律處分中，作出較低或較高之裁量

seja, isto significa que o IPIM não devia emitir directamente a “Declaração de Confirmação” baseando-se apenas no facto de a autorização de residência temporária ter atingido 7 anos, sem levar em consideração qualquer outro motivo.

Assim, o CCAC apresentou a sua opinião ao IPIM e este, por sua vez, respondeu ao CCAC que, desde Maio de 2018, a fundamentação de autorização de manutenção da residência não apenas se baseia no mero facto de a autorização de residência temporária dos requerentes ter atingido 7 anos. Além disso, o IPIM acrescentou apreciar e tratar dos casos rigorosamente de acordo a legislação no âmbito da fixação de residência por investimento.

Por outro lado, relativamente à situação em que os requerentes de fixação de residência por investimento tinham conseguido a obtenção do BIRP tendo-se, posteriormente, verificado que a respectiva autorização, pela Administração Pública, de manutenção de residência temporária, teria violado o princípio da legalidade, o CCAC sugeriu ao IPIM que deveria comunicar, o mais rápido possível, os casos ao Ministério Público para os devidos efeitos. A par disso, o CCAC também apresentou ao IPIM opiniões e sugestões sobre a alteração da legislação em causa.

Na sua resposta, o IPIM concordou com as opiniões do CCAC e referiu que quando, futuramente, se realizar a revisão do Regulamento Administrativo n.º 3/2005, deverá ser reforçada a fiscalização subsequente à obtenção da autorização de residência temporária, aperfeiçoando-se igualmente os respectivos trabalhos.

(II)

Num inquérito, levado a cabo pelo CCAC, na sequência de recepção de uma denúncia contra uma chefia funcional da Direcção dos Serviços de Turismo (DST), que se teria ausentado, frequentemente, do serviço durante a hora de expediente, verificou-se que a DST detectou aquela irregularidade, tal como alegado na denúncia, e abriu um processo disciplinar contra o trabalhador em causa. Apesar de se ter provado o facto de o referido trabalhador se ter ausentado, várias vezes, do local de serviço, tal conformou uma falta ao serviço sem justificação por 7 dias interpolados e, ainda assim, foi apenas aplicada a pena de repreensão escrita. Segundo a DST, tendo em conta que os factos provados não correspondem à circunstância referida na alínea e) do n.º 2 do artigo 314.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (ETAPM) – falta ao serviço, sem justificação, de 5 a 9 dias seguidos ou 10 a 19 interpolados, num mesmo ano civil –, não se podia aplicar a pena de suspensão. Além disso, a DST considerou que as circunstâncias referidas no n.º 2 do artigo 313.º do ETAPM apenas envolvem a execução de funções não existindo ali nenhuma circunstância concreta relacionada com a violação do dever de assiduidade. Assim sendo, não se podia aplicar a pena de multa neste caso da DST. Finalmente, considerando que não houve prejuízo ou descrédito para o serviço, à chefia funcional em causa apenas foi aplicada a pena de repreensão escrita, nos termos do artigo 312.º do ETAPM.

Na realidade, considerando as várias circunstâncias da verdade apurada no processo disciplinar e atendendo ao grau de culpa do infractor e à respectiva personalidade, a Administração Pública pode legalmente aplicar, de entre as diferentes

酌科；然而，在充分尊重的前提下，旅遊局以《通則》第313條第2款規定的情節只涉及執行職務，未有對違反勤謹義務作出具體規定為由，而排除適用該條規定的罰款處分，在將事實套入法律層面上廉政公署不敢苟同。

眾所周知，立法者在制定《通則》關於各級違紀處分（書面申誠除外）的情節都並非盡數列舉，每一種處分方式的條文第1款均屬一般性適用要件（參見第313條第1款、第314條第1款及第315條第1款），至於能否將有關事實套入有關法律規定的前提要件，行政當局確具一定的自由裁量空間。

廉政公署認為勤謹義務屬公務員應遵的眾多職務上的義務的其中之一，在具體個案中，有關人員作為職務主管，在同一曆年內有7日間斷不合理缺勤，缺勤日數雖未達《通則》第314條第2款e項所列停職的日數要求，但其情節卻又遠比《通則》第312條所規定的嚴重，應至少考慮科處罰款的可能性。

為此，廉政公署對旅遊局作出意見反映及建議，獲旅遊局回覆有關紀律程序在書面申誠的紀律處分執行後已告歸檔，在《行政程序法典》第3條結合《澳門基本法》第40條和《公民權利和政治權利國際公約》第14條第7款之規定所確立的合法性原則及“一事不二理”原則之下，除非嫌疑人援引《通則》第343條而提出複查，否則不可重開紀律程序，亦不可在無任何有效的法律理據之下撤銷有關紀律處分，並就同一事實重新科處另一紀律處分。

有見旅遊局在紀律程序上的處理方向，尤其是在法律適用上有可能再次出現跟《通則》的立法原意存在偏差的情況，從而未能準確地紀律處分，以實現紀律程序及處分的設立所擬達到的目的，廉政公署遂行使《廉政公署組織法》第4條第7項所賦予之權力，要求旅遊局在未來兩年內，將所有開立及處理的紀律程序通知廉政公署，以便作為再度審查的對象予以專門跟進。

2020年7月份，廉政公署收到旅遊局第一個關於已開立的涉及紀律性質的專案調查的通知，並承諾會繼續向廉政公署作出通報；至今，有關“回頭看”的工作仍處於跟進階段。

penas previstas (a repreensão escrita, a multa, a suspensão, a aposentação compulsiva e a demissão), uma pena de escalão mais baixo ou superior. No entanto, com o devido respeito pelo entendimento da DST, esta excluiu a aplicação da pena de multa prevista pelo n.º 2 do artigo 313.º do ETAPM, baseando-se no fundamento de que as circunstâncias descritas no artigo acima referido apenas envolvem a execução de funções e não existe nenhuma circunstância concreta relacionada com a violação do dever de assiduidade. O CCAC não concorda com esta subsunção dos factos ao direito.

Como se sabe, as circunstâncias previstas pelo legislador e inclusas no ETAPM para as várias penas disciplinares não são exaustivas (com a excepção da pena de repreensão escrita). O n.º 1 dos artigos em referência, que prevêm penas, referem-se à sua aplicação a situações gerais (vide o n.º 1 do artigo 313.º, o n.º 1 do artigo 314.º e o n.º 1 do artigo 315.º). Em relação à subsunção dos factos às normas jurídicas, a Administração Pública goza, de facto, de um certo poder discricionário.

Na opinião do CCAC, o dever de assiduidade é um dos deveres funcionais que os trabalhadores da Administração Pública devem cumprir. Neste caso concreto, como chefia funcional, o trabalhador faltou ao serviço sem justificação durante 7 dias interpolados e, apesar de o número de dias de faltas injustificadas não atingir o número de dias previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 314.º do ETAPM para aplicação da pena de suspensão, a situação é muito mais grave do que aquelas que se prevêm no artigo 312.º do ETAPM. Assim sendo, a DST deveria, pelo menos, ponderar a aplicação da pena de multa.

Neste sentido, o CCAC apresentou as suas opiniões e sugestões à DST e esta, por sua vez, respondeu que o processo disciplinar foi arquivado após a execução da pena de repreensão escrita. Assim, nos termos dos princípios da legalidade e do *ne bis in idem*, consagrados no artigo 3.º do Código do Procedimento Administrativo, no artigo 40.º da Lei Básica de Macau e no n.º 7 do artigo 14.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, o processo disciplinar não deveria ser reaberto, salvo se se verificasse a revisão do mesmo nos termos do artigo 343.º do ETAPM apresentada pelo próprio arguido. A par disso, sem uma fundamentação jurídica válida, não se poderia extinguir a pena relativa à infracção disciplinar em causa, nem aplicar, novamente, uma outra pena com base nos mesmos factos.

Tendo em conta o tratamento dado pela DST no referido processo disciplinar, poderá haver, novamente, um desvio do pensamento legislativo do ETAPM na aplicação de lei, não se aplicando correctamente a pena disciplinar nem atingindo a finalidade que levou à criação do regime de processo disciplinar e das respectivas sanções. Neste sentido, nos termos da competência prevista na alínea 7) do artigo 4.º da Lei Orgânica do CCAC, à DST foi requerido que, nos dois anos seguintes, devia dar conhecimento ao CCAC da instauração e do tratamento dado a todos os processos disciplinares que ali tivessem lugar, para que estes possam ser objecto de fiscalização subsequente e acompanhados especificamente pelo Comissariado.

Em Julho de 2020, o CCAC recebeu a primeira comunicação da DST relativamente à instauração de um inquérito de natureza disciplinar. Além disso, a DST comprometeu-se a continuar a comunicar ao CCAC a informação sobre estas matérias. Até à data, os trabalhos relativos ao conceito de “olhar para trás” encontram-se em fase de desenvolvimento.

第四部分
宣傳教育

2020年，受疫情及停課影響，上半年大部分講座及群眾活動需要取消或延期，但廉政公署本着弘揚“以德立品、以廉立身”的理念，透過不同方式向全澳市民推廣廉潔誠信意識，進一步利用線上資源加強廉潔教育，不間斷地積極推進廉潔宣教工作。

一、公私營機構防貪教育

2020年，廉政公署共舉行各種不同類型的講座及座談會303場，共有17,232人次參加，主要對象為公務人員、商業機構僱員、普羅市民、青少年、大專及中小幼學生。統計數字詳見下表：

2020年各類講座及座談會統計總表

主題	對象	場數	人數
廉潔奉公、持廉守正、公務採購、財產及利益申報	公務人員	75	2,974
《預防及遏止私營部門賄賂》 法律座談會	私人機構、公共部門、 教育機構	34	1,706
廉潔意識	社團、教育機構、 政府部門	7	250
誠信教育	青少年學生	187	12,302
總計		303	17,232

Estatística das palestras e colóquios realizados em 2020

Tema	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Integridade e dedicação ao público/Carácter nobre, conduta íntegra/Aquisição de bens e serviços/ Declaração de bens patrimoniais e interesses	Trabalhadores da função pública	75	2.974
Colóquio sobre Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado	Entidades privadas, serviços públicos e estabelecimentos de ensino	34	1.706
Consciência da integridade	Associações, estabelecimentos de ensino e serviços públicos	7	250
Educação para a honestidade	Jovens estudantes	187	12.302
Total		303	17.232

SECÇÃO IV
ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Devido à situação epidémica e à suspensão das aulas, a maioria das palestras e eventos públicos foi cancelada ou adiada no primeiro semestre do ano de 2020. Entretanto, com o objectivo de propagar o conceito de “Carácter com Probidade, Conduta com Integridade”, o CCAC recorreu a diversos meios para divulgar a consciência da integridade e honestidade junto dos cidadãos da RAEM, aproveitando ainda mais os recursos electrónicos para reforçar as acções de sensibilização da integridade e promover, ininterrupta e activamente, os respectivos trabalhos.

I. Sensibilização para a prevenção da corrupção nos sectores público e privado

Em 2020, o CCAC organizou um total de 303 palestras e colóquios de diversos tipos, contando com a participação de 17.232 pessoas. Os destinatários foram principalmente trabalhadores da função pública, empregados de sociedades comerciais e a população em geral, incluindo jovens e estudantes do ensino infantil, primário, secundário e do ensino superior. Apresenta-se seguidamente os respectivos dados estatísticos.

(一) 公務員廉潔講座

為鞏固公共部門的誠信文化和公職人員的廉潔意識，廉政公署繼續為公務員和公共部門舉辦“廉潔奉公”、“持廉守正”、“公務採購”和“財產及利益申報”等不同主題的倡廉講座，2020年為21個部門/機構共2,974名公務員舉辦了75場講座。

(二) 推出“公務員廉潔資訊網”

為讓公務員更易於掌握公務員廉潔奉公的有關法律規定，廉政公署於2020年11月推出了“公務員廉潔資訊網”，全面整合公署網頁內有關公務員持廉守正的信息，並增添更多互動元素，藉輕鬆淺白的動畫、短片個案及問答、漫畫及圖文包等形式，深入淺出介紹職務犯罪等概念，提高公務員對貪污、利益衝突等問題的警覺性，提醒公務員應秉持廉潔操守。

(三) 私營機構廉潔講座

2020年度，廉政公署持續為民間社團、私人機構及教育機構舉辦《預防及遏止私營部門賄賂》法律座談會，介紹法律條文，並按不同界別人士、機構設計個案內容，向銀行職員、酒店員工、中小企業和受資助機構人員舉辦座談會34場，參加人數有1,706人次。

二、青少年廉潔教育

廉政公署持續與教育界合作，攜手宣揚廉潔與誠信文化，透過多元化方式向青少年、大專生及中小幼學生宣傳正確的道德價值觀。2020年，廉政公署舉辦不同類型的宣教活動，向12,302名青少年、中小學生宣傳正確的道德價值觀。

(1) Palestras sobre a integridade destinadas aos trabalhadores da função pública

Para consolidar a cultura para a honestidade nos serviços públicos e a consciência da integridade dos trabalhadores dos serviços públicos, o CCAC continuou a organizar palestras dirigidas aos trabalhadores da função pública e serviços públicos, tendo sido realizadas, em 2020, 75 sessões com a participação de 2.974 trabalhadores provenientes de 21 serviços/instituições públicas. Os temas das palestras incluíram, nomeadamente, a integridade e dedicação ao público, o carácter nobre, conduta íntegra, a aquisição de bens e serviços e a declaração de bens patrimoniais e interesses.

(2) Lançamento da página electrónica intitulada “Rede de Informações sobre a Integridade para Funcionários Públicos”

Para os trabalhadores da função pública conhecerem mais facilmente a legislação sobre a integridade e a dedicação ao público, foi lançada, pelo CCAC, em Novembro de 2020, a página electrónica intitulada “Rede de Informações sobre a Integridade para Funcionários Públicos”, que engloba as informações do CCAC relativamente ao carácter nobre, conduta íntegra. Além disso, a mesma página electrónica acrescenta mais elementos interactivos, incluindo episódios de animação simples, vídeos de casos reais, perguntas e respostas, banda desenhada e infografias, a fim de apresentar de forma aprofundada e compreensível os conceitos de crimes funcionais, elevar a consciência dos funcionários públicos sobre os problemas de corrupção e conflitos de interesses e alertar os funcionários públicos para terem uma conduta íntegra.

(3) Colóquios sobre a integridade destinados ao sector privado

Em 2020, o CCAC prosseguiu na organização de colóquios relativos à Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, destinados a associações, entidades privadas e estabelecimentos de ensino, no intuito de divulgação do conteúdo da referida lei. Em função dos sectores a que pertenciam os participantes e as instituições, o CCAC preparou temas diferentes para os colóquios. Foram organizados no ano em análise um total de 34 colóquios, contando com a participação de 1.706 pessoas. Os destinatários foram principalmente trabalhadores de bancos, de hotéis, de pequenas e médias empresas e de entidades beneficiárias de subsídios governamentais.

II. Educação para a integridade da juventude

O CCAC tem colaborado com o sector da educação para promover conjuntamente a cultura íntegra e honesta. Através de meios diversificados, foram transmitidos valores morais correctos aos jovens e aos estudantes do ensino infantil, primário, secundário e do ensino superior. Em 2020, o CCAC realizou acções de sensibilização de tipos diferentes, guiando 12.302 jovens e estudantes do ensino secundário e primário na formação de valores morais correctos.

**2020年各項青少年講座、活動
參加人數統計總表**

項目	場數	人數
大專生誠信講座	6	320
青少年誠信教育計劃	80	4,994
畢業生誠信必修課	16	840
“廉潔新一代”—— 小學生誠信教育計劃	71	2,398
中學廉潔周	2	640
“威廉陪你疫境‘童’行” 直播派對活動	1	310
“愛·誠信”小學廉潔周活動	11	2,800
合計	187	12,302

(一) 大專生誠信教育

1. 大專生誠信講座

廉政公署2020年繼續舉行“大專生誠信講座”，以《預防及遏止私營部門法律》為主軸，配以主題短片，向學生剖析行賄和受賄罪的構成要件，讓學生反思貪污為社會和個人帶來的禍害，養成對貪污零容忍的態度。2020年度共有3間大專院校參加了此講座，舉辦場次共6場，參與學生人數為320名。

2. 大專院校巡迴展

為加強對青年學生的廉潔教育，廉政公署於2020年9月至12月期間在本澳4間大專院校，包括澳門大學、澳門科技大學、澳門理工學院及澳門旅遊學院的校區舉辦巡迴展，透過展板和漫畫個案向師生宣揚廉潔守法的訊息，內容包括廉潔選舉、商業倫理、與公私營部門賄賂相關的法例介紹、行政申訴工作、認識廉政公署和個案分享等。

**Estatística das palestras e actividades realizadas
em 2020 para os jovens**

Actividades	N.º de sessões	N.º de participantes
Palestras sobre Integridade e Honestidade destinadas aos Estudantes do Ensino Superior	6	320
Programa de Educação para a Honestidade da Juventude	80	4.994
Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas	16	840
Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário – “Nova Geração Íntegra”	71	2.398
Semana da Integridade para o ensino secundário	2	640
Transmissão directa da Festa “Urso Mensageiro Guilherme acompanha as crianças na epidemia”	1	310
Semana da Integridade Exclusiva para Escolas Primárias “Amor à Honestidade”	11	2.800
Total	187	12.302

(1) Educação para a honestidade dos estudantes universitários

1. Palestras sobre Integridade e Honestidade destinadas aos Estudantes do Ensino Superior

Em 2020, o CCAC continuou a realizar “Palestras sobre Integridade e Honestidade destinadas aos Estudantes do Ensino Superior”, sendo a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado o eixo principal dessas palestras. Foram explicados aos estudantes, com recurso à divulgação de vídeos, os elementos constitutivos dos crimes de corrupção activa e passiva, procurando fazer com que os estudantes reflectam sobre os flagelos da corrupção para a sociedade e o indivíduo, no sentido de desenvolver uma atitude de tolerância zero em relação à corrupção. Em 2020, 3 instituições do ensino superior participaram em 6 palestras, contando com a participação de 320 estudantes.

2. Exposição itinerante nas instituições de ensino superior

Para reforçar a educação dos jovens estudantes sobre a integridade, o CCAC organizou, entre Setembro e Dezembro de 2020, exposições itinerantes nas 4 instituições de ensino superior, a saber, a Universidade de Macau, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, o Instituto Politécnico de Macau e o Instituto de Formação Turística de Macau. Com os painéis informativos e a banda desenhada baseada em casos reais, foram divulgados os conceitos relacionados com a integridade e o cumprimento da lei, as eleições limpas e a ética comercial e foi apresentada a legislação sobre a corrupção nos sectores público e privado, os trabalhos de provedoria de justiça, conhecimentos sobre o CCAC e ainda a partilha de casos.

(二) 中學生誠信講座

1. 青少年誠信教育計劃

“青少年誠信教育計劃”在中學推動多年，得到校方支持和配合，2020年廉政公署繼續派員向中學生講解並討論與誠信相關的議題，並針對不同的成長階段設計主題內容，藉個案短片、生活例子及社會時事等多元化方式，引導中學生思考誠信的重要性，協助青少年建立良好的品格。2020年，共16間學校參與“青少年誠信教育計劃”，共舉辦80場講座，計有4,994名學生參與。

2. “畢業生誠信必修課”專題講座

為使中學生在踏足社會前了解更多澳門現行的反貪法律及防貪知識，廉政公署為應屆中學畢業生舉辦“畢業生誠信必修課”專題講座，透過案例及深入淺出的法律講解，提高學生對法律的認知，期望中學生在踏足社會時能知法守法，免墮職場貪污陷阱。2020年共有8間學校參加了此講座，舉辦場次共16場，參與學生人數為840名。

(三) 中學廉潔周

廉政公署每年均與本澳不同中學舉辦“廉潔周”活動，在校園內進行以“廉潔和誠信”為主題的系列專題活動，讓學生對相關議題有更深入的認識及反思。

2020年，廉政公署與高美士中葡中學合辦“廉潔周”活動，學校舉辦了誠信標語創作比賽，廉政公署亦在學校安排展板擺設，並進行問答遊戲活動，讓學生對澳門的廉政工作有更多的認識。而廉政公署人員亦入校舉行多場專題講座，與學生互動交流及討論。透過不同主題，令學生更明白誠信、廉潔是建立良好品格不可缺少的一環。

(四) “廉潔新一代”——小學生誠信教育計劃

2020年1月黑沙環社區辦事處完成翻新工程，並於3月6日由廉政專員主持重啟儀式。教學區、市民接待室均以全新面貌對外開放。地下用作小學教育及接待訪客及社團參觀的區域更名

(2) Palestras sobre honestidade destinadas aos estudantes do ensino secundário

1. Programa de Educação para a Honestidade da Juventude

O “Programa de Educação para a Honestidade da Juventude” tem vindo a obter apoio e colaboração dos estabelecimentos de ensino ao longo dos anos. Em 2020, o CCAC continuou a enviar o seu pessoal às escolas participantes para discutir temas relacionados com a honestidade e, de acordo com os diferentes estágios de crescimento dos alunos do ensino secundário, guiá-los na importância da integridade e na formação de bom carácter recorrendo à divulgação de vídeos de casos reais e à apresentação de exemplos quotidianos e de notícias diversas. Em 2020, 16 escolas participaram no referido programa e foram realizadas, pelo CCAC, 80 palestras, contando com a participação de 4.994 estudantes.

2. Palestras sobre “Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas”

Para os estudantes do ensino secundário poderem adquirir conhecimentos necessários relativamente à legislação actualmente em vigor em Macau sobre o combate à corrupção e conhecimentos sobre a prevenção da corrupção, o CCAC realizou palestras sobre “Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas”. Com os casos concretos e a explicação aprofundada e compreensível, pretendeu-se elevar os conhecimentos jurídicos dos estudantes, esperando-se igualmente que os estudantes do ensino secundário possam conhecer e cumprir a lei ao entrarem na sociedade, evitando cair em armadilhas de corrupção no trabalho. Em 2020, 8 escolas participaram nestas palestras com a realização de 16 sessões e a participação de 840 alunos.

(3) Semana da Integridade do ensino secundário

O CCAC organiza, anualmente, em conjunto com várias escolas secundárias locais, a “Semana da Integridade”. Nesta semana, realiza-se, nas escolas, uma série de actividades temáticas sobre a “Integridade e Honestidade”, permitindo aos alunos aprofundar os seus conhecimentos e reflectir sobre o tema.

Em 2020, o CCAC organizou, em colaboração com a Escola Secundária Luso-Chinesa de Luís Gonzaga Gomes, a “Semana de Integridade”. Nesta actividade, foi realizado pela escola um concurso de criação de *slogans* sobre a honestidade. Foram colocados painéis informativos na escola e organizados jogos de perguntas e respostas, para os alunos poderem conhecer melhor os trabalhos relativamente à construção de uma sociedade íntegra em Macau. O pessoal do CCAC deslocou-se à escola para realizar várias palestras temáticas com o objectivo de trocar opiniões e debater com os alunos. Através de diferentes temas, os alunos ficaram mais esclarecidos que a honestidade e a integridade constituem elementos indispensáveis para a formação de uma boa conduta.

(4) Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário — “Nova Geração Íntegra”

Em Janeiro de 2020, as obras de renovação da Delegação do CCAC na Areia Preta foram concluídas e a cerimónia de reabertura foi presidida pelo Comissário contra a Corrupção no dia 6 de Março. A zona pedagógica e a sala de atendimento ao público encontram-se abertas ao público com uma exposição

為“廉潔星系”，結合多媒體設施及智能教學的元素，全面提升宣傳教育成效。6月復課後，“廉潔新一代”——小學生誠信教育計劃亦恢復進行，今年共舉辦了71場次活動，有來自13間學校的2,398名學生參與。

為令教學活動更吸引小學生，廉政公署特別委託澳門科技大學科研團隊製作以廉政公署卡通代表人物“威廉”為藍本的AI智能機械人，嘗試將人工智能科技引用到日常廉潔教育活動中，“威廉”AI智能機械人放置在黑沙環社區辦事處，用作協助接待訪客及輔助導師上課。

(五) “愛·誠信”小學廉潔周活動

廉政公署於2020學年正式推出“愛·誠信”小學廉潔周活動，以一周為期，配合校方的教學安排，於午間或課堂，透過攤位遊戲、學科活動、誠信故事或短片欣賞、VR遊戲及展板問答遊戲等，向小學生宣傳誠信廉潔信息。2020年，廉政公署分別到婦聯學校及培正中學開展“愛·誠信”小學廉潔周活動。

(六) 加強線上教育活動

1. “威廉與你疫境‘童’行”六一兒童節直播活動

廉政公署每年在兒童節期間均會入校進行特備教學活動，因應今年本澳小學因疫情關係在兒童節期間仍未復課，廉政公署於5月30日舉辦對象為小學生的“威廉與你疫境‘童’行”六一兒童節直播活動，以豐富多樣的節目，包括教導親子誠信健康操、播放木偶動畫及互動問答遊戲，讓停學在家的小朋友都可以參與廉潔教育，學習誠信守法的重要。活動與本澳4間學校合作，包括：嘉諾撒聖心英文中學、鮑思高粵華小學、化地瑪聖母女子學校及培正中學等，由學校向家長推廣宣傳。當天在線觀看的人數超過300人。

completamente nova. O nome da zona do rés-do-chão destinada ao ensino primário, bem como ao acolhimento de visitantes e associações, foi alterado para “Galáxia da Integridade”. Além disso, aquela zona está equipada com instalações multimídia e com recursos de ensino inteligente, elevando assim plenamente a eficácia pretendida para a sensibilização. Após o reinício das aulas em Junho, o Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes do Ensino Primário — “Nova Geração Íntegra” foi retomado e, no ano em análise, realizaram-se 71 sessões deste programa para 13 escolas primárias, com a participação de 2.398 estudantes.

No intuito de as actividades pedagógicas serem mais atractivas para os alunos do ensino primário, o CCAC encomendou à equipa de investigação científica da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau a produção de um robô inteligente baseado na figura animada do CCAC “Guilherme”, sendo esta uma tentativa para utilizar a tecnologia de inteligência artificial nas acções quotidianas de sensibilização para integridade. Foi colocado o referido robô inteligente na Delegação do CCAC na Areia Preta, a fim de prestar apoio na recepção de visitantes e para dar apoio ao pessoal docente nas aulas.

(5) Semana da Integridade Exclusiva para Escolas Primárias “Amor à Honestidade”

O CCAC lançou, oficialmente, a Semana da Integridade Exclusiva para Escolas Primárias “Amor à Honestidade” no ano lectivo de 2020. Esta actividade teve a duração de uma semana e foi realizada em articulação com a organização pedagógica da escola, no período do intervalo para almoço, ou durante as próprias aulas. Através de jogos em tendas, actividades incorporadas nas próprias disciplinas, compartilhamento de histórias e apresentação de vídeos sobre honestidade, jogos de RV e jogos de perguntas e respostas em painéis informativos, pretendeu-se transmitir a mensagem da honestidade e da integridade aos estudantes. No ano em análise, o CCAC cooperou com a Escola da Associação Geral das Mulheres de Macau e a Escola Pui Ching, respectivamente, para a realização desta Semana da Integridade.

(6) Reforço de actividades educativas online

1. Transmissão directa da Festa “Urso Mensageiro Guilherme acompanha as crianças na epidemia”

No Dia Mundial da Criança, todos os anos, o CCAC organiza actividades pedagógicas específicas dentro dos campus escolares. Devido à epidemia, as escolas primárias locais não tinham ainda reiniciado as aulas no Dia Mundial da Criança de 2020 e, por isso, foi realizada, no dia 30 de Maio, pelo CCAC uma transmissão directa da Festa “Urso Mensageiro Guilherme acompanha as crianças na epidemia”. A actividade foi composta por diversos elementos, incluindo o ensino de exercícios em família sobre o tema “integridade”, a transmissão de animação de marionetas e jogos de perguntas e respostas, no sentido de as crianças que não tiveram aulas e permaneceram em casa poderem participar na educação para a honestidade e aprender a importância de integridade e cumprimento da lei. O CCAC cooperou com 4 escolas locais, concretamente com o Colégio do Sagrado Coração de Jesus (Secção Inglesa), o Colégio Dom Bosco (Yuet Wah), a Escola Nossa Senhora de Fátima e a Escola Pui Cheng e a actividade em causa foi divulgada pelas escolas aos encarregados de educação. Mais de 300 pessoas assistiram à actividade online no dia da sua realização.

2. 豐富“誠信教育資源庫”的教學資源

為向教師提供合時及適用的誠信教材，廉政公署早前開通了“誠信教育資源庫”，為配合年初因疫情中小學停課的安排，廉政公署編寫了2份中學教案，並上載到“誠信教育資源庫”內方便老師採用。教案內容以疫情期間的新聞個案切入，透過真實事件讓學生思考虛報行蹤及不遵守隔離措施等有違誠信及不負責任的行為，對個人及社會所帶來的影響。

此外，“誠信教育資源庫”的德育活動欄內亦新增了“誠信教案設計徵集活動”優秀作品精選，輯錄教案徵集活動部分獲獎之優秀教案，按教學對象分成中學、小學及幼兒篇，並定期更新，供教育工作者瀏覽及選用。

而針對小學生及幼童，廉政公署亦豐富了資源庫內“兒童誠信故事區”的內容，創作更多以小學生為對象的誠信不貪故事，輔以故事圖卡、故事動畫聲音導賞、小遊戲等，方便老師製作網上教材，家長亦可直接在線上播放故事，讓小朋友在家學習。

(七) 比賽及其他活動

為配合施政方針，進一步加大青少年學生誠信教育的深度和參與度，2020年廉政公署舉辦了兩項面向不同群體的宣傳活動，包括“誠信教案設計徵集活動”和“校園傳誠”——青少年誠信大使培訓及校園實踐計劃。

1. 誠信教案設計徵集活動

為進一步推動社會對誠信教育的關注，促進教育專業交流及提升誠信教學設計的質量，廉政公署於2020年1月舉辦“誠信教案設計徵集活動”，藉教案徵集活動，鼓勵教學工作者憑自身的教學經驗，製作適合中小幼學生的誠信教材。

活動設有公開組和學生組，作品主題須圍繞誠信品德，例如誠實、不貪心、公平競爭、守法精神及維護公義等。活動得到多

2. Enriquecimento dos elementos do “Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade”

Para fornecer materiais didáticos actuais e adequados aos professores, o CCAC criou o “Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade”. No início do ano em análise, considerando a suspensão das aulas das escolas secundárias e primárias, o CCAC elaborou especificamente 2 planos de ensino e fez o respectivo *upload* no Banco de Recursos acima referido, para o uso dos docentes. Nos planos de ensino em causa, foi incluída uma introdução com uma compilação de notícias divulgadas durante a epidemia e pretendeu-se que, através dos casos reais ali relatados, os estudantes pudessem reflectir sobre a influência individual e social dos actos de desonestidade e dos actos irresponsáveis, nomeadamente, sobre declarações falsas de paradeiro e sobre o incumprimento de medidas de isolamento.

Além disso, na página “actividades da educação moral” do “Banco de Recursos Educativos sobre Honestidade”, foram acrescentados planos de ensino premiados no âmbito da “Actividade de Recolha de Planos de Ensino relativos à Honestidade e à Integridade”, tendo os mesmos sido divididos nas fases educativas diferentes (ensino secundário, primário e infantil). Os planos de ensino serão actualizados periodicamente, permitindo aos educadores a sua consulta e utilização.

Tendo em conta as necessidades dos estudantes primários e infantis, o CCAC enriqueceu, igualmente, o conteúdo da página “Histórias sobre a honestidade destinadas às crianças”, criando mais histórias relativas à honestidade para os estudantes primários. As histórias foram elaboradas com recurso a ilustrações, animação com áudio e pequenos jogos, para facilitar aos professores a produção de materiais didáticos *online*. A par disso, os encarregados de educação podem também transmitir, de forma directa e *online*, as respectivas histórias, permitindo às crianças aprender em casa.

(7) Concursos e outras actividades

Colaborando com as linhas de acção para reforçar ainda mais o grau de profundidade e participação dos jovens estudantes na educação para a honestidade, o CCAC organizou, em 2020, dois projectos de sensibilização destinados a diferentes grupos, a saber, a “Actividade de Recolha de Planos de Ensino relativos à Honestidade e à Integridade” e o plano denominado “Difundindo a Integridade pelas Escolas” – Formação de Embaixadores Juvenis para a Honestidade e Plano de Prática nas Escolas.

1. Actividade de Recolha de Planos de Ensino relativos à Honestidade e à Integridade

Para chamar a atenção da sociedade para a educação da honestidade, promover o intercâmbio profissional na área da educação e elevar a qualidade da concepção pedagógica sobre a honestidade, o CCAC organizou, em Janeiro de 2020, a “Actividade de Recolha de Planos de Ensino relativos à Honestidade e à Integridade”, tendo como objectivo incentivar os docentes a produzir, com base nas suas próprias experiências pedagógicas, materiais didáticos de honestidade adequados para os estudantes do ensino secundário, primário e infantil.

A actividade foi dividida em dois grupos, um respeitante ao chamado grupo aberto e um outro dirigido ao grupo dos estudantes e os temas dos planos de ensino concentraram-se no

間學校師生支持，反應理想，本澳24間學校或高等院校合共提交68份教案作品。2020年7月專業評審團從中選出23份優秀教案及38份嘉許教案。廉政公署於8月29日假中葡職業技術學校禮堂舉行了嘉許禮，向各得獎師生頒發獎項。有關的得獎作品已上載到廉政公署網頁，供教師參考之用。

2. “校園傳誠”——青少年誠信大使培訓及校園實踐計劃

為向青少年宣揚廉潔誠信的訊息，鼓勵青少年將廉潔意識積極帶入校園及生活各層面，廉政公署首次舉辦了“校園傳誠”——青少年誠信大使培訓及校園實踐計劃，活動對象為本澳初三至高二年級全日制學生，參加者以3至5人的隊制形式參加，並須完成培訓，成為青少年誠信大使後需因應其就讀學校的校園特色和教學內容等，構思並且在校內開展合適的倡廉活動。

活動於2020年9月接受報名，共吸引了13間學校派隊參加，廉政公署最終錄取了20支隊伍，並於10月舉行啟動儀式及系列培訓活動，包括認識廉政公署講座、參觀廉政公署黑沙環社區辦事處、兩日一夜的團隊培訓等，共87位青少年誠信大使完成培訓。

2021年1月至3月，青少年誠信大使將於學校開展自行構思的倡廉活動，身體力行向同學推廣，將廉潔誠信的訊息帶入校園及生活各層面。

(八) 開通“誠信教育微信帳戶”

廉政公署為加強與各校老師之聯繫，特別開設了專屬微信帳戶群組，並邀請老師加入群組，將最新的教案、活動訊息，透過帳戶發送予老師，方便教育工作者獲取最新的廉潔誠信教育資訊，同時令廉政公署更好與教育界及青年人交流實際情況。

âmbito da integridade, nomeadamente, na honestidade, na incorruptibilidade, na concorrência justa, no cumprimento da lei e na defesa da justiça. Com o apoio de professores e estudantes de várias escolas, a actividade obteve uma resposta satisfatória e foram recebidos, pelo CCAC, 68 planos de ensino, provenientes de 24 escolas de ensino não superior e instituições de ensino superior. Em Julho de 2020, o júri profissional seleccionou 23 Planos de Ensino Excelentes e 38 Planos de Ensino com Louvor. O CCAC realizou, no dia 29 de Agosto, no auditório da Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional, a cerimónia de atribuição de louvores aos professores e alunos premiados. Os trabalhos premiados encontram-se disponíveis na página electrónica do CCAC, para referência dos docentes.

2. “Difundindo a Integridade pelas Escolas” – Formação de Embaixadores Juvenis para a Honestidade e Plano de Prática nas Escolas

No intuito de divulgar a mensagem da integridade e honestidade junto dos jovens e incentivá-los a incutir o sentido da integridade nas escolas e nos diferentes níveis da vida quotidiana, o CCAC organizou, pela primeira vez, o programa “Difundindo a Integridade pelas Escolas” – Formação de Embaixadores Juvenis para a Honestidade e Plano de Prática nas Escolas, cujos destinatários foram estudantes a tempo inteiro do 3.º ano do ensino secundário geral ao 2.º ano do ensino secundário complementar de Macau. Os estudantes participaram nesta formação em grupos de 3 a 5 pessoas e precisaram de concluir uma formação. Após a sua formação como Embaixadores Juvenis para a Honestidade, os jovens deviam desenvolver acções de sensibilização nas escolas, tendo em conta as características e os conteúdos pedagógicos das suas escolas.

As inscrições para esta actividade começaram em Setembro de 2020, atraindo a participação de 13 escolas. O CCAC seleccionou 20 equipas e organizou, em Outubro, uma cerimónia de lançamento e uma série de acções de formação, incluindo palestras para conhecer o CCAC, uma visita à Delegação do CCAC na Areia Preta, uma formação em equipa de dois dias e uma noite. Finalmente houve um total de 87 estudantes que concluíram a formação para Embaixadores Juvenis para a Honestidade.

Entre Janeiro e Março de 2021, os Embaixadores Juvenis para a Honestidade vão realizar, nas escolas, as suas próprias actividades destinadas à divulgação da integridade junto dos estudantes, transmitindo a mensagem da integridade e honestidade nos campus escolares e também a diferentes níveis da vida quotidiana.

(8) Abertura da conta de WeChat para a educação da honestidade

Para reforçar a ligação com os professores de várias escolas, o CCAC criou uma conta no WeChat, convidando o pessoal docente a aderir à mesma e enviando-lhe os planos de ensino mais recentes e informações sobre as actividades. Através do envio das mensagens através da conta acima referida, os profissionais da área da educação podem ter acesso às informações mais recentes sobre a educação da integridade e honestidade e o CCAC pode ter um melhor intercâmbio com o sector educativo e os jovens.

三、社區推廣工作

(一) 社區辦事處接收的投訴、舉報及諮詢

黑沙環社區辦事處及氹仔社區辦事處繼續發揮應有功能，為市民提供便捷的投訴、舉報及諮詢渠道。兩社區辦事處在 2020 年共接獲投訴/舉報、求助諮詢及簡單查詢合共 588 宗，較 2019 年的 537 宗增加了 51 宗。資料詳見下表：

2020 年兩社區辦事處接待市民統計表

投訴/舉報		求助諮詢	簡單查詢	
親身	書面投訴		親身	電話
28	15	81	256	208
小計：43 宗		小計：545 宗		
總計：588 宗				

(二) 拓展社區關係

1. 參與社區活動

2020 年，廉政公署繼續積極參與各項社區活動，拓展社區關係網絡，參與了“第 51 屆明愛慈善園遊會”，並在活動中設置攤位遊戲。同時亦組織員工及義工參與“公益金線上百萬行”活動。

2. 訪問社團及來訪

2020 年，廉政公署訪問了多個社團、大學及中學，收集其對澳門廉政建設，尤其對廉潔教育的意見及建議。7 月期間，廉政公署拜會了澳門中華教育會及澳門天主教學校聯會，獲得兩教育團體的熱情接待。雙方就誠信教育交換意見，兩團體均肯定廉政公署誠信教育工作的成效，並將繼續支持和配合廉政公署相關工作。

廉政公署亦先後出訪本澳 4 間大專院校及 2 所中學，包括澳門大學、澳門科技大學、澳門理工學院、澳門旅遊學院、澳門菜農子弟學校和澳門培正中學，向學校領導層及德育主任介紹本年度面向青少年學生的誠信教育工作計劃及活動，爭取校方的支持和參與。

III. Acções de promoção comunitária

(1) Queixas, denúncias e pedidos de consulta recebidos nas delegações

As Delegações, na Areia Preta e na Taipa, continuaram a desempenhar as suas funções, proporcionando ao público meios convenientes para apresentação de queixas, denúncias e pedidos de consulta. Em 2020, o número de queixas/denúncias, e de pedidos de consulta e de informação recebidos pelas duas delegações totalizou 588, tendo-se registado um aumento de 51 casos quando em comparação com os 537 casos de 2019. Apresentam-se de seguida os respectivos dados estatísticos:

Estatística relativa ao atendimento ao público nas duas delegações do CCAC em 2020

Queixas/Denúncias		Pedidos de consulta	Pedidos de informação	
Pessoalmente	Por escrito		Pessoalmente	Por telefone
28	15	81	256	208
Subtotal: 43		Subtotal: 545		
Total: 588				

(2) Alargamento das relações comunitárias

1. Participação em actividades comunitárias

Em 2020, o CCAC continuou a participar activamente em diversas actividades comunitárias, alargando a rede de relações comunitárias. Por exemplo, participou no “51.º Bazar de Caridade da Cáritas de Macau” com a instalação de tendas de jogos. Além disso, organizou os trabalhadores e os voluntários para participarem na “Marcha de Caridade *online* para Um Milhão”.

2. Visita do CCAC a associações e visitas ao CCAC

Em 2020, o CCAC visitou várias associações, instituições de ensino superior e escolas secundárias, a fim de recolher opiniões e sugestões sobre a construção de uma sociedade íntegra em Macau, especialmente sobre a educação para a honestidade. Em Julho, o CCAC visitou a Associação de Educação de Macau e a Associação das Escolas Católicas de Macau e foi calorosamente recebido por aquelas duas entidades educativas. O CCAC e as associações educativas trocaram opiniões sobre a educação para a honestidade e as mesmas associações reconheceram a eficácia dos trabalhos desenvolvidos pelo CCAC nesta área e comprometeram-se a continuar a apoiar e a colaborar com o CCAC nos respectivos trabalhos.

O CCAC efectuou visitas a 4 instituições de ensino superior e 2 escolas secundárias de Macau, a saber, a Universidade de Macau, a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, o Instituto de Formação Turística de Macau, a Escola Choi Nong Chi Tai e a Escola Pui Ching, no sentido de apresentar, aos dirigentes daqueles estabelecimentos de ensino e aos directores da educação moral, os planos de trabalho da educação para a honestidade e as actividades destinadas aos jovens estudantes para o ano lectivo, por forma a obter o apoio e a participação das escolas.

而為了讓學校領導層及教職員了解黑沙環社區辦事處翻新後的新面貌以及廉政公署最新的誠信教育活動，廉政公署安排學校領導層等來訪參觀。來訪的學校包括：濠江中學、婦聯學校、聖保祿學校、聖羅撒女子中學、粵華中學、鏡平學校及聖德蘭學校。學校領導層對廉政公署的誠信教育工作給予肯定，並對廉政公署構建網上誠信資源庫以方便老師採用的舉措表示歡迎。

3. 聯合國國際反貪日系列活動

為配合12月9日“聯合國國際反貪日”，廉政公署於12月9日至18日期間，舉辦一系列宣傳活動，包括製作“聯合國國際反貪日”宣傳短片、在黑沙環公園及氹仔中央公園舉辦社區巡展及快閃問答活動、製作主題圖文包，以及在電台、手機APP、巴士車廂和公共部門公眾電視屏發放廣告或宣傳片等，以喚起本澳社會關注並重視貪腐問題。

4. 推出“全民廉潔系列（一）公務員篇”微信問答遊戲

為配合廉政公署2020年度的宣傳計劃——“全民廉潔系列（一）公務員篇”，在6月及10月期間，廉政公署微信公眾號舉辦了兩次有獎遊戲，加深市民對公務員和等同公務員概念之認識。兩次遊戲共有23,213人次參與。

5. 媒體宣傳

為了廣泛地向全社會宣揚肅貪倡廉信息，廉政公署持續透過各種方式，包括各類廣告、新聞發佈、互聯網及新媒體宣傳投訴舉報渠道及其他廉政相關信息，鼓勵市民舉報及防範貪污，提高廉潔意識。其中，為更好地運用網絡的宣傳渠道，與時並進，廉政公署本年着力加強運用廉政公署微信公眾號進行宣傳，並推出“廉政冷知識系列”、“誠信小品系列”等圖文包，透過漫畫、動畫或短片等輕鬆手法，生動地向市民傳達反貪資訊，加深市民對公署及澳門廉政工作的了解。

Para permitir aos dirigentes, docentes e trabalhadores das escolas conhecer a nova remodelação da Delegação da Areia Preta e as actividades de educação para a honestidade mais recentes do CCAC, foram organizadas visitas do pessoal dirigente escolar à Delegação. As escolas que participaram nessas visitas incluíram a Escola Secundária Hou Kong, a Escola da Associação Geral das Mulheres de Macau, a Escola São Paulo, o Colégio de Santa Rosa de Lima, o Colégio Yuet Wah, a Escola Keang Peng e a Escola de Santa Teresa. Os dirigentes das escolas reconheceram o trabalho desenvolvido pelo CCAC no âmbito da educação para a honestidade e congratularam-se com a criação, por parte do CCAC, de um banco de recursos educativos *online* sobre a integridade para facilitar a sua utilização por parte dos docentes.

3. Série de actividades do Dia Internacional contra a Corrupção das Nações Unidas

Para assinalar o “Dia Internacional contra a Corrupção das Nações Unidas”, no dia 9 de Dezembro, o CCAC organizou, entre 9 e 18 de Dezembro, uma série de actividades de divulgação, incluindo a produção do vídeo promocional sob o respectivo tema, a realização de exposições itinerantes comunitárias e actividades de perguntas e respostas alusivas ao tema no Jardim da Areia Preta e no Parque Central da Taipa, a elaboração de infografia, a transmissão de anúncios e vídeos de promoção na rádio, no aplicativo móvel, nos autocarros e no ecrã televisivo público dos serviços públicos, a fim de chamar a atenção da sociedade sobre a questão da corrupção.

4. Lançamento do jogo de perguntas e respostas “Todos pela Integridade (I) – Capítulo sobre o Funcionário Público” no WeChat

Em articulação com o plano de divulgação para o ano de 2020 do CCAC – “Todos pela Integridade (I) – Capítulo sobre o Funcionário Público”, foram realizados, nos meses de Junho e Outubro, dois jogos com prémios na conta de WeChat do CCAC, para aprofundar os conhecimentos da população sobre o conceito de funcionário e equiparado. Os dois jogos atraíram 23.213 participantes.

5. Acções de divulgação na comunicação social

Com o objectivo de divulgar amplamente a mensagem de combate à corrupção e promoção da integridade junto da sociedade, o CCAC tem vindo a recorrer a diversos meios, nomeadamente, aos vários tipos de publicidade, à divulgação de notícias, à *Internet* e aos novos meios de comunicação social, para promover os canais de atendimento de queixas e denúncias, bem como outras informações sobre a integridade. Pretende-se assim incentivar os cidadãos a apresentar denúncias e a contribuir para a prevenção da corrupção, elevando assim a sua consciência da integridade. Para melhor utilizar os meios de divulgação disponibilizados na *Internet* e acompanhar a evolução dos tempos, no ano em referência, o CCAC dedicou-se a reforçar a utilização da conta pública de WeChat, a fim de realizar acções de divulgação. Além disso, foram elaboradas várias infografias, incluindo a “Série de curiosidade sobre a integridade” e a “Série de textos de honestidade”, no sentido de transmitir, de forma viva, as informações contra a corrupção, através de banda desenhada, desenhos animados e vídeos curtos, aprofundando assim os conhecimentos dos cidadãos sobre o CCAC e os trabalhos da construção de uma sociedade íntegra em Macau.

(三) 廉潔義工隊

為壯大義工隊的力量，2020年廉政公署完成兩次義工招募，包括“廉潔義工隊——親子義工團”及“廉潔義工隊”新成員，兩次合共招募了278人，成員來自社會不同範疇。

廉潔義工隊繼續協助廉政公署推行各類廉潔宣傳教育活動，包括在“明愛園遊會”協助廉政公署進行攤位遊戲、參與“聯合國國際反貪日”社區巡展活動、“公益金線上百萬行”活動、以及在本澳街頭海報板及黑沙環社區辦事處附近屋苑張貼廉政公署的宣傳海報等。

第五部分 對外交流與培訓

2020年，面對新冠肺炎疫情肆虐，廉政公署仍積極透過視頻等形式，拓展國際和區域間的溝通聯繫，同時積極與本澳機構加強溝通，繼續為推動廉政建設工作共同努力。

一、接待來訪

2020年，受新冠疫情影響，廉政公署減少出席對外的交流活動，取消非必要的會議。至下半年疫情緩和後，廉政公署積極與本澳機構加強聯繫，分別接待了澳門終審法院、澳門大學培訓班等代表團，交流和分享工作經驗，探討開展各項合作計劃。

二、外訪及參與區域、國際會議

2020年，廉政公署參與了多項區域及國際會議，以及進行了外訪活動，其中包括：

- 赴北京拜訪國家監察委員會、最高人民檢察院、最高人民法院、公安部及國務院港澳事務辦公室，就實務工作交換了意見，深化廉政公署與內地執法機關的交流合作，推動廉政建設工作的長遠發展。
- 以視頻形式參與亞洲開發銀行與經濟合作暨發展組織舉辦的國際會議，探討疫情對反腐執法機構工作的影響。

(3) Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa

Para reforçar o grupo de voluntários, o CCAC concluiu, em 2020, dois processos de recrutamento de novos elementos, nomeadamente para o “Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa – grupo de voluntários integrando pais e filhos” e para o “Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa”. Nestes dois processos foram recrutados 278 voluntários provenientes de diferentes áreas da sociedade.

O Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa continuou a prestar apoio ao CCAC na realização de diversas acções de sensibilização para a integridade, nomeadamente na prestação de apoio nos jogos em tendas do “Bazar da Cáritas”, nas exposições itinerantes comunitárias sobre o “Dia Internacional contra a Corrupção”, na participação da “Marcha de Caridade online para Um Milhão”, bem como na afixação de cartazes promocionais nos suportes de cartazes das ruas e nos edifícios junto da Delegação do CCAC na Areia Preta.

SECÇÃO V INTERCÂMBIO COM O EXTERIOR E ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Em 2020, enfrentando a epidemia da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus, o CCAC continuou a desenvolver, activamente, através de teleconferências e outros meios, contactos a nível internacional e regional, e a reforçar a comunicação com as entidades locais, a fim de envidar esforços conjuntos para promover a construção de uma sociedade íntegra de forma contínua.

I. Recepção de delegações

Em 2020, devido à epidemia da Covid-19, o CCAC reduziu a participação em actividades de intercâmbio com o exterior e cancelou reuniões consideradas não imprescindíveis. No segundo semestre do ano em análise, após o alívio da situação epidémica, o CCAC reforçou activamente o contacto com as entidades locais, recebendo, respectivamente, a delegação do Tribunal de Última Instância de Macau e a da turma de formação da Universidade de Macau, para trocar e partilhar as experiências profissionais, bem como para discutir o desenvolvimento de projectos de cooperação.

II. Deslocações ao exterior e reuniões regionais e internacionais

Em 2020, o CCAC participou em conferências e reuniões regionais e internacionais e efectuou visitas ao exterior, nomeadamente:

- Ao município de Pequim para visita à Comissão Nacional de Supervisão, à Suprema Procuradoria Popular, ao Supremo Tribunal Popular, ao Ministério da Segurança Pública e ao Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho do Estado, trocando opiniões sobre trabalhos práticos, aperfeiçoando o intercâmbio e a cooperação entre o CCAC e as entidades competentes do Interior da China e promovendo assim o desenvolvimento a longo prazo relativamente à construção de uma sociedade íntegra.
- Por teleconferência, na conferência internacional organizada pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD), discutindo o impacto da epidemia nos trabalhos das instituições de combate à corrupção.

- 以視頻形式參與亞太地區反腐敗行動組第 24 次指導小組國際會議。
- 拜訪澳門大學、澳門科技大學、澳門理工學院以及澳門旅遊學院，介紹廉政公署的宣傳教育工作以及開展的各項活動，積極加強與大學及學院的聯繫，推動校園廉潔誠信氛圍。
- 拜訪澳門天主教學校聯會及澳門中華教育會，開展廉政公署與學校多樣化的合作模式，拓展合作空間，在校園裡共同推動廉政教育宣傳工作。
- Por teleconferência, na 24.ª Reunião Internacional do “Steering Group” da Iniciativa contra a Corrupção da ADB/OECD.
- À Universidade de Macau, à Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, ao Instituto Politécnico de Macau e ao Instituto de Formação Turística de Macau, apresentando as acções de sensibilização e as actividades desenvolvidas pelo CCAC, para reforçar activamente o contacto com as instituições de ensino superior e promover um ambiente íntegro e honesto nos campus escolares.
- À Associação das Escolas Católicas de Macau e à Associação de Educação de Macau, para desenvolver um modelo de cooperação diversificada entre o CCAC e as escolas, alargar as oportunidades de cooperação e promover em conjunto acções de sensibilização sobre a integridade nas escolas.

III. Reuniões de trabalho relativas à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

Em Setembro de 2020, o pessoal do CCAC participou, por teleconferência, na 11.ª Reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em que foi apresentado o estado de implementação da Convenção relativamente a vários países e regiões e foram discutidos os desafios concretos dos respectivos trabalhos. Além disso, na reunião também foram abordados outros temas, incluindo a necessidade de reforço activo e de consolidação da transparência do funcionamento dos mecanismos de combate à corrupção e da promoção da publicidade dos bens patrimoniais e interesses dos dirigentes públicos. O CCAC irá tomar como referência as experiências e sugestões das diversas entidades intervenientes, aperfeiçoando activamente vários regimes.

Em Novembro de 2020, o CCAC recebeu os comentários do Governo Central, através do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China na RAEM, relativamente ao questionário de auto-avaliação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Após recolha das opiniões dos diversos ministérios e comissões do Interior da China e do Governo da RAEM, o CCAC ajustou o tamanho do questionário, complementando o mesmo com novas informações pormenorizadas sobre os casos ali citados, no sentido de colaborar, de forma activa, com o Governo Central no trabalho de avaliação da conformidade da implementação da Convenção. O Governo Central irá proceder em conformidade e enviar o referido questionário ao secretariado da Convenção, para posterior discussão e apreciação.

IV. Formação dos trabalhadores

O CCAC planeia reforçar as acções de formação conjuntamente com a Comissão Nacional de Supervisão, devendo essa formação ser realizada de forma flexível e inovadora, principalmente introduzindo a discussão de casos reais e através da aquisição de experiência profissional, no sentido de aprender e conhecer os trabalhos quotidianos de investigação das instituições congéneres e aprofundar o conhecimento mútuo entre a entidade competente da RAEM e a Comissão Nacional de Supervisão. Além disso, com este tipo de formação o pessoal da RAEM pode ainda conhecer melhor a situação nacional em que “ninguém se atreve, nem quer, ser corrupto”.

三、《聯合國反腐敗公約》履約審議工作會議

2020 年 9 月，廉政公署派員以視頻形式參與《聯合國反腐敗公約》履約審議工作組第十一次會議。會上介紹了各個國家及地區的履約情況，分享了在實際工作中遇到的挑戰，此外，還包括積極加強鞏固反腐機制運作的透明化，推動官員財產公開等內容。廉政公署會借鑒各執法機構的經驗和建議，積極完善各項制度。

2020 年 11 月，廉政公署收到外交公署轉交中央政府對《聯合國反腐敗公約》自評清單的回覆，廉政公署經徵求內地各部委及特區政府的意見，調整了清單篇幅以及補充了引用案例的詳細資料，積極配合中央政府的履約審議工作。隨後內地將跟進清單送交《聯合國反腐敗公約》秘書處，以便進行後續的討論和審議工作。

四、人員培訓

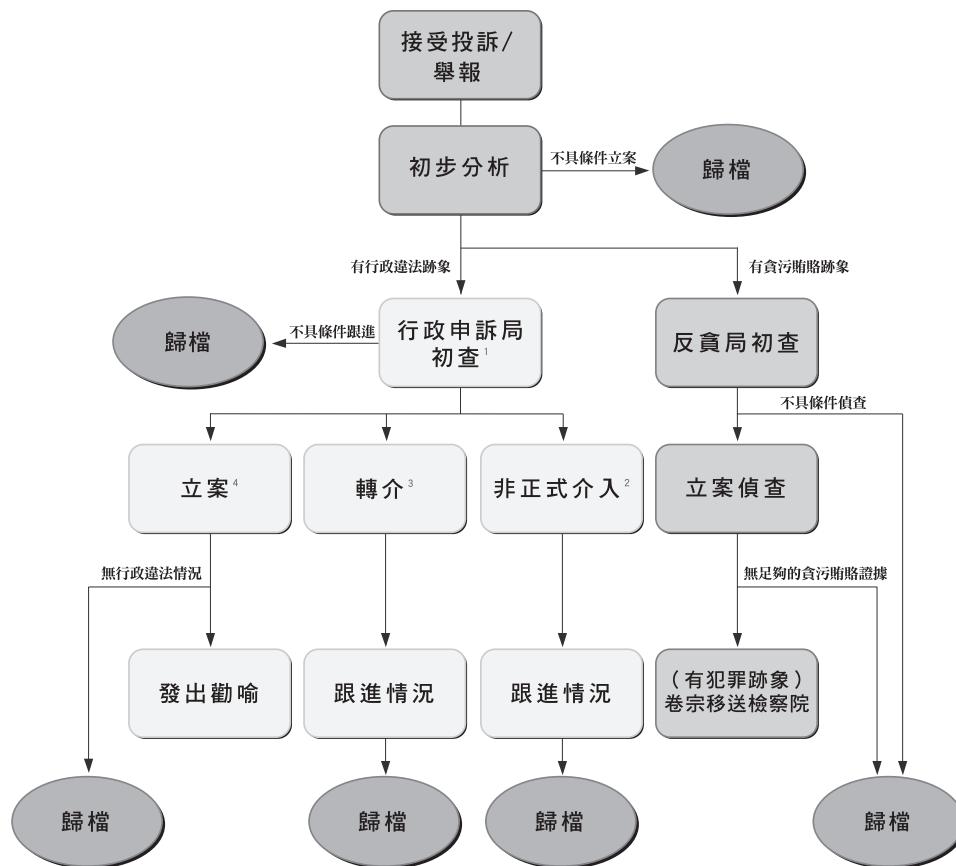
廉政公署計劃與國家監察委員會加強培訓工作，培訓會以靈活創新的形式進行，主要探討實戰和跟班作業，學習和了解同行的辦案日常，以增加澳門與國監委的相互了解，同時強化“不敢腐、不想腐”的國情教育。

第六部分

附件

附件一

廉政公署處理陳訴（陳述、投訴及舉報）流程圖



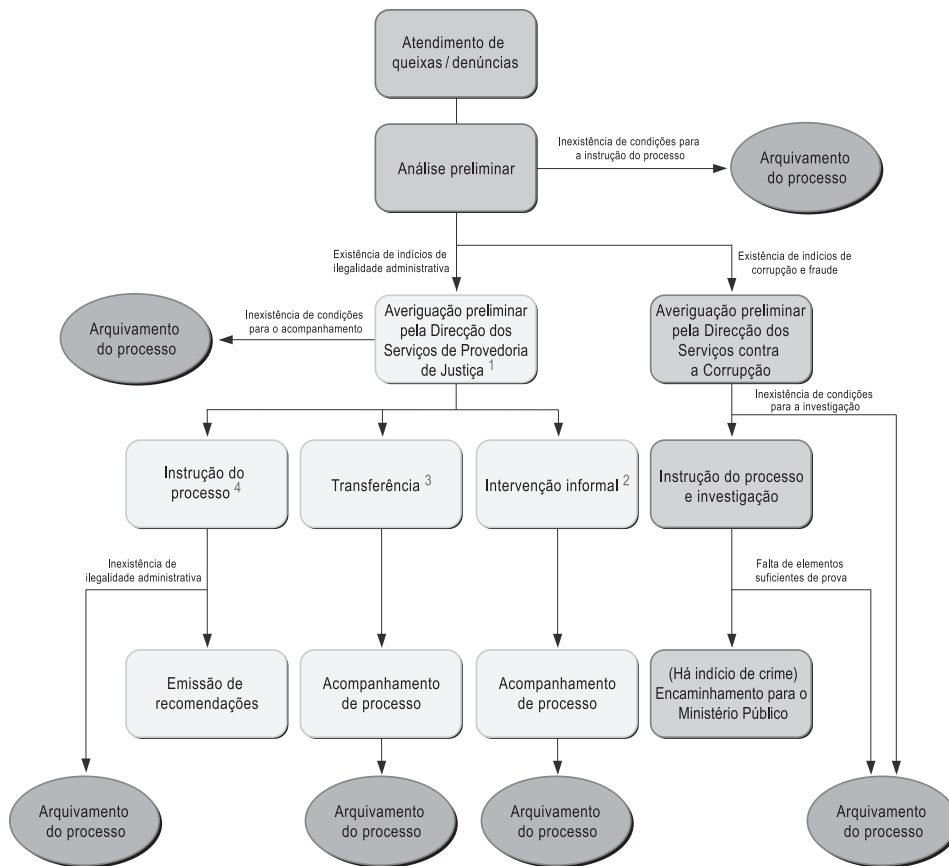
註：

1	行政申訴局初查	按照《澳門特別行政區廉政公署組織法》及《行政程序法典》等的相關規定進行，其中必須遵守辯論原則，即確保投訴方與被投訴方皆有陳述的機會。
2	非正式介入	如有關程序未完成或有關行為仍未產生效力，廉署會以此方式引導有關部門或機構，藉此及時作出糾正。
3	轉介	因應個案的特別情況，加上原行政部門有權限及掌握相關的資料（廉署僅掌握投訴人提供的單方資料，可能不足或不詳盡），宜先由有關部門依法定程序處理，在徵得投訴人同意下，轉介到相關部門或機構處理，廉署會跟進其進展情況。
4	立案	基於問題的嚴重性和涉及面，廉署會立案調查，並根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第四條第十二項的規定，直接向行政部門發出勸喻，以糾正違法或不公正的行政行為或行政程序。根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第十二條的規定，如有關部門或機構不接納勸喻，應在15個工作天內向廉署提出有理據的答覆，而廉署在向其上級或監管實體重申立場後，還可向行政長官報告或向公眾披露。

**SECÇÃO VI
ANEXOS**

ANEXO I

Fluxograma sobre o processo de tratamento de queixas e denúncias

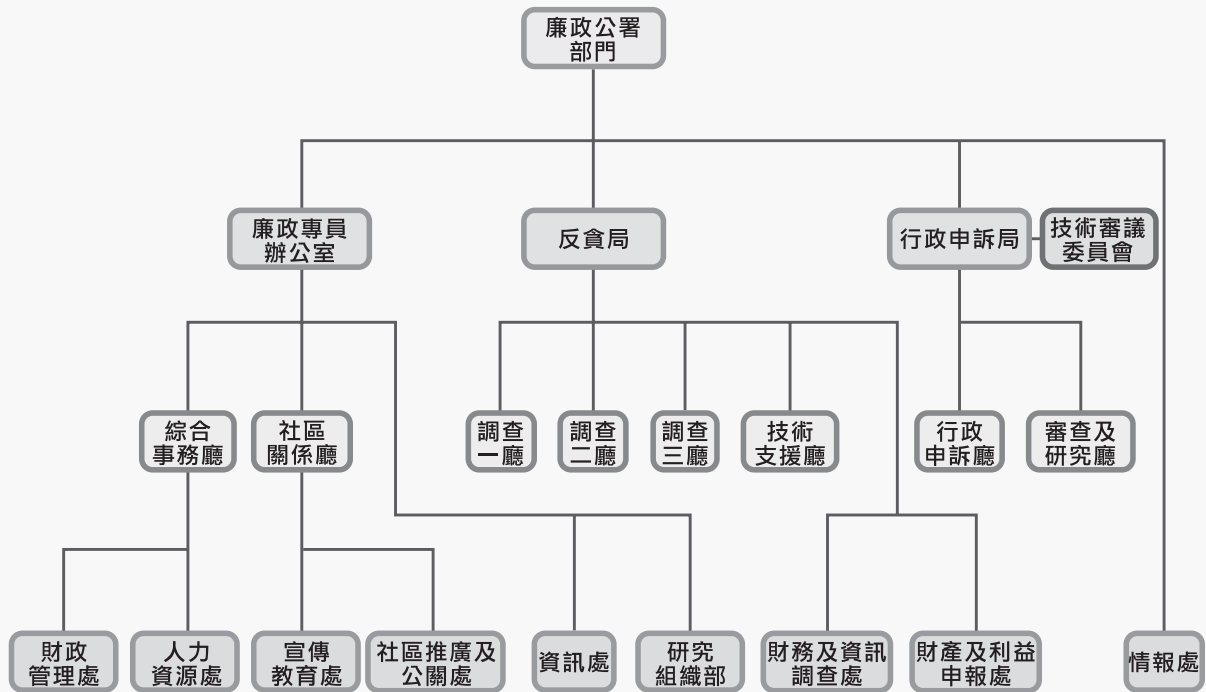


Observações:

1	Averiguação preliminar pela Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça	Aplicam-se as correspondentes disposições da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau e do Código do Procedimento Administrativo, com respeito pelo princípio do contraditório, sendo assegurada a igualdade na prestação de depoimentos por parte do queixoso e da parte participada.
2	Intervenção informal	Quando um procedimento administrativo não tenha ainda sido concluído pela entidade competente ou quando determinado acto não tenha ainda produzido qualquer efeito, pode o CCAC, através desta forma de intervenção, emitir orientações com vista ao acompanhamento pelos respectivos serviços ou entidades no sentido de se resolver a questão.
3	Transferência	Em conformidade com a especificidade dos casos e quando os serviços administrativos tenham competência própria e estejam na posse de todos os dados relacionados com a questão (possuindo o CCAC apenas os dados fornecidos pelo queixoso, que podem ser insuficientes ou incompletos), e uma vez obtida concordância por parte do queixoso, deve o CCAC transferir, de acordo com os procedimentos legalmente estabelecidos, o caso aos respectivos serviços ou entidades competentes para o seu devido tratamento, ficando o CCAC a acompanhar o andamento do processo.
4	Instrução do processo	Tendo em conta o grau de gravidade das questões envolvidas, o CCAC pode proceder à investigação mediante instrução do processo e, nos termos da alínea 12) do artigo 4.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau pode o mesmo dirigir recomendações directamente aos órgãos competentes com vista à correcção de actos ou procedimentos administrativos ilegais ou injustos. De acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, em caso de não aceitação das recomendações, o respectivo órgão deve dar uma resposta, sempre fundamentada, no prazo de quinze dias úteis, podendo ainda o CCAC expor o caso ao superior hierárquico ou à entidade tutelar da entidade nela visada, até comunicar a situação ao Chefe do Executivo ou dar conhecimento ao público.

附件二

廉政公署組織架構圖



ANEXO II

Organograma do Comissariado contra a Corrupção

